

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 01/04/21	



CAIXA DE ESTADOS E MUNICÍPIOS FECHAM 2020 COM O DOBRO DE DINHEIRO, APONTAM DADOS DE TESOURO E BC



admin 1 Abril, 2021

Segundo dados do Tesouro Nacional e do Banco Central, estados e municípios fecharam 2020 com quase o dobro de dinheiro em caixa em relação a 2019, mesmo com a pandemia causada pela Covid-19. As informações são G1. De acordo com dados divulgados pelas as duas instituições, o saldo de estados e municípios passou de R\$ 42,7 bilhões em 2019 para R\$ 82,8 bilhões, no fim do ano passado, com alta de 94%. Resultando na maior disponibilidade de caixa para prefeitos e governadores em ao menos 19 anos, desde 2001.

Segundo a avaliação realizada pelo presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Rafael Fonteles, secretário da Fazenda do Piauí, mesmo com esses resultados ainda é insuficiente. Fonteles disse que a melhora do caixa dos estados é “absolutamente transitória”.

“Esse fôlego ocorreu graças a três eventos extraordinários — à transferência realizada pela União; ao pagamento do auxílio emergencial; e à suspensão da dívida dos estados. É uma melhora real, porém, passageira, absolutamente transitória. A preocupação com a situação fiscal dos estados continua”, declarou. Os estados e municípios receberam juntos R\$ 60 bilhões em quatro parcelas, pagas entre junho e setembro. Como contrapartida, os entes da federação ficaram proibidos de conceder reajustes salariais aos servidores até o fim de 2021.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 31/03/2021	



Projetos do Governo do Estado asseguram emprego, renda e autonomia financeira para juventude rural

31 março 2021

Mais de 700 jovens, que são agentes comunitários rurais (ACR), em comunidades do interior de toda a Bahia, estão conquistando a tão sonhada autonomia financeira e realizando sonhos e projetos. Isso é uma realidade para aqueles que atuam em projetos do Governo do Estado, como o Bahia Produtiva e o Pró-Semiárido, ambos executados pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR).

Só no Bahia Produtiva, projeto cofinanciado pelo Banco Mundial, atualmente trabalham 644 jovens rurais, homens e mulheres, que atuam na assistência técnica e extensão rural (Ater), junto às famílias agricultoras e suas organizações produtivas, selecionadas via editais e atendidas com recursos para fortalecer sistemas produtivos estratégicos, como a apicultura, meliponicultura, piscicultura, aquicultura, bovinocultura de leite, avicultura e ovinocaprinocultura, dentre outros.

Ramiro Junior, 23 anos, que é casado e pai, atua como ACR, pelo Bahia Produtiva, desde 2017, na comunidade Fazenda Sobradinho, em Irará. Ele conta que, a partir das oportunidades do projeto, está cursando o 7º semestre de Engenharia Agrônômica, sem se ver em outra área de atuação. “Antes de desenvolver o trabalho como ACR, não tinha quase nenhuma relação com o campo, nem tampouco experiências. Hoje, trabalhando há mais de quatro anos no projeto, vivo o sonho que estava escondido. O Bahia Produtiva trouxe-me infinitas oportunidades, como conhecimento e vocação profissional. Acredito na sustentabilidade do campo e permanência do jovem na zona rural, pelo fato de que é possível gerar renda e produzir alimentos saudáveis sem precisar ir em busca de emprego nas grandes cidades. Hoje tenho minha família e casa própria”.

No Pró-Semiárido, projeto cofinanciado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), estão atuando como ACR 88 jovens, selecionados pelas comunidades para contribuir com as ações em suas localidades. Os agentes atuam como elo entre os projetos e as comunidades rurais. São grandes responsáveis por fazer a política pública acontecer.

Carla Dias, da comunidade Campos, em Juazeiro, é ACR no Pró-Semiárido e trabalha como locutora em uma rádio comunitária local. Para ela, o projeto foi um ‘divisor de águas’ na sua vida. Cursa Gestão em Agronegócio, e afirma que existe o antes e o depois de o projeto chegar à comunidade, onde é difícil, especialmente para os jovens, conseguirem emprego de carteira assinada, tendo que deixar a comunidade em busca de trabalho nas cidades: “O projeto veio para salvar a nossa comunidade, eu não tinha experiência nenhuma, e o projeto aposta no jovem e investe muito na questão da experiência, em treinamentos e oficinas, que agrega muito e ensina a gente aprender a lidar com o trabalho e a socializar, a conhecer mais as pessoas e a unir as comunidades onde atua. O projeto veio para transformar, principalmente a minha vida e me abriu muitas portas”.

Entre os critérios para a seleção de ACR estão: ter até 29 anos e residir em comunidades atendidas pelos projetos. Para muitos jovens, a função de ACR é também seu primeiro emprego. Com carteira assinada, homens e mulheres, que contam com uma motocicleta para o deslocamento nas comunidades, recebem formação em diversas áreas, que vão desde capacitações sobre produção agropecuária, até oficinas sobre gestão e controle social. Alguns(as) destes(as) jovens estão conquistando novos espaços e exercendo cargos importantes nos municípios em que residem.

Fabrcio Yhasis, 27 anos, da comunidade de Cancelas, municpio de Queimadas, trabalha hoje como assessor especial da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Queimadas. Ele conta que trabalhou como ACR pelo Pr-emirido nos anos de 2019 e 2020: "Durante os dois anos que fui ACR. para mim foi um trabalho incrvel. Eu j trabalhava com associaes e grupos produtivos de mulheres e jovens e foi uma adequao do que eu fazia, de forma voluntria, em um trabalho, que pude desenvolver com muita dedicao e conseguimos dar visibilidade ao projeto". Ela enumera algumas aes que ajudou a realizar, junto as comunidades, que vem dando resultados: "Hoje eu atendo diversas comunidades, levando tudo que eu aprendi do Pr-emirido. O municpio ganhou um ACR".

Sao os(as) ACRs que fazem as mobilizaoes, divulgoes, doo suporte as associaes conveniadas, auxiliam nas prestacoes de contas dos convnios e nas aquisicoes, entre outras atividades. Muitos desses jovens chegaram no projeto somente com o ensino mdio concluido e hoje alguns ja estao na ps-graduao. Construiram casa, casaram-se, ajudam a familia, e no querem mais sair do campo para tentar a vida nos grandes centros urbanos.

Fonte: Ascom/Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR)

Veículo: Bahia.BA	
Data: 01.04.2021	Caderno: Economia

Fábio Vilas-Boas diz que Bahia se prepara para possível terceira onda em abril

"Estamos fazendo estocagem de materiais, medicamentos, equipamentos, de leitos para que possamos oferecer assistência para as pessoas"

Com o Brasil ainda tentando estabilizar a segunda onda de Covid-19, após uma crescente muito grande no número de infecções e mortes, cientistas brasileiros sinalizam sobre a possibilidade de mais um agravamento da pandemia durante o mês de abril.

Para tentar minimizar os impactos desse possível novo pico da doença neste mês, a Bahia já tem traçado estratégias a exemplo da estocagem de itens fundamentais para combater o avanço do novo coronavírus. É o que afirmou o secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas, em entrevista à Rádio Metrôpole nesta quinta-feira (1º). Na ocasião, ele disse que torce para que abril não seja “o pior mês das nossas vidas”.

“Mas estamos nos preparando para que isso, se vier acontecer, como o que estão chamando de terceira onda, nós estejamos preparados. Estamos fazendo estocagem de materiais, medicamentos, equipamentos, de leitos para que possamos oferecer assistência para as pessoas. Estamos mudando algumas estratégias de abordagens de vários níveis. Não só terapêutica, mas como abordagem assistencial”, informou o secretário.

A principal estratégia, conforme explicou Vilas-Boas, é garantir atendimento para pacientes que moram no interior da Bahia antes que o estado de saúde se agrave. “Estamos conclamando para serem internadas as pessoas de maior risco, que configuram alto risco para necessitar internação. Temos passado por situação de famílias recusarem a oferta de um leito de internação clínica porque a pessoa vai ser retirada daquela cidade. Se não tenho leito em Guanambi, trago para Itabuna, para Salvador. A pessoa fica dois ou três dias. Mas há famílias de pacientes que se recusam”, relatou.

Para garantir a efetividade dessa ação, o governo estadual está pedindo a ajuda da gestão municipal de cada cidade. “Pedindo ajuda aos prefeitos para que convençam essas pessoas. O que tem acontecido, lamentavelmente, é que essas pessoas vão ficar em observação em casa e, quando começam a piorar, correm para emergência. Já vai em situação muito agravada, chega a ser entubada, mas não consegue o tempo de ser transferida para UTI. Estamos 24h trabalhando para domar a pandemia, controlar oferta de leitos para que não ultrapasse mais de 85% da taxa de ocupação”.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 31/03/2021	



Bahia já aplicou 80,4% das doses de vacinas contra Covid-19 enviadas pelo Ministério da Saúde

31 março 2021



Foto: Divulgação/Prefeitura de Ipiaú

A Bahia totaliza, até as 15h desta quarta-feira (31), 1.918.802 doses aplicadas das vacinas contra coronavírus (Covid-19). O número corresponde a, aproximadamente, 80,4% do total de 2.386.600 doses dos imunizantes Coronavac e da Astrazeneca enviados pelo Ministério da Saúde para o estado desde 18 de janeiro, data de chegada da primeira remessa.

Em um comparativo nacional, a Bahia está posicionada como segundo estado que vacinou o maior percentual da população. Cerca de 12,85% dos habitantes (1.604.370) foram imunizados contra Covid-19, dos quais 314.432 receberam também a segunda dose.

“Estamos vivendo um momento de aceleração da vacinação em todo o estado. Essa é uma vitória dos 417 municípios, que conseguiram alcançar os índices estabelecidos pelo Governo. É preciso que o Ministério da Saúde acelere o envio de doses, garantindo a imunização da população o mais rápido possível”, avalia o secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas.

O secretário ressalta ainda a compra de 9,7 milhões de doses da vacina Sputnik V pelo Governo da Bahia, com o objetivo de acelerar a vacinação. “Vamos garantir a imunização de todos acima de 60 anos e profissionais da educação e segurança, o que contribuirá significativamente para acelerar o calendário de imunização na Bahia”, pontua Vilas-Boas. A previsão é que o primeiro lote da vacina russa chegue ao estado no mês de abril.

Fonte: Ascom/Sesab

Veículo: Política Livre	
Data: 01.04.2021	Caderno: Economia



01 de abril de 2021 | 07:40

Simple Nacional: empresas afetadas por crise podem parcelar dívidas

ECONOMIA

As micro e pequenas empresas afetadas pelo agravamento da pandemia de covid-19 podem parcelar os débitos com o Simples Nacional até o fim de junho, com desconto na multa e nos juros. A renegociação vale para dívidas vencidas de março a dezembro de 2020 e não pagas até hoje em decorrência da crise provocada pela doença.

As condições para a renegociação foram definidas pela Portaria 1.696, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que recriou as transações excepcionais que vigoraram no ano passado.

O parcelamento especial impede que as empresas sejam excluídas do Simples Nacional. O prazo para negociar os débitos inscritos em dívida ativa da União começou em 1º de março e se encerrará às 19h de 30 de junho. A adesão pode ser feita pelo portal Regularize. Basta o contribuinte escolher a opção Negociar Dívida e clicar em Acesso ao Sistema de Negociações.

Etapas

O processo tem três etapas. Na primeira, o contribuinte preenche a Declaração de Receita ou de Rendimento, para que a PGFN verifique a capacidade de pagamento do contribuinte. Em seguida, o próprio site liberará a proposta de acordo. Por fim, caso o contribuinte esteja apto, poderá fazer a adesão.

Após a adesão, o contribuinte deverá pagar o documento de arrecadação da primeira prestação para que a renegociação especial seja efetivada. Caso não haja o pagamento da primeira prestação até a data de vencimento, o acordo é cancelado.

Análise

As micro e pequenas empresas, assim como os microempreendedores individuais (MEI), poderão negociar débitos do Simples Nacional que passaram para a dívida ativa da União. Essa incorporação, no entanto, deverá ocorrer até 31 de maio deste ano.

Após o pedido de parcelamento, a PGFN analisará a capacidade econômica do devedor. As condições estão mais brandas que a das modalidades especiais de parcelamento criadas no ano passado, que só abrangiam a renegociação de dívidas classificadas como C ou D, com difícil chance de recuperação. Agora, a PGFN avaliará apenas os impactos econômicos e financeiros decorrentes da pandemia.

Para as pessoas jurídicas, a redução, em qualquer percentual da soma da receita bruta mensal de 2020 (com início em março e fim no mês imediatamente anterior ao de adesão) em relação à soma da receita bruta mensal do mesmo período de 2019, será levada em conta para a adesão.

Propostas

Com base no resultado da análise, a PGFN proporá a negociação no Portal Regularize. Em troca de uma entrada de 4% do valor total do débito, que poderá ser parcelada em até 12 meses, o saldo restante poderá ser dividido em até 133 meses para os contribuintes inscritos no Simples Nacional. O número de parcelas é maior que o das médias e grandes empresas, que poderão dividir o débito em até 72 vezes.

Em relação às micro e pequenas empresas e aos MEI, o desconto corresponderá a até 100% sobre os valores de multas, juros e encargos, respeitado o limite de até 70% do valor total da dívida. Por restrições impostas pela Constituição, a renegociação de dívidas com a Previdência Social está limitada a 60 parcelas (cinco anos).

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 01/04/2021	Caderno: Notícias



Quarta, 31 de Março de 2021 - 21:40

Câmara aprova projeto que impede penalidades a estados endividados que descumprirem teto

por Danielle Brant | Folhapress



A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (31) projeto de lei complementar que impede a União de aplicar, até o fim do ano, penalidades a estados endividados que não cumprirem o teto de gastos.

A regra limita o crescimento anual das despesas primárias correntes, exceto transferências constitucionais a municípios e Pasep (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), à variação da inflação (medida pelo IPCA).

O texto-base foi aprovado por 433 votos a favor e 3 contrários. Os deputados rejeitaram todas as propostas de modificação ao texto, que volta para o Senado.

A lei que estabeleceu o plano alonga em até 240 meses o pagamento das dívidas estaduais refinanciadas pela União e concede descontos por 18 meses nas parcelas mensais. Em contrapartida, os estados deveriam adotar um teto de gastos e descumprimentos poderiam gerar penalidades.

Pelo projeto, a União ficará impedida de aplicar, até 31 de dezembro de 2021, penalidades decorrentes do descumprimento do teto de gastos pelos estados que refinanciaram dívidas no âmbito do plano de auxílio a estados e municípios, de 2016.

Além disso, também veda a revogação do prazo adicional de até 240 meses e a redução das parcelas, e impede ainda que o ente tenha que restituir à União os valores diferidos pelo prazo

adicional nas prestações seguintes, à proporção de 1/12 por mês, com encargos.

Há alterações ainda no regime de recuperação fiscal, que prevê a adoção de medidas e reformas para restaurar o equilíbrio das contas de estados. O projeto muda dispositivo da lei que trata do instrumento para prever que as vedações aos entes que aderirem ao regime de recuperação fiscal poderão ser afastadas, desde que haja previsão no Plano de Recuperação Fiscal em vigor.

Além disso, altera artigo no plano de acompanhamento e transparência fiscal e inclui os valores não pagos em decorrência da retomada de pagamentos prevista na primeira adesão quanto às dívidas administradas pelo Tesouro e aquelas com o sistema financeiro nacional e instituições multilaterais.

A mudança vale para dívidas contratadas antes da homologação do primeiro pedido de adesão e cujas contragarantias não tenham sido executadas pela União. Essa alteração se aplicaria ao Rio de Janeiro, único com regime de recuperação fiscal vigente em 31 de agosto de 2020. A intenção é esclarecer o limbo sobre como cobrar valores devidos no período em que o estado se beneficiou da prorrogação do regime judicialmente.

O projeto também estende até o final do ano a vigência de permissão para que estados e municípios possam realocar recursos do fundo nacional de saúde dentro do mesmo órgão orçamentário.

A ampliação do prazo permitirá a governadores e prefeitos ter flexibilidade para implementar ações de assistência social durante o enfrentamento da pandemia de covid-19.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

NOTIFICAÇÃO Procon quer que Caixa identifique ganhador da Mega da Virada  www.atarde.com.br/economia

RETOMADA O valor oferecido vai variar entre R\$ 500 e R\$ 25 mil, com carência de seis meses

Prefeitura oferecerá linha de crédito para empreendedores de Salvador

FERNANDO VALVERDE

Um mês depois da restrição dos serviços não essenciais na capital baiana, a prefeitura de Salvador anunciou um novo pacote de medidas emergenciais para a retomada econômica da cidade.

Em coletiva de imprensa ontem para a apresentação do programa Cred Salvador, o prefeito Bruno Reis (DEM) afirmou que as ações foram tomadas a partir de reivindicações de entidades de variados segmentos, tais como a Fecomércio, Abrasel, CDL, entre outras.

O programa, que contará com um fundo de R\$ 10 milhões de recursos da prefeitura, prevê o fornecimento de microcrédito desburocratizado para cerca de 4,3 mil profissionais autônomos e liberais, cooperativados, microempreendedores, MEIs e MEs de Salvador.

“Estamos adotando essas medidas que darão estímulos e incentivos fiscais para o setor produtivo, dentro das limitações orçamentárias da prefeitura, e para auxiliar a retomada do comércio na nossa cidade”, afirmou o prefeito.

O valor do crédito será variável entre R\$ 500 e R\$ 25 mil, com um período de carência de seis meses e juros de até 0,7%, e incluirá tam-



Betto Jr. / Secom-Prefeitura de Salvador

Ao lado da vice-prefeita Ana Paula Matos, o prefeito Bruno Reis anunciou medidas para retomada da economia

O programa contará com um fundo de R\$ 10 milhões de recursos próprios

bém ações de capacitação dos beneficiados.

Além da criação da linha de crédito, Bruno anunciou outras 10 medidas de estímulo à economia que serão implantadas nas próximas semanas e mais 6 medidas de investimento.

De acordo com ele, R\$ 44 milhões em recursos serão

aplicados em na economia so-teropolitana nas seguintes áreas: R\$ 18 milhões no programa Salvador para Todos, R\$ 15 milhões em antecipação de 50% do 13º salário dos servidores inativos e pensionistas; R\$ 6,6 milhões no SOS Cultura; R\$ 3,1 milhões para projetos incentivados pelo programa Viva Cultura, R\$ 1

milhão em editais de aceleração de negócios de impacto social e R\$ 400 mil na incubação de Startups com cerca de 18 negócios beneficiados.

Além dos citados, a prefeitura pretende investir também mais de R\$ 16 milhões em cursos profissionalizantes em parceria com instituições de capacitação profissional.

RECORDE NEGATIVO

Contas públicas têm déficit de R\$ 11,77 bilhões em fevereiro

ANDREIA VERDÉLIO

Agência Brasil, Brasília

As contas públicas registraram saldo negativo em fevereiro deste ano. O setor público consolidado, formado por União, estados e municípios, apresentou déficit primário de R\$ 11,770 bilhões no mês passado. Os dados foram divulgados ontem pelo Banco Central (BC). O resultado ficou abaixo do de fevereiro de 2020, antes da pandemia de Covid-19, quando o déficit primário foi de R\$ 20,901 bilhões.

Segundo o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, a diferença é fruto do aumento de receitas acima do aumento de despesa. Na comparação interanual, a despesa do Tesouro Nacional cresceu 9,9% em termos reais, enquanto a despesa cresceu 2,3%. “Isso é resultado do aumento de arrecadação com a retomada das atividades econômicas [após o período mais grave da pandemia no ano passado], enquanto as despesas ficaram mais controladas”, disse.

Em 12 meses encerrados em fevereiro, as contas acumulam déficit primário de R\$ 691,720 bilhões, uma redução de 9,4% para 9,2% do Produto Interno Bruto, em relação ao registrado em janeiro (R\$ 700,8 bilhões).

PANDEMIA

Estudo da Fiocruz mostra queda na renda dos idosos

ANA CRISTINA CAMPOS

Agência Brasil, Rio de Janeiro

No Brasil, durante a pandemia de Covid-19, houve diminuição de renda em quase metade dos domicílios dos idosos, principalmente entre os mais pobres, e o aumento de sentimentos relacionados à solidão e tristeza, sobretudo entre as mulheres. É o que mostra estudo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) divulgado ontem.

Para investigar as condições de vida de idosos durante a pandemia, foram usados dados da Pesquisa de Comportamentos (ConVid), inquérito de saúde realizado pela Fiocruz em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A coleta de dados foi feita por meio de um questionário eletrônico, preenchido por 9.173 pessoas com idade igual ou superior a 60 anos,

Desemprego e perda de renda já vinham ocorrendo antes do início da pandemia, diz principal autora do estudo

entre abril e maio de 2020.

A pesquisa mostrou que 50,5% dos idosos trabalhavam antes da pandemia, dos quais 42,1% sem vínculo empregatício. Durante o período analisado, foi registrada queda na renda em 47,1% dos domicílios, sendo que 23,6% relataram forte redução e até mesmo ausência de renda.

Entre aqueles que trabalhavam sem carteira assinada, a queda na renda ocorreu em 79,8% dos lares e a ausência de renda em 55,3%. A diminuição também afetou de forma mais intensa os que tinham renda per capita domiciliar menor que um salário mínimo. Apenas 12%

citaram alguém do domicílio que recebeu algum benefício do governo relacionado à pandemia. Segundo a principal autora do estudo, Dália Elena Romero, a crise econômica, o desemprego e a perda de renda já vinham ocorrendo antes do início da pandemia no ano passado. “A pandemia veio somar os proble-

mas para a saúde e o bem-estar da população idosa”.

A pesquisadora destaca que a perda de renda do idoso afeta muito toda a família. Ela defende a ampliação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), do auxílio emergencial e de programas de renda mínima, além de políticas que aumentem

o anterior: 29,8 milhões de pessoas. O número exclui os empregados domésticos, que somaram 4,9 milhões no período, um crescimento 4,5% em relação ao trimestre anterior.

Segundo o estudo do IBGE, 34,1 milhões de trabalhadores estão na informalidade, significando 39,7% da população ocupada. No trimestre anterior, esse percentual somava 38,8%. A renda dos brasileiros caiu 2,9% no último trimestre calculado pela Pnad Contínua, registrando R\$ 2.521.



Felipe Iruatã / Ag. A TARDE

A diminuição afetou de forma mais intensa os idosos mais pobres

a escolaridade e a inclusão digital, para proteger a população idosa e seus dependentes da vulnerabilidade social.

Isolamento social

A pesquisa mostrou ainda que o isolamento social total ou de modo intenso foi adotado por 87,8% dos idosos, enquanto 12,2% não aderiram ou aderiram pouco ao distanciamento, percentual que atingiu 66,6% entre os que continuaram trabalhando normalmente durante a pandemia do novo coronavírus.

Para a pesquisadora, a deterioração que o Sistema Único de Saúde (SUS) sofreu nos últimos anos, especialmente na atenção básica de saúde da família, causou impacto significativo na população idosa. Segundo Dália, o fortalecimento da atenção básica pouparia muitos recursos em internações hospitalares.

PNAD CONTÍNUA

Desemprego sobe para 14,2%

MÁRIO TOLEDO AGÊNCIA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

A taxa de desocupação no país, entre novembro de 2020 e janeiro deste ano, ficou em 14,2%. O dado faz parte da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa de desocupação é o percentual de pessoas da força de trabalho que estão desempregadas. Segundo o estudo trimestral, a população desocupa-

da no período chegou a 14,3 milhões de pessoas.

A população ocupada registrou um aumento de 2%,

Número de desalentados permaneceu estável: 5,9 milhões de pessoas

somando 86 milhões de pessoas, 1,7 milhão a mais que no trimestre anterior.

Já a população desalentada, aquela que desistiu de procurar emprego, somou 5,9 milhões de pessoas, e ficou praticamente estável em comparação ao período anterior. Entretanto, ficou 25,6% acima do mesmo período do ano anterior.

Os números da Pnad Contínua também mostram uma estabilidade na comparação do número de trabalhadores com carteira assinada deste trimestre com

o anterior: 29,8 milhões de pessoas. O número exclui os empregados domésticos, que somaram 4,9 milhões no período, um crescimento 4,5% em relação ao trimestre anterior.

Segundo o estudo do IBGE, 34,1 milhões de trabalhadores estão na informalidade, significando 39,7% da população ocupada. No trimestre anterior, esse percentual somava 38,8%.

A renda dos brasileiros caiu 2,9% no último trimestre calculado pela Pnad Contínua, registrando R\$ 2.521.

PRORROGAÇÃO

Câmara altera prazo para declaração do IRPF

LUCIANO NASCIMENTO

Agência Brasil, Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou ontem a prorrogação do prazo para a entrega da declaração do Imposto de Renda de 2021. O Projeto de Lei (PL) 639/21 prevê que a entrega deva ocorrer até o dia 31 de julho deste ano. O prazo atual, divulgado pela Receita Federal, vai até 30 de abril. A proposta segue agora para análise do Senado.

De acordo com o texto aprovado, um substitutivo do

relator, deputado Marcos Aurélio Sampaio (MDB-PI), o cronograma de restituições não mudará, com o primeiro lote sendo pago em 31 de maio.

A prorrogação também ocorreu em 2020. A mudança, contudo, foi feita por meio de instrução normativa da Receita Federal, que passou o prazo final para 30 de junho. O cronograma de restituição permaneceu o mesmo, fazendo com que o primeiro lote fosse liberado em 29 de maio, antes do prazo final de entrega.

Brasil tem 14,2 milhões de desempregados

PESQUISA DO IBGE O País registrou um recorde de 14,272 milhões de pessoas desempregadas no trimestre encerrado em janeiro de 2021, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) iniciada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A taxa de desemprego passou de 14,3% no trimestre encerrado em outubro para 14,2% no trimestre terminado em janeiro.

O total de desocupados

creceu 1,5% em relação a outubro, 211 mil pessoas a mais em busca de uma vaga. Em relação a janeiro de 2020, o número de desempregados aumentou 19,8%, o que significou 2,359 milhões de pessoas a mais procurando trabalho.

A população ocupada no país somou 86,025 milhões

Trata-se de um recorde para o trimestre encerrado em janeiro

de pessoas, 1,725 milhão de trabalhadores a mais em um trimestre. Em relação a um ano antes, 8,126 milhões de pessoas perderam seus empregos.

A população inativa somou 76,377 milhões, 817 mil pessoas a menos que no trimestre anterior. Em relação ao mesmo período de 2020, a população inativa aumentou em 10,644 milhões de pessoas. O nível da ocupação - porcentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar - subiu de 48,0% no trimestre encer-

rado em outubro para 48,7% no trimestre até janeiro. No trimestre terminado em janeiro de 2020, o nível da ocupação era de 54,8%.

Ainda segundo o estudo do divulgado pelo IBGE, 34,1 milhões de trabalhadores estão na informalidade, significando 39,7% da população ocupada.

No trimestre anterior (até outubro), esse percentual somava 38,8%. A renda dos brasileiros caiu 2,9% no último trimestre calculado pela Pnad Contínua, registrando R\$ 2.521.

CRISE É MAIS GRAVE PARA NEGROS

ESTUDO Pesquisa feita pelo Sebrae em parceria com Fundação Getúlio Vargas, mostra que a crise é mais grave entre os empreendedores negros. O levantamento, feito na última semana de fevereiro, com mais de 6,2 mil donos de micro e pequenas empresas de todo o país, indica que uma maior proporção dos negócios liderados por negros sofreu redução no faturamento mensal (entre os negros 81% e no geral 79%).

AUXÍLIO-DOENÇA SERÁ DADO PELA INTERNET

SEM PERÍCIA O Diário Oficial de ontem publicou a lei que autoriza o INSS a conceder o auxílio por incapacidade temporária (auxílio-doença) sem necessidade de perícia médica. A medida dispensa a necessidade de perícia presencial até dia 31 de dezembro, e prevê que a análise virtual deve ser feita por atestado médico e documentos complementares que comprovem a incapacidade do solicitante.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Bolsonaro entre seus fantasmas

O país passou o dia 31 de março cercado de fantasmas do passado, que o presidente convocou e aos quais vive agarrado. Assombrou a democracia com uma crise militar plantada num dia emblemático, quando todos vivem um momento silencioso da pandemia. O Brasil não sabe mais onde enterrar seus mortos, o ministro da Saúde pede para se "racional" o oxigênio, hospitais fecham emergências por incapacidade de atendimento e Jair Bolsonaro nos atormenta.

Foi patética a apresentação dos novos comandantes. Toda a conta — na verdade, todo o episódio — lembrava os piores momentos da ditadura. O país não

foi informado sobre o que levou o presidente a demitir o ministro da Defesa e os três comandantes das Forças. A democracia exige transparência dos atos do setor público. O general Braga Netto fez um discurso em calúndia castrense, curto e ambíguo. Os três se perfilaram como

na frente de um pelotão e saíram sem dar palavras. Toda a cerimônia durou 2 minutos e 30 segundos. Isso depois de uma Ordem do Dia cheia de mentiras sobre os fatos históricos.

O que Bolsonaro quis com tudo isso? Beberou esse estridente ruído no 31 de março, data que venera, deliberadamente. Os militares da ativa garantem aos seus interlocutores que as Forças Armadas continuarão evitando a politização nos quartéis. Mas, para Bolsonaro, não importa o que é, e sim o que parece ser. Ele quis dar a impressão de que pode fazer o que quiser com o "seu" Exército, "suas" Forças Armadas. De que quer que acreditem que elas estão alinhadas a ele.

Bolsonaro é comandante em chefe das Forças Armadas, como foram Dilma Rousseff, Lula, Fernando Henrique e Michel Temer. Como me disse um general esta semana, "prestamos as homenagens ao cargo, mas é absurdo pensar em alinhamento ao governo em si". Bolsonaro quer mostrar que está tudo controlado, porque isso deixa a sua turba exultante, e os adversários, acuados. Os extremistas

que o seguem, como lobotomizados, tinham sofrido um revés. A demissão de Ernesto Araújo foi imposta a Bolsonaro pelo Senado. Para não parecer derrotado, ele criou uma crise militar.

O alvo dele era o general Edison Pujol. Ele queria uma vassalagem digital que Pujol não quis dar, mas que o brigadeiro Batista Jr., o novo comandante da Aeronáutica, já oferece. Ativo na rede social, o brigadeiro tem postagens identificadas com os bolsonaristas. Havia um outro problema com Pujol. A inveja de Bolsonaro. Segundo explicação de quem está bem perto do presidente: "É briga antiga. Pujol é um destaque incontestante, além de excelente aluno, realizou todos os cursos operacionais. Alia o físico ao intelecto." Bolsonaro fracassou na carreira militar, como se sabe. E fracassa como presidente porque, na explicação de um general que conviveu com ele, falta ao presidente qualquer "noção institucional". Bolsonaro não entendeu a função de cada instituição ou cada órgão de governo.

Os brasileiros estão morrendo aos milhares. Ontem foram

3.950, novo recorde diário. Somos, há vários dias, o país onde mais se morre por Covid-19. A pandemia está fora de controle. O Brasil vive dor excruciante. A culpa maior é de Bolsonaro. Essa última crise, artificial e desnecessária, foi criada por ele no momento em que o país virou uma aberração diante do mundo. Trocar comandantes das Forças Armadas no meio de uma pandemia é o retrato de um país caótico. E ele insiste. Ontem, logo depois da primeira reunião do comitê de coordenação para o enfrentamento da Covid, o presidente apareceu dizendo que era preciso mandar "o povo trabalhar".

No discurso, Braga Netto disse que o dia era histórico. Segundo o ministro, as "Forças Armadas não faltaram no passado e não faltam agora" e vão garantir "os poderes constitucionais e as liberdades democráticas". Na Ordem do Dia, Braga Netto havia defendido "celebrar" o "movimento de 64", que teria garantido "as liberdades democráticas que hoje disfrutamos". Isso é mentira. Várias mentiras numa ordem só. A verdade: foi um golpe que gerou 21 anos de ditadura e a liberdade de hoje é resultado da luta contra aquele regime. A garantia dessa liberdade vem, claro, da Constituição, à qual as Forças Armadas estão submetidas. Em que democracia do mundo se permite que o governo mande celebrar um golpe militar? Quanta infâmia o país ainda vai tolerar?

交通銀行 BANCO SOCOM BVM S.A.
 CNPJ Nº 15.114.359/0001-99
 NIRE Nº 26.3006.19037
 EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA
 ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Temos as Senhores Ações do Banco SOCOM BVM S.A. ("Companhia"), convocados, na forma de seu estatuto social, para que compareçam à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada de forma remota, por meio digital, no dia 31 de março de 2021, às 10 horas, por meio de plataforma digital Zoom, cujo acesso será instruído e disponibilizado na página hipertextual prevista no Edital de Convocação BOCOM-BVM, nos termos da seção VIII do Anexo V da Instrução Normativa (IN) nº 41, de 30 de junho de 2019, a fim de deliberar sobre o seguinte ordem do dia: em Assembleia Geral Ordinária: (i) aprovação do relatório da administração da Companhia, suas contas e as demonstrações financeiras, a compreensão do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31/12/2020 e (ii) aprovação da proposta de administração sobre a destinação do lucro líquido; em Assembleia Geral Extraordinária: (i) realização das deliberações tomadas pelo conselho de administração da Companhia, sob aprovação e pagamento de bônus aos diretores da Companhia; (ii) realização das deliberações tomadas pela diretoria da Companhia que aprovaram o pagamento de bônus. Participações nos Lucros e Resultados e qualificação de longo prazo aos empregados, bem como bônus-a-lucro aos colaboradores e (iii) aprovação do relatório global de sustentabilidade da administração da Companhia. O material pertinente às deliberações do orden do dia será disponibilizado na página hipertextual prevista no Edital de Convocação BOCOM-BVM, na rede mundial de computadores. De acordo com o pronunciamento em parágrafo único sobre na Assembleia o único modo de votação remota e o único modo de solicitação para a participação no ato da Assembleia são os meios digitais e o acesso ao sistema de votação por meio de e-mail para o endereço eletrônico de voto@socom.com.br, o qual deve ser acompanhado de comprovante de identificação do usuário, conforme o caso. (ii) documento de identificação com foto e CPF/CNPJ do solicitante, (iii) documento de identificação com foto e CPF/CNPJ do representante legal da assembleia ou de seu procurador devidamente constituído, (iv) instrumento de mandato por meio do qual o solicitante outorga poderes de representação do procurador, (v) cópia do documento de identificação do solicitante, (vi) cópia do documento de identificação do representante. Sendo a assembleia a Assembleia de Ações e Representantes que apresentarem os documentos de identificação e representação em até 30 minutos antes do início dos trabalhos, conforme item 2, VIII, da seção VIII do Anexo V da Instrução Normativa (IN) nº 41, informamos que todas as solicitações e os documentos devem ser encaminhados para o endereço eletrônico de identificação no sistema de votação na página hipertextual prevista no Edital de Convocação BOCOM-BVM, na rede mundial de computadores.

Spokane, 01 de abril de 2021.
 Presidente do Conselho de Administração
 BANCO SOCOM BVM S.A.

Gl SantosREPORTAGEM
glvansantos@redesb3a.com.br

Os principais segmentos econômicos de Salvador terão incentivos fiscais para armenizar as perdas provocadas pela pandemia neste ano. Na prática, a prefeitura vai abrir mão de diversos impostos ou prorrogar cobranças em setores como bares, restaurantes, lojas de rua, hotéis, transporte e construção civil, entre outros. O pacote com 11 medidas prevê ainda investimentos em algumas áreas e a disponibilidade de microcrédito.

O prefeito Bruno Reis fez um evento virtual, ontem, para detalhar as iniciativas. Ele contou que, entre isenções de impostos, reduções tributárias e investimentos diretos, a prefeitura vai aplicar R\$ 89 milhões na economia, e que o setor de comércio, nos mais variados segmentos, será o principal beneficiado. "São boas notícias para a nossa cidade. Além da reabertura das atividades econômicas no dia 5 de abril, nós estamos dando um conjunto de medidas de apoio para ajudar esse setor tão importante da economia da nossa cidade que é o principal responsável pela geração de emprego e renda em Salvador", afirmou.

Bruno Reis contou que os R\$ 89 milhões foram resultados de "muitos esforços", e que vai depender de alguns recursos federais e estrangeiros. Ele acredita que a reabertura das atividades econômicas a partir de segunda-feira vai ajudar a estimular a arrecadação de outros impostos e reduzir o prejuízo.

"Para recompor esse caixa nós vamos depender do Salvador Social 2, que é mais um financiamento junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) da ordem de US\$ 125 milhões, e que, agora, depende somente do Senado para a aprovação. E precisamos também de recursos federais, principalmente para os custos de saúde", afirmou.

Ao detalhar o pacote, Bruno informou que este ano, por exemplo, os alvarás de todos os setores não essenciais da cidade serão renovados automaticamente, ou seja, o empresário não terá que pagar pelas taxas de renovação do alvará de funcionamento, de vigilância sanitária e de licença ambiental. A decisão vale apenas para aqueles setores que, por algum momento, precisaram suspender as atividades na pandemia, como bares, restaurantes e lojas.

Já a Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF), que venceria em 30 de abril, será prorrogada para 30 de setembro, e poderá ser parcelada em até três vezes. Além disso, os empresários que estiverem com certidões negativas de débito terão mais tempo para regularizar a situação. O vencimento desses documentos será ampliado por seis meses. Essa decisão vale tanto para segmentos essenciais como não essenciais.

TAXISTAS

Este ano não será cobrada taxa de vistoria de todos os setores da área de mobilidade. Na prática, taxistas, mototaxistas, e motoristas do transporte escolar e de vans de turismo estarão isentos dessa taxa. Segundo a prefeitura, serão 9,6 mil pessoas beneficiadas, e o município deixará de ser arrecadado cerca de R\$ 1 milhão.

"Nós vamos isentar, portanto, não irá pagar esse ano a taxa de vistoria todos os setores da área de mobilidade. Anualmente, o táxi, o transporte escolar, o mototaxista, e as pessoas que trabalham com turismo, com vans de turismo, precisam fazer essa vistoria. Eles terão isenção esse ano", afirmou.

Em Salvador, existem 7,2 mil táxis. O presidente da Associação Geral dos Taxistas (AGT), Adenilton Palm, considerou a medida coerente. Ele disse que a categoria já estava passando por uma crise antes da pandemia, por conta da concorrência com carros por aplicativo e veículos clandestinos, e que a situação ficou ainda pior depois do novo coronavírus.

"É uma ação positiva. Desde o início do ano, quando foi divulgado que teria a vistoria, nós procuramos a prefeitura e o Ministério Público para nos ajudar nessa luta. Esse é um momento difícil para a categoria. Hoje, o taxista está fazendo duas corridas em um dia inteiro de tra-



Prefeito lança plano de estímulo econômico

Pacote com 11 medidas inclui a liberação de microcrédito e vários incentivos fiscais

Bruno Reis anunciou, em coletiva virtual, um pacote de medidas para ajudar na retomada da economia

🔴 O objetivo é que possamos ter uma retomada de forma mais célere para garantir os empregos atuais e para que surjam novas oportunidades para a geração de renda em nossa cidade

Bruno Reis

Prefeito de Salvador

🔴 Do jeito que estava, a outorga inviabiliza alguns empreendimentos, vinha travando o mercado. Com o desconto, com certeza, os empreendimentos vão destravar

Cláudio Cunha

Prefeito de Adernilândia

🔴 De fato, qualquer isenção, prorrogação, desconto, já ajuda, é muito importante com certeza

Alex Brito

Líder

balho. Muitos têm mais de 60 anos e não estão saindo de casa", contou.

Ele explicou que além da taxa da vistoria cobrada pelo município existem outras despesas que o taxista precisa pagar para poder estar em dias com a legislação. "São R\$ 85 da vistoria municipal, R\$ 300 da taxa do gás cobrada pelo Inmetro, e R\$ 53 da taxa do Inmetro. A vistoria pode apontar a necessidade de fazer algum conserto, o que vai aumentar a despesa. Isso sem falar no IPVA e no licenciamento", disse.

MICROCRÉDITO

Para os trabalhadores autôno-

mos haverá prorrogação do ISS. O imposto é anual e sempre pago em abril, mas este ano será prorrogado para setembro. A prefeitura também anunciou que vai criar um fundo de R\$ 10 milhões para oferecer crédito a pequenos empreendedores. Os valores de empréstimo vão alternar entre R\$ 500 a R\$ 25 mil, e a estimativa é de que 4,3 mil empreendedores sejam beneficiados. O público-alvo são profissionais autônomos e liberais, cooperativas e pequenas associações de empreendedores, MEIs e MEs. A carência será de seis meses, o prazo para pagamento de um a dois anos, e os juros de até 0,7%. O programa inclui também capacitação para os beneficiários.

Bruno Reis anunciou ainda que as inscrições para o IPTU Proturismo, programa que oferece desconto de 40% no IPTU para hotéis, motéis e outros estabelecimentos de hospedagem serão reabertas por mais três meses. Haverá também benefícios fiscais para o setor de tecnologia, co-



AS 11 MEDIDAS

A TFF será prorrogada para 30 de setembro, e poderá ser parcelada em até três vezes

Não será cobrada taxa de visitação para taxistas, moto-taxista e motoristas do transporte escolar e de vans de turismo

A outorga onerosa cobrada para novos empreendimentos terá 50% de desconto

Os alvarás de funcionamento, de vigilância sanitária e de licença ambiental dos setores não essenciais serão renovados automaticamente

As certidões negativas de débito de todos os segmentos terão o vencimento prorrogado por seis meses

Hotéis, motéis e outros estabelecimentos de hospedagem terão 40% de redução no IPTU

A parcela única do ISS dos autônomos que venceria em abril será prorrogada para setembro

Serão oferecidos benefícios fiscais para o setor de tecnologia, como a isenção de ISS e IPTU

A área de proteção e cultural da Lei Revitalizar será ampliada. Ela garante redução de ISS, IPTU, ITIV e TRSD para os investidores

O pagamento do TVL será postergado para o final do processo tributário

A Taxa de Licença de Localização (TLL) terá redução de 50%, e vai beneficiar empresas de pequeno porte. Além disso, foi anunciada a criação de um fundo de R\$ 10 milhões para incentivar microempreendedores, com empréstimos de R\$ 500 a R\$ 25 mil

R\$ 10

milhões em microcrédito desburocratizado vão ser disponibilizados pela prefeitura, através do programa CredSalvador, que deve beneficiar 4,3 mil empreendedores que poderão tomar empréstimos nos valores entre R\$ 500 a R\$ 25 mil

R\$ 15

milhões serão injetados na economia de Salvador na antecipação de 50% do 13º salário dos servidores inativos e pensionistas, abrangendo mais de 7 mil pessoas. Outros R\$ 6,6 milhões serão investidos no programa SOS Cultura

mo isenção de ISS e IPTU, que vão representar R\$10 milhões a menos nos cofres públicos.

A Lei Revitalizar que garante redução de ISS, IPTU, ITIV e TRSD para quem quiser investir na requalificação de imóveis no Centro Histórico terá a abrangência das Áreas de Proteção Cultural e Paisagística do Centro Antigo ampliada.

CONSTRUÇÃO

A construção civil também terá incentivos. Um deles é um desconto de 50% na outorga onerosa para novos empreendimentos. Esse benefício vai atingir 20 empreendimentos comerciais que estão em desenvolvimento na cidade, com 14 mil unidades e 65 mil empregos. Isso vai permitir R\$ 4 bilhões de investimento privados na cidade, e significar R\$ 8 milhões a menos na arrecadação do município.

O pagamento do Termo de Validade de Localização (TVL) será postergado. Antes, era preciso fazer esse pagamento assim que era dada entrada no pedido de licença. Agora, o imposto será cobrado no final do processo burocrático. Segundo os empresários, essa mudança significa muito no planejamento orçamentário de cada segmento. Já a Taxa de Licença de Localização (TLL) para empresas de pequeno porte terá redução de 50%.

Algumas dessas mudanças precisam da autorização da Câmara Municipal. O Projeto de Lei foi encaminhado ontem para a apreciação dos vereadores.

INVESTIMENTOS

Foi anunciada também a aplicação de R\$ 44 milhões na economia. Serão R\$ 3,1 milhões para projetos incentivados pelo Viva Cultura, e 90% em abatimento em impostos para empresas apoiadoras de projetos do programa.

Haverá mais R\$ 1 milhão do município, e R\$1 milhão do Cimatec, em editais de aceleração de negócios de impacto social. Serão 20 beneficiados. Mais R\$ 400 mil na incubação de startups na IN Pacto, incubadora do Colabore, com 18 projetos sendo atendidos. Outros R\$ 18 milhões no Salvador Por Todos, com 20 mil beneficiados, mais R\$ 15 milhões na antecipação de 50% do 13º de inativos e pensionistas (veja mais abaixo). E R\$ 6,6 milhões no SOS Cultura para 6 mil trabalhadores impactados pela pandemia.

Empresários aprovam medidas

O pacote de medidas emergenciais para a retomada econômica, anunciado ontem pelo prefeito Bruno Reis, foi bem recebido pelos empresários. Segundo entidades ligadas ao trade turístico, o IPTU Proturismo, programa que oferece desconto de 40% no IPTU para hotéis e outros estabelecimentos de hospedagem, dará fôlego à hotelaria. Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), Luciano Lopes, a prorrogação das inscrições vai incentivar os estabelecimentos a aderirem. Isso, somado a outras medidas, como a flexibilização do pagamento de taxas como a TFF, pode significar a livro para alguns empresários.

"A gente vinha no início de uma recuperação ainda muito lenta, e, com a volta das medidas restritivas, houve uma redução do fluxo de turistas muito grande no mês de março. A situação é difícil e acarreta na dificuldade de pagar IPTU, ISS, TFF. Os descontos e prorrogações vão ajudar, mas, ainda assim, muitos hotéis não vão conseguir pagar porque estão praticamente sem nenhum faturamento", diz Lopes.

Já os lojistas contarão com a renovação automática dos alvarás, assim como bares e restaurantes, por exemplo. O lojista Alex Brito comemora a decisão. "De fato, qualquer isenção, prorrogação, desconto, já ajuda, é muito importante com cer-

teza. Então a decisão da prefeitura é acertada, é positiva", diz ele.

O presidente do Sindicatos dos Lojistas do Estado da Bahia (Sindilojas), Paulo Motta, concorda. "Empurrar essas despesas para frente é necessário para que as empresas possam respirar, porque, mesmo com as atividades voltando agora, o ritmo não é o mesmo de antes da pandemia", afirma.

Motta também lembra que alguns lojistas ainda estão pagando as parcelas do Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), concedido no ano passado pela prefeitura como incentivo para que pessoas físicas e jurídicas regularizassem seus débitos com o município.

Outro setor a ser beneficiado é o da construção civil. A outorga onerosa cobrada para novos empreendimentos terá 50% de desconto.

Segundo Cláudio Cunha, presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (Aderni Bahia), o desconto será fundamental para o desenvolvimento do mercado imobiliário. "Do jeito que estava, a outorga inviabiliza alguns empreendimentos, vinha travando o mercado. Com o desconto, com certeza os empreendimentos vão destravar, vão ser lançados", diz Cunha.

CAROLINA CERQUEIRA (COM Orientação da chefe de reportagem PERLA RIBEIRO)

Pensionistas vão receber metade do 13º este mês

Cerca de 7 mil pensionistas e servidores inativos da Prefeitura de Salvador terão 50% do 13º salário de 2021 antecipado para este mês. A decisão foi anunciada ontem e é uma tentativa de injetar mais dinheiro na economia para amenizar as perdas provocadas pela pandemia nos diversos segmentos do comércio na cidade.

O prefeito Bruno Reis explicou que a antecipação de 50% do 13º salário já acontecia antes. "Esses pensionistas e servidores inativos recebiam metade do 13º salário quando faziam aniversário. Agora, nós vamos antecipar. O pagamento será realizado em abril [independentemente da data de aniversário dessas pessoas]", afirmou o prefeito.

A antecipação dos salários representa R\$ 15 milhões para os cofres públicos, mas o montante é maior. "São R\$ 44 milhões que vamos injetar de recursos na economia nesse momento para ajudar a segurar o consumo e manter as atividades eco-

nômicas aquecidas", contou Bruno.

"O objetivo é que possamos ter uma retomada de forma mais célere para garantir os empregos atuais e para que surjam novas oportunidades para a geração de renda em nossa cidade", explicou o prefeito, ao lado da vice-prefeita Ana Paula Matos e da titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda (Semdec), Mila Paes.

Bruno lembrou que, no final do ano passado, a Prefeitura, de forma pioneira, lançou uma série de medidas de apoio ao setor produtivo que, à época, chegou a ficar quatro meses com as operações comprometidas pela crise sanitária. Agora, com a chegada da segunda onda da pandemia, as atividades não essenciais ficaram suspensas por um período de um mês. Houve, portanto, a necessidade de lançar mais um conjunto de ações para aquecer a economia e agilitar esse retorno.

Das agências

REPORTAGEM
redacao@correio24horas.com.br

A nova rodada do auxílio emergencial será paga a partir de 6 de abril para os trabalhadores que fazem parte do Cadastro Único e para os que se inscreveram por meio do site do aplicativo do programa. Já para os beneficiários do Bolsa Família, os pagamentos começam em 16 de abril. O cronograma foi anunciado ontem através de portaria do Ministério da Cidadania publicada em edição extra do Diário Oficial da União (confira o calendário completo no box abaixo).

Assim como no ano passado, os recursos serão depositados na poupança social digital criada em nome do beneficiário pela Caixa Econômica Federal. Nessas datas, os valores poderão ser usados em pagamento de contas e para realização de compras por meio de cartão de débito virtual ou QR Code. Só depois é que o dinheiro poderá ser sacado, usado em transferências bancárias ou pagamentos com PIX.

O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, informou que a preocupação é evitar aglomerações nas agências ou em lotéricas, como aconteceu em 2020. "Nossa expectativa é de que pelo menos metade das pessoas já paguem suas contas digitalmente. Vamos minimizar as filas de saques", disse.

REGRAS

Nesse novo auxílio, pago em quatro parcelas mensais, só uma pessoa por família poderá receber o benefício, que tem valores de R\$150 para famílias de apenas uma pessoa, R\$ 250 para famílias com mais de um integrante e, por fim, R\$ 375 para mães que são as únicas provedoras do lar.

Só poderá receber quem já era beneficiário do programa em dezembro de 2020. Em decreto editado na semana passada, o governo federal reforçou a priorização à realização de novos pedidos do benefício por quem estava empregado até julho de 2020, quando o cadastro foi encerrado, mas foi demitido depois disso, sem conseguir recolocação.

O governo estima que 45,6 milhões de trabalhadores serão alcançados. O auxílio beneficia trabalhadores informais, microempreendedores individuais e desempregados (que não estejam recebendo o seguro-desemprego) com renda familiar de até três salários mínimos, ou de até meio salário mínimo por pessoa. Os bene-



Novo auxílio começa a ser pago na terça

Emergencial Governo federal divulga calendário do benefício, que terá quatro parcelas mensais entre R\$ 150 e R\$ 375

Em 2020, pagamento do auxílio causou longas filas nas agências da Caixa Econômica Federal. A expectativa, segundo o presidente do banco, é que neste ano elas diminuam

ficiários do Bolsa Família só receberão o auxílio caso ele seja mais vantajoso do que o valor pago no programa regular.

Até o ano passado, duas pessoas da família poderia receber o benefício ao mesmo tempo. Agora, como apenas uma pessoa na família será contemplada, o governo também estabeleceu regras de priorização, caso mais de uma seja elegível por ter recebido o auxílio até dezembro de 2020.

Segundo o decreto, terá prioridade a mulher provedora de família monoparental. Na ausência desse tipo de beneficiário, receberá o auxílio integrante mais velho da família. Se houver empate, o dinheiro será dado preferencialmente à mulher. Se ainda assim restar indefinição, o desempate será feito pela ordem alfabética do nome.

COMO SABER?

A consulta para quem tem direito a receber o auxílio poderá ser feita já hoje no site da Dataprev (consultaauxilio.cidadania.gov.br), empresa estatal responsável por processar os pedidos. O beneficiário deverá informar o CPF, nome completo, nome da mãe e data de nascimento.

A partir de amanhã, a consulta poderá ser feita também pelos canais da Caixa: pelo auxílio.caixa.gov.br ou através do telefone 111.

CALENDRÁRIO PARA BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA

NIS terminado em	1ª parcela	2ª parcela	3ª parcela	4ª parcela
1	16/4	18/5	17/6	19/7
2	19/4	19/5	18/6	20/7
3	20/4	20/5	21/6	21/7
4	22/4	21/5	22/6	22/7
5	23/4	24/5	23/6	23/7
6	26/4	25/5	24/6	26/7
7	27/4	26/5	25/6	27/7
8	28/4	27/5	28/6	28/7
9	29/4	28/5	29/6	29/7
0	30/4	31/5	30/6	30/7

CALENDRÁRIO PARA INSCRITOS VIA APP, SITE E CADASTRO ÚNICO

Nascidos em:	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1ª parcela	6/4	9/4	10/4	13/4	15/4	18/4	20/4	22/4	25/4	27/4	29/4	30/4
2ª saque	4/5	6/5	10/5	12/5	14/5	18/5	20/5	21/5	25/5	27/5	1/6	4/6
2ª parcela	16/5	19/5	23/5	26/5	28/5	30/5	2/6	6/6	9/6	11/6	13/6	16/6
2ª saque	8/6	10/6	15/6	17/6	18/6	22/6	24/6	29/6	1/7	2/7	5/7	8/7
3ª parcela	20/6	23/6	25/6	27/6	30/6	4/7	6/7	9/7	11/7	14/7	18/7	21/7
3ª saque	13/7	15/7	16/7	20/7	22/7	27/7	29/7	30/7	4/8	6/8	8/8	12/8
4ª parcela	23/7	25/7	28/7	1/8	3/8	5/8	8/8	11/8	15/8	18/8	20/8	22/8
4ª saque	13/8	17/8	19/8	23/8	25/8	27/8	30/8	1/9	3/9	6/9	8/9	10/9

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 01/04/2021	Página: 02

Tribuna

Instabilidade

A instabilidade econômica gerada pela pandemia do coronavírus afetou tanto os soteropolitanos que a vereadora Roberta Caires, presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Municipal, protocolou o Projeto de Lei 92/2021 para combater, prevenir e tratar o superendividamento. O fenômeno acontece quando o consumidor não tem mais condições de pagar suas dívidas, e essa é a realidade de 10% das famílias da capital baiana, de acordo com pesquisa da Fecomércio.

Tribuna

Salvador tem plano emergencial para economia

Bruno Reis apresentou pacote de 11 medidas para fortalecer o setor impactado pela pandemia

CLEUSA DUARTE
REPORTER

A prefeitura de Salvador anunciou um pacote de 11 medidas econômicas e o programa para empreendedores Cred Salvador visando a retomada econômica na capital baiana. As ações foram tomadas a partir de conversas com vários segmentos do setor.

As medidas foram apresentadas ontem pela manhã (31), em entrevista coletiva virtual, pelo prefeito de Salvador Bruno Reis, um mês após as restrições aos serviços essenciais. "Estamos adotando essas medidas que darão estímulos e incentivos fiscais para o setor produtivo, dentro das limitações orçamentárias da Prefeitura, e para auxiliar a retomada do comércio na nossa cidade",

afirmou Bruno.

Segundo o prefeito, o Cred Salvador vai contar com um fundo com R\$10 milhões para fornecer microcrédito desburocratizado. A expectativa é de que 4,3 mil empreendedores sejam beneficiados entre autônomos e liberais, cooperativados, microempreendedores, MEIs e MEs de Salvador.

"Essas pessoas terão acesso a crédito fácil, sem as burocracias dos bancos fornecedores de crédito", disse o prefeito. Bruno também declarou que o valor do crédito vai ser de R\$ 500 a R\$ 25 mil e o programa incluirá capacitações dos beneficiados. O período de carência será de seis meses e os juros de até 0,7%. O prazo será de 12 a 24 meses em parcelas.

Além da criação da linha de crédito, Bruno anunciou outras 10 medidas de estímulo à economia que serão



ANÚNCIO Prefeito falou sobre o programa para empreendedores que terá fundo de R\$ 10 milhões

implantadas nas próximas semanas e mais 6 medidas de investimento. De acordo com o prefeito, R\$44 milhões em recursos serão aplicados em na economia soteropolitana e R\$16 milhões em cursos profissionalizantes.

Os investimentos estão distribuídos em: R\$ 18 milhões no Salvador para Todos até junho com 20 mil

beneficiados; R\$ 15 milhões em antecipação de 50% do 13º salário dos servidores inativos e pensionistas beneficiando mais de 7 mil pessoas; R\$ 6,6 milhões no SOS Cultura apoiando mais de 6 mil pessoas do setor cultural; R\$ 3,1 milhões para projetos incentivados pelo Viva Cultura além de permitir 90% no abatimento de impostos para empresas

apoiadoras de projetos do programa; R\$1 milhão em editais de aceleração de negócios de impacto social em parceria com o CIMATEC - 20 negócios beneficiados; R\$ 400 mil na incubação de Startups a IN Pacto incubadora do Colabore - 18 negócios beneficiados.

Os benefícios para programas de qualificação e capacitação profissional incluem: cursos profissionalizantes em parceria com Senai, Senac, Programa Treinar para Empregar e Turismo dentre outros.

Os pacotes de estímulo econômico incluem: taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) a medida é o adiamento para pagamento em três parcelas, com vencimento em 30/09, 30/10 e 30/11/2021; os beneficiados são todos os segmentos econômicos.

As taxas de vistoria no setor de mobilidade terão isenção e serão beneficiados os segmentos de táxi, escolar, moto táxi e turismo, no total, mais de 9.600 pessoas. Os alvarás de funcionamento terão renovação automática. Serão beneficiados todos os setores econômicos, exceto setores essenciais.

Recorde: Bahia registra 160 mortes por Covid

Nesta quarta-feira (31) foram registrados 160 óbitos por Covid-19, um novo recorde de mortes pela doença registrados em 24 horas. Anteriormente, o maior número desde o início da pandemia em um boletim epidemiológico havia sido no dia 26 de março, quando houve registro de um total de 155. Apesar de os óbitos terem ocorrido em diversas datas, a confirmação e registro foram contabilizados hoje.

A existência de registros tardios e/ou acúmulo de casos deve-se a sobrecarga das equipes de investigação, pois há doenças de notificação compulsória para além da Covid-19. Outro motivo é o aprofundamento das investigações epidemiológicas por parte das vigilâncias municipais e estadual a fim de evitar distorções ou equivocados.

Tribuna

Comércio vive expectativa por reabertura em breve

YURI ABREU
REPORTER

Após mais de um mês fechado, o comércio de Salvador deve retomar, de forma escalonada, a partir da próxima segunda-feira, 5 de abril, as atividades que ficaram suspensas diante do agravamento da pandemia de covid-19 ao longo do último mês de março. O anúncio foi feito pelo prefeito da capital baiana, Bruno Reis, em entrevista ontem à Record TV Itapoan. Nesta quinta-feira, o gestor municipal deve detalhar como se dará este processo, acordado com os players do segmento na cidade.

Porém, já se sabe que o funcionamento de shoppings, bares e restaurantes deve seguir o estipulado no toque de recolher do Gover-

no do Estado que, a partir da próxima semana, será iniciado a partir das 20h – atualmente começa às 18h. Por outro lado, neste primeiro momento, cinemas e teatros devem permanecer fechados. Para os dirigentes do setor, no entanto, a expectativa é a de que o segmento volte a abrir de vez, sem qualquer perspectiva de um fechamento posterior.

“Nós entendemos que é muito importante isso acontecer, mas que [a retomada] ocorra de maneira definitiva e não condicionado a percentuais de ocupação de leitos de UTI, já que está praticamente inviável manter as atividades produtivas paralisadas. O desemprego está muito forte, a situação está cada vez mais difícil”, avaliou o presidente do Sindicato dos Lojistas do Co-

mércio de Salvador (Sindilijas), Paulo Mota.

“Foi no pico da pandemia que as parcelas do PPIs começaram a vencer. Seria importante que o prefeito visse a incluir essa possibilidade para que as empresas possam recuperar esse tipo de incentivo para pagar os débitos anteriores junto à Prefeitura”, disse ele. “Eu acredito que esse escalonamento não deveria acontecer, pois o transporte público deveria funcionar em sua plenitude e não da forma como está acontecendo agora. Nós precisamos nos conscientizar que este ‘lockdown’ não resolveu o problema, uma vez que os índices continuaram subindo”, acrescenta.

SHOPPINGS

Um dos primeiros a retomar as atividades durante

a primeira onda da pandemia, em julho do ano passado, os shoppings centers devem abrir a partir das 10h da próxima segunda-feira, de acordo com o coordenador regional da Abrasce, associação que representa os centros de compras em todo o país, Edson Piaggio. Ele também vê com boas perspectivas a retomada do comércio em geral na cidade.

“Nós esperamos que seja uma retomada *full*, ou seja, com todas as operações dos shoppings funcionando. Fará uma diferença muito grande se ocorrer dessa forma. A nossa opinião é a de que quanto mais tempo o shopping estiver aberto, melhor, pois evita qualquer possibilidade de se criar qualquer aglomeração, embora nos shoppings não tenha ocorrido nada disso



Foto: Romildo de Jesus

PROTOCOLOS Estabelecimentos devem reabrir de forma escalonada a partir de segunda-feira

até agora, com os clientes se comportando. Não é reduzindo o horário de funcio-

namento que vai se contribuir para evitar a aglomeração”, afirmou.

Tribuna

Novo auxílio emergencial começa dia 6

O governo federal prevê conceder o benefício a cerca de 45,6 milhões de pessoas, este ano

ALEX RODRIGUES - REPÓRTER
DA AGENCIA BRASIL -
BRASILIA

Milhões de famílias em situação de vulnerabilidade social começam a receber, na próxima terça-feira (6), a primeira das quatro parcelas do novo auxílio emergencial. O governo federal prevê conceder o benefício a cerca de 45,6 milhões de pessoas, este ano.

Os recursos serão depositados nas contas digitais que abertas pela Caixa para os beneficiários no ano passado.

Na terça-feira, começam a receber os trabalhadores informais, microempreendedores individuais, desempregados e outras pessoas afetadas pela pandemia da covid-19 nascidas no mês de janeiro, além de integrantes do Cadastro Único do governo federal.

Beneficiários do Bolsa Família receberão de acordo com o calendário habitual do programa, que, em abril, começa a ser pago no dia 16.

As pessoas não terão direito a sacar os recursos no mesmo dia em que receberem, conforme explicou o

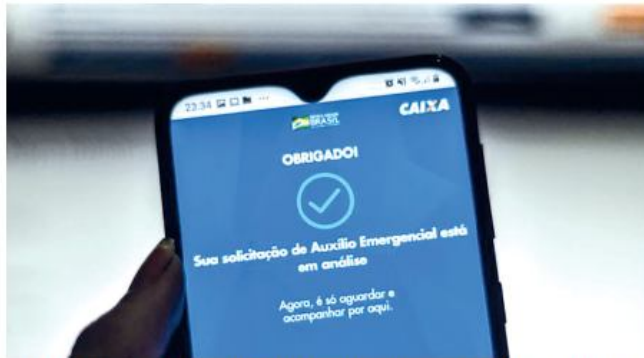
presidente da Caixa, Pedro Guimarães, durante anúncio feito no Palácio do Planalto, esta manhã.

O objetivo do escalonamento é motivar as pessoas a usarem os dispositivos digitais e, assim, evitar a ida a bancos e agências lotéricas. "Nossa expectativa é que mais da metade das pessoas realize o pagamento de contas digitalmente", disse Guimarães. "Já temos tudo muito bem organizado. Vamos minimizar as filas, pagando o mais rápido possível, com o mínimo de aglomeração possível", acrescentou Guimarães.

O calendário completo de pagamentos e saques consta da Portaria nº 622, que o Ministério da Cidadania publicou hoje (31), no Diário Oficial da União.

Cerca de R\$ 44 bilhões foram destinados ao auxílio emergencial por meio da promulgação da Emenda Constitucional 109/2021, a chamada PEC Emergencial.

A emenda constitucional abriu caminho para que o governo federal ultrapasse o limite do teto de gastos, sem comprometer a meta de resultado fiscal primário e sem afetar a chamada regra de ouro (espécie de teto de endividamento público para financiar



OS RECURSOS serão depositados nas contas digitais que abertas pela Caixa

gastos correntes).

PARCELAS

Conforme destacou o ministro da Cidadania, João Roma, durante o anúncio desta manhã, as quatro parcelas de, em média, R\$ 250, serão pagas a uma pessoa por família, sendo que mulheres chefes de família receberão R\$ 375, enquanto indivíduos que vivem só – família unipessoal – receberão R\$ 150.

Do valor total estabelecido pelo Congresso Nacio-

nal, R\$ 23,4 bilhões serão destinados ao público já inscrito em plataformas digitais da Caixa, R\$ 6,5 bilhões para integrantes do Cadastro Único do Governo Federal e R\$ 12,7 bilhões para atendidos pelo Bolsa Família.

"Este é um alento para o povo brasileiro. São recursos públicos direcionados para o brasileiro vulnerável, para as pessoas que estão passando muitas dificuldades", comentou Roma, lembrando que o auxílio será

concedido automaticamente ao trabalhador informal com renda per capita de até meio salário mínimo e renda mensal total de até três salários mínimos que recebeu o benefício em dezembro de 2020 e que continue fazendo jus à ajuda federal. "O auxílio é uma ferramenta para minimizar o sofrimento e fazer com que nosso povo consiga superar esta pandemia."

ATIVIDADE ECONÔMICA

Durante o anúncio, o

presidente Jair Bolsonaro voltou a defender a necessidade de retomada de atividades comerciais. "Tínhamos e temos dois inimigos: o vírus e o desemprego. E não é ficando em casa que vamos solucionar este problema", declarou o presidente, criticando as medidas que restringem o funcionamento de atividades consideradas não essenciais.

"Esta política continua sendo adotada. O espírito dela era buscar achar a curva de contaminação enquanto os hospitais se preparavam com leitos de UTI e respiradores, para que pessoas não viessem a perder suas vidas por falta de atendimento. O governo federal dispôs bilhões de reais para a Saúde e sabe que não pode continuar por muito tempo com este auxílio [emergencial], que é um custo para toda a população e pode desequilibrar nossa economia", declarou Bolsonaro.

"O Brasil tem que voltar a trabalhar. A fome está batendo cada vez mais forte na casa destas pessoas. Eu temo por problemas sociais gravíssimos no Brasil. O [valor do] auxílio é pouco, reconheço, mas é o que a nação pode dispensar à população", acrescentou.

Tribuna

Bahia é o segundo estado que mais vacina contra a Covid

LILY MENEZES
ESTAGIÁRIA

Com os casos do novo coronavírus a crescerem por todo o Brasil, que vêm batendo tristes recordes de mortes diárias, a vacinação se torna cada vez mais urgente para proteger vidas. Neste quesito, a Bahia se destaca: até então, quase 2 milhões de cidadãos já receberam ao menos a primeira dose dos imunizantes, ocupando o segundo lugar no Brasil no "vacinômetro". É a primeira vez em que isso acontece desde a chegada das primeiras doses de vacina no país. "Estamos vivendo um momento de aceleração da vacinação em todo o estado da Bahia", definiu Fábio Vilas-Boas, chefe da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab). Para ele, a participação ativa de cada uma das 417 cidades foi decisiva para o bom ritmo de vacinação, o que deman-

dou uma estratégia para incentivar a aplicação no maior número possível de pessoas nos públicos-alvos. "Não há município da Bahia que não esteja fazendo a sua parte. Há três semanas, nós definimos que só iríamos distribuir (a remessa seguinte) para quem tivesse entregue mais de 85% do lote anterior. No começo, alguns municípios 'chiraram', mas todos se enquadraram, estão sendo exemplares. A gente entrega a vacina, e em dois ou três dias eles vacinam todo mundo", comemorou Vilas-Boas. Um novo lote de imunizantes deve chegar nos próximos dias.

CAPITAL É MAIORIA

Salvador é a cidade da Bahia que mais imunizou: foram 360.349 pessoas vacinadas com a primeira dose e 75.249 com o reforço, totalizando quase 12% dos moradores da cidade. Na visão do prefeito Bruno Reis, estes índices ajudaram a impulsionar o Estado

para a vice-liderança na vacinação. "A vacinação em Salvador está se destacando no Brasil, inclusive nós elevamos o índice da Bahia. Isso se deve ao esforço da cidade. Só aqui, representamos 85% da Região Metropolitana". Completam a lista de municípios com maior contingente de vacinados as cidades de Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna e Ilhéus, que juntas imunizaram mais de 100 mil pessoas. No momento, a vacina já chegou para os idosos de 64 anos ou mais, pacientes de hemodiálise e policiais militares, e a expectativa é de retomar a primeira dose para os trabalhadores da saúde, suspensa temporariamente. Bruno está otimista com a velocidade da imunização e deseja atingir mais grupos. "Chegando mais vacinas, nós anunciaremos o calendário para a Semana Santa. Já temos a certeza da chegada de mais doses, só estamos esperando o quantitativo". O gestor foi



Foto: Romildo de Jesus

IMUNIZANTES

Salvador foi a capital que mais imunizou, com mais de 360 mil na primeira dose

empossado na última terça-feira (30) como vice-presidente da Região Nordeste no Consórcio Nacional de Vacinas das Cidades (Conectar), e já foram feitas iniciativas junto à Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/OMS) para interceder junto ao consórcio Covax Facility para ampliar a participação na compra das vacinas e acelerar a velocidade de entrega.

MAIS PÚBLICOS

O Governo do Estado está mirando em outras classes que atuam em serviços essenciais para a imunização, mas a possibilidade depende diretamente de mais doses disponíveis. "Nós estamos buscando

viabilizar a vacinação dos professores, para que eles possam retornar às salas de aula, e assim as aulas presenciais poderão retornar. Também estão em nosso radar os profissionais do transporte público como ônibus, metrô, que são uma população muito exposta, mas isso depende da garantia do envio de mais vacinas", explicou Fábio Vilas-Boas. As forças de segurança, como policiais federais, civis e militares, foram inseridas no grupo prioritário após apelo da classe e análise do estoque de vacinas junto à Sesab. "O governador é sensível a este tipo de demanda", disse o secretário estadual da Segurança Pública Ricardo Mandarino.

que enfatizou o nível de exposição ao qual os profissionais estão submetidos. "Isso dá tranquilidade para nós. Temos muitos policiais afastados por conta da Covid. Vai minimizar o afastamento, essa perda temporária de mão de obra, que é importante para a segurança pública". A princípio, a vacina estará disponível para trabalhadores na ativa com 50 anos ou mais, com possibilidade futura de ampliar a faixa etária. Em Salvador, a pessoa interessada deve ver no site da Secretaria Municipal de Saúde se seu nome está na lista de aptidão antes de ir receber a vacina. No ato, deve mostrar documento com foto e contracheque.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 01/04/2021	Caderno: Notícias



Quinta, 01 de Abril de 2021 - 00:00

Ações de apoio aos setores econômicos geram impacto de R\$ 90 mi no orçamento de SSA

por Matheus Caldas / Mari Leal



Isenção de taxas, renovação automática de alvarás e o adiamento do pagamento do ISS são algumas das medidas anunciadas pelo prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM) nesta quarta-feira (31), para beneficiar as atividades econômicas locais após mais uma temporada de restrições de funcionamento, ação tomada pela gestão em função do agravamento da segunda onda da Covid-19 ([leia mais aqui](#)). As medidas, de acordo com a Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz), provocarão um impacto de quase R\$ 90 milhões nos recursos próprios da prefeitura, exigindo da pasta um remanejamento nos gastos e áreas de investimentos.

Chefe da pasta, Giovanna Victer descarta a possibilidade de o remanejamento atrasar outros investimentos e reconhece que o “esforço” se ampara nas dificuldades que os setores econômicos têm enfrentado.

“Não vai impactar os nossos serviços e nossos investimentos. O que estamos fazendo é uma reorganização dos recursos. Já temos algum recurso em caixa e a prioridade, agora, por causa do lockdown, por causa da pandemia, são os investimentos em saúde. Naturalmente, outros investimentos já estavam postergados para o segundo semestre pelo nosso próprio contexto sanitário. Estamos adequando o nosso fluxo de caixa ao das empresas que tiveram que ficar fechadas”, explica.

De acordo com Victer, somente neste primeiro trimestre de 2021, a prefeitura de Salvador investiu R\$ 225 milhões em ações exclusivamente relacionadas à pandemia da Covid-19.

Ao Bahia Notícias, a secretária também descartou a possibilidade da criação de programa para remissão de receitas, que consiste em extinção total ou parcial de determinado crédito tributário. O momento atual, apesar de impor desafios aos setores econômicos, não cria objeto para uma proposta de renegociação.

“Ano passado nós fizemos um PPI [Programa de Parcelamento Incentivado], que foi muito bem-sucedido. Todas as pessoas que tinham questões com a prefeitura já há muitos anos, pessoas e empresas, se acertaram. Hoje a gente não tem o passivo de desorganização. Então, não tem nem objeto para um PPI nesse momento. Não há necessidade”, diz.

“Estamos fazendo a reorganização do nosso orçamento, do nosso planejamento financeiro, para que a gente consiga arcar com o que é mais importante agora, que é a preservação da vida e da segurança das pessoas”, completa Victor.

A gestão municipal estima o retorno das atividades consideradas não essenciais na capital já na próxima segunda (5). As medidas mais restritivas perduraram por todo o mês de março, abarcando fechamento do comércio de rua, shopping centers, bares, restaurantes e outros.

RELEMBRE AS AÇÕES ANUNCIADAS PELO PREFEITO BRUNO REIS

MEDIDAS PARA RETOMADA DE ATIVIDADES ECONÔMICAS EM SALVADOR

ADIAMENTO DO PAGAMENTO DO TFF

Beneficiados: **Todos os segmentos econômicos**

ISENÇÃO DAS TAXAS DE VISTORIA NO SETOR DE MOBILIDADE

Beneficiados: **Táxi, mototáxi, veículos de turismo e transporte escolar**

RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA DE ALVARÁS DE FUNCIONAMENTO, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E AMBIENTAIS

Beneficiados: **todos os segmentos econômicos, exceto os setores essenciais que puderam funcionar durante as medidas restritivas**

ADIAMENTO DO PAGAMENTO DO ISS DE ABRIL PARA SETEMBRO

Beneficiados: **autônomos**

OUTORGA ONEROSA COM DESCONTO DE 50%

Beneficiados: **setor da construção civil**

PRORROGAÇÃO DO PRAZO FINAL DE VIGÊNCIA PARA AS CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITO (CNDS)

Beneficiados: **todos os segmentos econômicos**

REABERTURA PARA ADEÇÃO AO IPTU PROTURISMO, QUE PREVÊ DESCONTO DE 40%

Beneficiados: **hotelaria, moteleria e hospedagem contemplada no programa**

INÍCIO DA APLICAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO

Beneficiados: **empresas de tecnologia**

AMPLIAÇÃO DA ABRANGÊNCIA DA LEI REVITALIZAR ISS, IPTU, ITIV E TRSD PARA TODA A ÁREA DE PROTEÇÃO CULTURAL E PAISAGÍSTICA DO CENTRO ANTIGO

Beneficiados: **investimentos imobiliários no Centro Histórico**

POSTERGAÇÃO PARA PAGAMENTO EM PARCELA ÚNICA DO TVL

Beneficiados: **todos os segmentos econômicos**

Veículo: Bocão News	
Data: 01/04/21	



SALVADOR

Governo da Bahia gasta R\$ 107 milhões em Sistema de Sinalização e Controle no metrô de Salvador



01 de Abril de 2021 às 07:44 Por: GOV/BA

Por: João Brandão

O governo da Bahia, através da Companhia de Transportes do Estado (CTB), contratou, através de inexigibilidade, uma empresa para implantar o Sistema de Sinalização e Controle (SSC) no metrô de Salvador.

Conforme publicação no Diário Oficial do Estado desta quinta-feira (1), a empresa Siemens Mobility Soluções de Mobilidade vai implantar o SSC com fornecimento de material e comissionamento, do Tramo 3, da Linha 1, do modal.

O valor do contrato é de R\$ 107 milhões, com prazo de dois anos.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 31/03/21	



Bahia Econômica
ARMANDO AVENA

RELATOR DIZ A BOLSONARO QUE VAI CANCELAR R\$10 BI DE ORÇAMENTO



admin 31 Março, 2021

O relator do Orçamento de 2021, senador Marcio Bittar (MDB-AC), comunicou ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido) que, após a sanção do texto, vai cancelar R\$ 10 bilhões em emendas como forma de resolver o impasse em torno dos números.

O cancelamento será feito nas chamadas emendas de relator (conhecidas tecnicamente como RP9), que direcionam verba a iniciativas de interesse do autor. Segundo Bittar, a decisão foi tomada após reflexões entre lideranças e as presidências da Câmara e do Senado.

O cancelamento vai ajudar o governo a direcionar os recursos a despesas obrigatórias, como a Previdência, que estavam com menos verba que o necessário.

Bittar afirmou que o cancelamento será feito tão logo seja sancionado o Orçamento. O entendimento dos parlamentares é que o senador só poderia fazer o cancelamento com base na própria Lei Orçamentária Anual, que está à espera de ser assinada pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Apesar de o Ministério da Economia entender que a sanção do Orçamento da forma como está significaria assinar uma condenação pela Lei de Responsabilidade Fiscal, representantes do Congresso descartam a tese e não veem motivo para a preocupação.

A Economia defende que os cerca de R\$ 30 bilhões em emendas adicionadas na tramitação do Orçamento fiquem em R\$ 16 bilhões, que teria sido o valor combinado inicialmente. A diferença é de aproximadamente R\$ 14 bilhões.

De acordo com representantes do Congresso, o cancelamento de R\$ 10 bilhões já resolveria o impasse. Eles defendem que não há como ir além disso porque há outros buracos no Orçamento, citando que o governo enviou parâmetros defasados para as emendas de bancada.

As emendas de bancada são calculadas com base na Receita Corrente Líquida da União, que, de acordo com representantes de parlamentares, estava abaixo do número correto.

No documento encaminhado a Bolsonaro, o senador não detalha exatamente quais emendas serão canceladas. Segundo Bittar, a escolha será feita pelo Executivo.

As emendas alocadas por decisão do relator foram turbinadas após Bittar cortar R\$ 26,5 bilhões da previsão de despesas obrigatórias, como aposentadorias, pensões, seguro-desemprego e abono salarial.

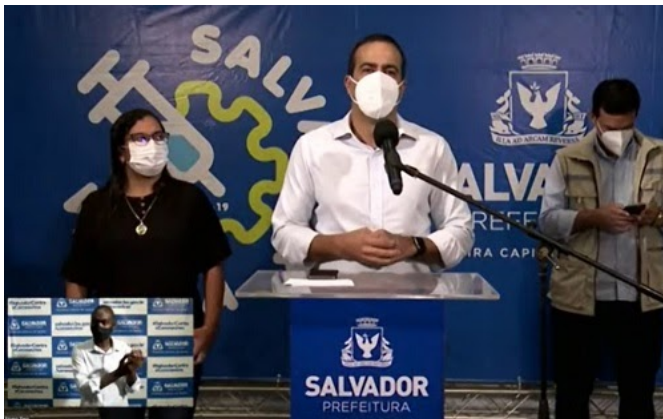
A tesourada abriu espaço no Orçamento para mais obras e projetos de escolha de parlamentares, mas incluídos na proposta com a digital do relator. No ofício, o senador diz que o corte deverá ser feito nas emendas das áreas de infraestrutura, desenvolvimento regional e outros ministérios.

A expansão das emendas de relator foi um acordo político no Congresso para destravar a votação do Orçamento, que foi aprovado na semana passada, com quase três meses de atraso.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 31/03/21	



PREFEITURA DE SALVADOR LANÇA PACOTE DE ESTÍMULO À ECONOMIA COM PROGRAMA DE CRÉDITO DE R\$ 10 MILHÕES; VEJA OUTRAS MEDIDAS



admin 31 Março, 2021

O prefeito Bruno Reis apresentou nesta quarta-feira (31), em coletiva de imprensa, o programa Cred Salvador que contará com um fundo no valor de R\$ 10 milhões para fornecer microcrédito desburocratizado. O projeto faz parte de uma série de medidas emergenciais para retomada econômica.

Profissionais autônomos e liberais, cooperativados, cooperativas ou associações de pequenos empreendedores, MEIs e MEs da capital baiana poderão aderir ao programa de crédito facilitado. A expectativa é de que 4,3 mil empreendedores sejam beneficiados. “Essas pessoas terão acesso a crédito fácil, sem as burocracias dos bancos fornecedores de crédito”, disse o prefeito.

O valor do crédito concedido vai variar de R\$ 500 a R\$ 25 mil e o programa incluirá também capacitações dos beneficiados. O período de carência será de seis meses e os juros de até 0,7%. O prazo será de 12 a 24 meses em parcelas. O projeto será encaminhado para a Câmara de Vereadores para aprovação.

No total, segundo o gestor, o pacote de estímulo à economia contará com 11 medidas, que incluem:

- Adiamento do pagamento da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) que venceria no dia 30 de abril em três parcelas, com vencimento em 30/09, 30/10 e 30/11/2021. Todos os segmentos econômicos serão beneficiados;
- Isenção das taxas de vistoria no setor de mobilidade para táxi, mototáxi, veículos de turismo e transporte escolar. Mais de 9.600 pessoas devem ser beneficiadas;
- Renovação automática de alvarás de funcionamento, vigilância sanitária e ambientais que venceriam neste ano. Com exceção dos serviços essenciais, que mantiveram o funcionamento durante as medidas restritivas, todos os demais setores serão beneficiados;
- Adiamento do pagamento do ISS dos autônomos, que deveria ser pago em abril, para setembro;
- Outorga onerosa com desconto de 50% para o setor de construção civil;
- Prorrogação do prazo final de vigência para as certidões negativas de débito (CNDs). Todos os segmentos econômicos serão beneficiados;
- Reabertura para adesão ao IPTU Proturismo, que prevê desconto de 40%, para hotelaria, moteleria e hospedagem contemplada no programa;
- Início da aplicação da Política Municipal de Inovação com a nomeação do Conselho Municipal de Inovação. A medida beneficiará empresas de tecnologia;
- Ampliação da abrangência da Lei Revitalizar ISS, IPTU, ITIV e TRSD para toda a Área de Proteção Cultural e Paisagística do Centro Antigo e melhoria do prazo (a partir da emissão do alvará de construção). Os beneficiados serão investimentos imobiliários no Centro Histórico;
- Postergação para pagamento em parcela única do TVL (Termo de Viabilidade de Localização) no Programa Redesim (DAM único da Sedur e Sefaz). Todos os segmentos serão beneficiados;
- Redução de 50% na Taxa de Licença de Localização (TLL) para empresas de pequeno porte (EPP).

Foto: Reprodução/TV Bahia



As mudanças na Lei de Recuperação Judicial sob a perspectiva tributária

Bruno Chatack, Diego Faria e Alex Faiwichow*

01 de abril de 2021 | 07h00

Diego Faria, Alex Faiwichow e Bruno Chatack. FOTO: DIVULGAÇÃO

Promulgada no final de dezembro de 2020, a Lei Federal nº 14.112/2020 trouxe importantes mudanças relativas às Recuperações Judiciais e Falências no Brasil. Após 15 anos desde a edição original da Lei Federal nº 11.101/2005 (LRF), referidas mudanças eram necessárias para adaptar o conteúdo jurisprudencial recente, bem como outras novas modernizações” aclamadas por especialistas e empresários.

Na carona de quase uma década de turbulências na economia, os Poderes Executivo e Legislativo iniciaram, ainda em 2017, tratativas com diversos representantes de setores diretamente ligados ao setor, visando absorver ideias que pudessem otimizar um procedimento de renegociação das dívidas de empresas que, em muitos casos se mostra moroso e ineficiente.

Dentre tantas mudanças observadas com as mudanças na LRF, o presente artigo tem por intuito tratar especificamente sobre o aspecto tributário. Ao contrário do que muitos esperavam, as dívidas tributárias permanecem como créditos extraconcursais, ou seja, não sujeitos à Recuperação Judicial.

Em resumo, as empresas que se valem do Pedido de Recuperação Judicial, mesmo com a recente alteração legislativa, continuam negociando com seus credores, dentre os quais o Fisco não está inserido, podendo-se valer da continuidade dos processos

administrativos e judiciais em desfavor do contribuinte, não sendo abarcado, sequer, pelo *stay period*, período de 180 dias em que ficam suspensas as ações e execuções em desfavor da Recuperanda.

Importante destacar como a situação apresentada acima acontece na prática:

- Determinada empresa pede Recuperação Judicial, por diversos motivos, dentre eles, podemos destacar a falta de fluxo de caixa para pagar suas despesas correntes;
- Nesta situação, essa empresa busca aglutinar os créditos de diversos fornecedores e, após a realização de uma análise, realizar e propor um Plano de Recuperação Judicial que prevê o pagamento referidas dívidas, em condições especiais com (a) deságio, (b) carência e (c) parceladamente;
- Simultaneamente, essa mesma empresa cambaleante, é obrigada a quitar seus tributos pretéritos em atraso e, não bastassem, todos aqueles cujos fatos geradores ocorrerem após a formalização do pedido de RJ.

Analisando sob essa ótica, quando se trata de uma atividade empresarial que detém potencial de geração de valor para períodos futuros, é óbvio que se deve analisar e considerar tal fato dentro do contexto de deliberação, aprovação e cumprimento do Plano de Recuperação Judicial.

A situação ilustrada acima visa demonstrar que as regras fiscais brasileiras parecem não compreender a realidade dos fatos que busca regulamentar no âmbito de uma Recuperação Judicial, o que traduz, na prática, na criação de um desequilíbrio entre os interesses do Fisco e dos agentes privados (devedor e credores). Vejamos.

Entre as formas introduzidas pelo novo regramento para “facilitar” a quitação do débito fiscal exigido pelas Autoridades Fiscais está a modalidade de parcelamento.

Nesta modalidade, a legislação fiscal estabeleceu diversas formas para que a empresa em recuperação judicial “pague” o montante “devido” ao fisco. Ocorre, contudo, que a legislação parece não compreender como caminham as recuperações judiciais (as quais se traduzem na ausência de fluxo de caixa capaz de adimplir com as respectivas obrigações assumidas pela entidade).

Nesta linha, a partir do novo regramento, buscou conceder ao contribuinte a possibilidade de parcelar o débito total existente (em até 120 vezes), assim como utilizar outros elementos para quitar o tributo exigido, como, por exemplo, mediante a utilização de prejuízo fiscais (integralmente).

Referido instrumento jurídico e suas facilidades parecem ser uma ótima ferramenta para os contribuintes, mas possuem um campo de aplicação bem limitado quando aplicados aos casos práticos e recorrentes da atividade empresarial brasileira, onde empresas, não raramente, possuem dezenas de milhões de tributos em atraso ou *sub judice*.

Isto porque, em contrapartida, a legislação determina que é obrigatório que a empresa em recuperação observe alguns requisitos, entre eles: (i) manutenção da “regularidade fiscal”; e (ii) pagamento, em dia, das parcelas devidas no âmbito do parcelamento, sob pena de exclusão do programa e possibilidade do Fisco requerer a falência da empresa, medida que passou a ser chamadas, nos bastidores, de um verdadeiro superpoder”

E é justamente aqui que reside a inconsistência: como uma empresa que não consegue gerar retorno financeiro para seus *stakeholders*, no curto prazo, terá a capacidade de assumir uma nova obrigação financeira (quitar tempestivamente as parcelas assumidas no âmbito do parcelamento) a fim de manter sua regularidade fiscal?

É óbvio que, na prática, é extremamente difícil que uma empresa consiga, de forma concomitante, (i) cumprir com o Plano de Recuperação de Judicial e (ii) quitar o parcelamento tempestivamente. Isto porque, se a empresa em recuperação mal possui caixa para quitar os principais credores de curto prazo (débitos trabalhistas ou gravados com direito real), como possuirá caixa (ainda que somado ao prejuízo fiscal) para quitar as parcelas devidas ao Fisco, ainda que parceladas?

Outra importante questão é observarmos condições atípicas que podem fazer com que uma empresa em Recuperação Judicial possa atrasar o pagamento de um parcelamento tributário. Imaginemos o exemplo de uma Recuperanda que vem cumprindo seu Plano de RJ, porém, diante da crise do *coronavírus*, atrasa seu parcelamento fiscal. Nesta

hipótese, de forma totalmente arbitrária e desmedida, o Fisco poderá requerer a falência da empresa.

Neste sentido, parece que o legislador perdeu uma boa oportunidade para estabelecer uma alternativa factível e, com isso, assegurar que **(i)** os valores devidos ao fisco sejam pagos; e, mais importante, **(ii)** que a empresa em recuperação volte a trazer um retorno financeiro.

Bom, como alternativa, caberia discorrer que o contribuinte poderia adotar a “Transação Tributária”, que, em resumo, se traduz como uma efetiva negociação com o fisco, que, como se sabe, não tem muito ânimo de estimular a retomada da empresa, no médio / longo prazo, para que os valores “devidos” ingressem em seus cofres.

Pois bem. Com base no que foi dito acima, a Lei Federal nº 14.112/2020, parece ter sido (mais) uma perda de oportunidade para que o legislador adeque a norma à realidade dos fatos, o que, no Brasil, é ainda mais difícil de ocorrer quando se trata da relação entre Fisco e Contribuinte.

Dessa maneira, este assunto tende a ser definido pelo Poder Judiciário, cabendo aos agentes privados acompanharem como referida questão se desenrolará. Aguardemos os próximos capítulos.

***Bruno Chatack Marins, Diego Faria e Alex Faiwichow são sócios do Chatack, Faiwichow & Faria Advogados, especialistas em Direito Tributário e reestruturação de Dívidas, Direito Empresarial e Agronegócio**

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benéz (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Rever o Orçamento

Congresso precisa responder por suas decisões se quiser maior poder para definir despesas

Um efeito pedagógico do teto criado em 2016 para os gastos federais é, ou deveria ser, o amadurecimento do debate em torno do Orçamento anual. O Congresso acaba de demonstrar, porém, que falta muito a avançar nesse sentido.

Ficaram para trás os dias em que se governava com elevação contínua das despesas, em busca de agradar tanto ao eleitor médio quanto aos grupos de pressão influentes, passando por interesses parciais e clientelistas.

Com ou sem teto, aliás, o colapso das finanças impõe de modo inaudito que se definam com clareza as escolhas da administração pública, seus custos e benefícios.

Deputados e senadores esquivaram-se dessa responsabilidade ao aprovar a lei orçamentária de 2021, com grande atraso, no mês de março. Como se fazia num passado ainda muito recente, os parlamentares sacrificaram a credibilidade da peça em proveito próprio.

Em manobra escandalosa, que há dias alimenta tensão entre Executivo e Legislativo, o relator do texto, senador Márcio Bittar (MDB-AC), revisou para baixo as estimativas para desembolsos obrigatórios como os da Previdência Social e do seguro-desemprego.

Dessa forma conseguiu espaço para elevar em R\$ 26,5 bilhões as verbas para emendas parlamentares — em sua grande maioria, ligadas a obras e outras despesas mi-

údas destinadas aos redutos eleitorais de seus autores.

O Executivo não pode simplesmente sancionar o projeto, sob pena de provocar sérios danos à gestão pública ou mesmo incorrer em crime de responsabilidade. Afinal, será necessário recompor as estimativas das despesas obrigatórias, o que exigirá cortar em outras áreas para o cumprimento do teto.

O melhor caminho seria a correção do Orçamento por um novo projeto que ajustasse as dotações distorcidas pelo artifício do Congresso. Não se trata de solução fácil, por depender de um entendimento entre o inábil governo Jair Bolsonaro e os parlamentares, em momento de pressões que levaram a uma reforma ministerial.

Nesta quarta (31), o relator do texto anunciou que cancelará R\$ 10 bilhões em emendas para dar fim ao impasse. Talvez seja a saída possível nas atuais circunstâncias, mas o episódio eleva o déficit de credibilidade da política fiscal.

Na esteira do impeachment da petista Dilma Rousseff, motivado justamente pela gestão irresponsável das contas públicas, o Congresso tem reivindicado maior poder de decisão sobre o Orçamento.

A ambição é legítima e pode contribuir para o aprimoramento da democracia nacional, mas apenas se deputados e senadores estiverem dispostos a responder pelas consequências de suas decisões.

Ainda o ministério

Trocas na Justiça e na AGU privilegiam aliados do bolsonarismo e causam preocupação

Como era de esperar, a crise militar que Jair Bolsonaro provocou com sua desastrosa reforma ministerial ocupou todos os holofotes. Daí não decorre que outras mudanças promovidas pelo presidente se mostrem menos preocupantes.

Uma que causa particular inquietação é a troca de nomes no Ministério da Justiça. Isoladamente, a saída de André Mendonça seria uma boa notícia — o que de mais notável ele fez enquanto esteve à frente da pasta foi invocar a Lei de Segurança Nacional para perseguir desafetos do presidente, pelo qual demonstrou rara subserviência.

Mas Mendonça não foi despedido para casa. Retornou ao comando da Advocacia-Geral da União (AGU), de onde viera. Há motivos para recear que ficará ali por pouco tempo, pois é candidato a receber a indicação para a vaga no Supremo Tribunal Federal que se abre em julho com a aposentadoria de Marco Aurélio Mello.

Comandará a Justiça o delegado federal Anderson Torres. Ele conta com experiência na área de segurança pública (o que não é pouco para um governo que teve na Saúde um general que não sabia o que era o SUS), mas tem outros atributos que dão lugar a apreensão. É ligado à bancada da bala, aos

filhos do presidente e também está envolvido com as pautas corporativistas de associações de policiais. São motivos para suspeitar que se empenhará em fazer avançar o armamento da população e se esforçará para proteger a família presidencial de investigações.

Poderá atuar ainda como ponte entre o bolsonarismo e suas bases entre policiais e militares de baixa patente, além de milicianos.

Num outro lance revelador do real caráter da reforma ministerial de Bolsonaro, quem ficou sem emprego foi José Levi, que vinha à frente da Advocacia-Geral.

Ao que consta, Levi perdeu o posto por ter-se recusado a assinar a ação em que Bolsonaro pedia ao STF que anulasse decretos de governadores que estabelecem medidas mais rígidas de isolamento social para conter a pandemia.

Sem a assinatura de um advogado, só com a do presidente, que não tem capacidade postulatória, a causa infame sofreu uma derrota humilhante na corte. No Brasil de Bolsonaro, ministros que apresentam alguma virtude caem.

Resta esperar que, de novo sob o comando de Mendonça, a AGU colecionará fracassos caso se disponha a atender às arremetidas negacionistas do mandatário.



Pensar como pensa o poder

Gabriela Prioli

SÃO PAULO A palavra é acomodação.

O centrão começou a semana que- rendo a cabeça de Ernesto Araújo e, para manter o hábito, mais espaço nos Ministérios. Derrubou Araújo e pôs uma cadeira dentro do Palácio.

Do outro lado, tínhamos um Bolsonaro enfraquecido, menosprezado, precisando reavivar a sua falsa imagem de líder forte.

O que ele fez, em troca de dar mais poder ao centrão, foi pedir mais espaço para construir sua narrativa. Começou o dia fraco, terminou fortalecido pelo medo que pairou nas redes. O Twitter devolveu a Bolsonaro a força que ele não tem.

Uns mais preocupados com o poder de fato, outros, com parecer fortes. Não me parece uma escolha difícil para Valdemar Costa Neto, o líder do partido que agora senta na Secretaria de Governo, que tem 265 seguidores no Twitter. Em troca da cadeira, o centrão concedeu a Bolsonaro o direito ao show para as redes. Lira, que recentemente fez um discurso duro sobre remédios amargos, estava mais tranquilo, ao me-

nos publicamente, nessa segunda.

O palhaço levanta o picadeiro, mas quem manda no circo é o dono, por trás das cortinas.

Sobram as Forças Armadas. Pensemos sobre isso. A insatisfação com a tentativa de instrumentalização pelo "mau militar" não começou na segunda. As divisões internas, obviamente, antecederam a crise. O movimento da segunda transformou o que era "racha mais crise na imagem" por "racha mais um editorial elogioso desta Folha". Uma instituição que teve a imagem amarrada à catástrofe da péssima gestão da pandemia, agora se apresenta, ao menos em parte, como defensora da democracia. Sinto que tenha demorado tanto. Não é de hoje que Bolsonaro a cena para a instrumentalização de setores subordinados do Exército e da polícia. Pode até parecer que a convocação democrática se fortaleceu diante da queda de popularidade do governo.

Nessa equação complexa, um ator sempre perde: o povo. Devemos permanecer atentos e tentar pensar como pensa o poder.

O caos de Bolsonaro

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Em um ano, Jair Bolsonaro falou uma dezena de vezes na ameaça de caos social na pandemia. Para torpedear medidas de distanciamento, o presidente repetia que o país pode ter uma onda de violência e saques a supermercados. Nesse período, ele explicou o lado do "caos" e deixou o "social" em segundo plano.

Assinantes de Bolsonaro soam apenas quando ele quer fazer uso político do risco de desordem. No início da pandemia, o presidente fez cor- po mole na compra de vacinas que poderiam garantir uma volta segura ao trabalho. Agora, na pior fase da crise, o governo levou três meses para pagar uma nova rodada do auxílio emergencial e proteger quem foi afetado pelo isolamento.

Bolsonaro se lembrou da miséria nesta quarta (31), ao atacar o lockdown. Ele afirmou que "a fome está batendo cada vez mais forte" e disse temer "problemas sociais gravíssimos". Em vez de apresentar soluções, ele agiu como espectador: "Se a pobreza continuar avançando, não sei onde poderemos parar".

Agripino Calça Apertada

Mariliz Pereira Jorge

RIO DE JANEIRO Nem só de discurso de ódio vivem as redes sociais. Na contramão do recurso usado pelos bolsonaristas, políticos descobriram o que os humoristas já sabem faz tempo: rir de si mesmo é uma poderosa arma de conexão. E de engajamento. Nos últimos dias, o governador de São Paulo, João Doria, passou a interagir no Twitter com bom humor, inclusive às provocações de seus críticos.

Na eleição de 2020, candidatos de diferentes matizes entenderam, ou foram convencidos por seus assessores, que era preciso abraçar a linguagem das redes para se comunicar com parte do eleitorado. Guilherme Boulos, do PSOL, é o melhor exemplo de sucesso nessa empreitada. Por meio de memes, quizzes e do artifício de fazer graça com temas usados para atacá-lo, conquistou eleitores fora de sua tradicional bolha e chegou ao segundo turno da corrida à Prefeitura de São Paulo.

A deputada Joice Hasselmann, candidata do PSL, transformou as ofen-

das de governo em combustível para sua campanha. Não decolou, inclusive porque foi proibida de usar a personagem da Peppa Pig, mas desarmou a milícia digital que tripudiava sobre sua imagem.

No momento em que 84% dos brasileiros dizem querer se vacinar, segundo o Datafolha, e que a Coronavac é a opção possível, Doria ou seus assessores viram a possibilidade de capitalizar a boa gestão da vacinação feita pelo governo de São Paulo.

O governador tem respondido que vai vacinar todos os que mencionam a imunização, inclusive seus desafetos. Foi assim com Eduardo Bolsonaro, que o chamou de "Ditador" por causa das medidas de isolamento adotadas: "Vou te vacinar também". E com a deputada Carla Zambelli, que fez menção a um nome menos conhecido de Doria e ao apelido pejorativo usado pelos bolsonaristas. Não titubeou: "Prezada, vou vacinar você e toda a sua família. Assinado: Agripino Calça Apertada". Sabendo que iria lacrar, lacrou.

Os generais e o capitão

Maria Herminia Tavares

Pesquisadora do Cebap e professora aposentada da USP. Escreve às quintas

Com a água chegando ao pescoço, o presidente reformou nesta terça (30) o seu ministério — e mais uma vez fabricou uma crise, sua especialidade. Nesse dia, sua UTI superlotada, equipamentos e profissionais escasseando, o país batia novo recorde de mortos pela pandemia em 24 horas: 3.668. Imenso também era o número de desempregados para os quais o auxílio emergencial ainda não chegou, assim como de alunos aos quais não se ofereceu alternativa de estudo enquanto as escolas estiverem fechadas.

Boderia ter sido mudança rotineira: a troca de um chanceler que, movido por ideias delirantes sobre o mundo, vinha sendo competente apenas em destruir a reputação internacional do país. Só que não foi. Pressionado pelos aliados no Congresso, com a popularidade em queda e perdendo apoios importantes entre as elites econômicas — para não falar da tensão com os governadores e parceiros internacionais que cobram do Brasil compromisso ambiental —, o ex-capitão tratou de se defender.

Imaginou armar-se com a ajuda do centrão para bloquear o impeachment; da Advocacia-Geral da União para proteger o Supremo Tribunal Federal; do Ministério da Justiça para pôr sob controle a Polícia Federal; manter a política de liberação de armas a civis e, por último, mas não menos importante, procurou assegurar a cumplicidade das Forças Armadas ao que fez acontecer.

O ocupante do Planalto não tem proposta para enfrentar a pandemia ou projeto para a nação de depois dela. Só tem clara a sua obsessão: afferar-se à primeira cadeira — pelo voto se possível, pela força se necessário. Ninguém perderá dinheiro apostando que até outubro do ano que vem planeje um autogolpe. Como se sabe, falta-lhe o mais ínfimo compromisso com a democracia.

Felizmente as suas chances não parecem boas. De acordo com o Center for Systemic Peace, think-tank americano que registrou todas as tentativas de golpe — em países com mais de 500 mil habitantes, entre 1946 e 2018, foram 39 os casos de "subversão pelo Executivo no poder". Destes, apenas um numa democracia sólida — a França de De Gaulle — e seis na América Latina, todos em países mais frágeis que o Brasil em matéria de tradição democrática e instituições políticas. O mesmo se pode dizer das nações onde ocorreram outros 32 casos de autogolpe.

Com homenagens vazias, cargos, mais recursos no Orçamento e, agora, com a imposição de fidelidade ao líder, o ex-capitão imagina arrastar os generais — e a Força que comandam — para uma aventura autoritária contra inimigos fabricados. Não será bom para eles, muito menos para o país. mherminia@gmail.com

mercado

Relator abre mão de R\$ 10 bi em emendas do Orçamento

Guedes, no entanto, quer corte de outros R\$ 20 bi para cobrir buraco nas contas

BRASÍLIA A articulação política do governo conseguiu que o relator do Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB-AC), se compromettesse a reduzir em R\$ 10 bilhões as emendas que estão sob seu controle, mas a medida ainda é considerada insuficiente pela equipe econômica.

Na semana passada, o Congresso aprovou a proposta de Orçamento de 2021 com uma previsão de despesas obrigatórias, como aposentadorias e seguro-desemprego, abaixo do necessário. O buraco nas contas é superior a R\$ 30 bilhões.

O ministro Paulo Guedes (Economia) tenta negociar com a ala política do governo e com o Congresso para que emendas parlamentares sejam cortadas e usadas para recompor a verba para os gastos obrigatórios.

Se tiver que realizar um grande contingenciamento, o governo correrá o risco de paralisar a máquina pública, interrompendo a prestação de alguns serviços. Por isso, a versão do Orçamento já aprovada é considerada inviável pela equipe econômica.

Numa tentativa de consenso, a pasta de Guedes avalia negociar a composição do corte que ainda falta, no valor de aproximadamente R\$ 20 bilhões. Uma parte deverá ser novamente em emendas, sem margem para negociações —isso pode ser metade, portanto, menos R\$ 10 bilhões em emendas parlamentares.

O restante, os outros R\$ 10 bilhões, seria reduzido na verba para funcionamento dos ministérios, que englobam gastos com energia elétrica, água, terceirizados e materiais administrativos, além de investimentos em infraestrutura, bolsas de estudo e emissão de passaportes, por exemplo.

Assim, seria possível que a máquina pública funcione no limite mínimo, de R\$ 70 bilhões no ano. Segundo o Tesouro Nacional, esse patamar só é viável porque houve ganho de eficiência nos gastos, incluindo o trabalho remoto de servidores. Em anos anteriores, o valor mínimo considerado era de R\$ 80 bilhões.

Em encontro nesta quarta (31) entre a equipe econômica, ministros do Planalto e integrantes da cúpula do Congresso, pouco se avançou.

Na equipe de Guedes, há a tese de que o melhor seria vetar trechos do Orçamento e corrigir em um novo projeto. Para integrantes da Câmara, porém, o ideal seria sancionar logo a proposta e corrigir depois.

Segundo Bittar, Bolsonaro tem cometido crime de responsabilidade se sancionar a proposta com irregularidades, ainda mais diante da repercussão do impasse na última semana, que levou inclusive a sinalizações do TCU (Tribunal de Contas da União) por cobranças de ajustes no projeto.

Sob pressão, Bittar comunicou ao presidente que, logo após a sanção da proposta orçamentária, vai cancelar R\$ 10 bilhões em emendas.

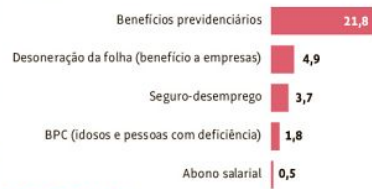
No documento encaminhado a Bolsonaro, o senador não detalha exatamente quais emendas serão canceladas. Segundo Bittar, a escolha será feita pelo Executivo.

As emendas alocadas por decisão do relator foram turbinadas após Bittar cortar R\$ 26,5 bilhões da previsão de despesas obrigatórias, como aposentadorias, pensões, seguro-desemprego e abono salarial.

A tesouraria abriu espaço no Orçamento para mais obras e projetos de escolha de parla-

Congresso infla emendas e reduz verba de gasto obrigatório

Buracos nas despesas obrigatórias Em R\$ bilhões



R\$ 32,7 bilhões é o total

Emendas Em R\$ bilhões



R\$ 48,8 bilhões é o total

R\$ 10 bilhões

é o valor do qual o relator disse que irá abrir mão. Proposta foi considerada insuficiente

Economia busca cortar pelo menos outros R\$ 20 bilhões

Fonte: Consultoria de Orçamento da Câmara

mentares, mas incluídos na proposta com a digital do relator. No ofício, o senador diz que o corte deverá ser feito nas emendas das áreas de infraestrutura, desenvolvimento regional e outros ministérios.

A expansão das emendas de relator foi um acordo político para destravar a votação do Orçamento, que foi aprovado na semana passada, com quase três meses de atraso.

O cancelamento indicado por Bittar será feito nas chamadas emendas de relator (conhecidas tecnicamente como RP9), que direcionam verba a iniciativas de interesse do autor. Segundo Bittar, a decisão foi tomada após reflexões entre lideranças e as presidências da Câmara e do Senado.

A desistência de parte das emendas vai ajudar o governo a direcionar os recursos a despesas obrigatórias, como a Previdência, que estavam com menos verba que o necessário. O entendimento do parlamentar é que ele só pode fazer o cancelamento com base na própria Lei Orçamentária Anual, que está à espera de ser assinada por Bolsonaro.

Apesar de o Ministério da Economia entender que a sanção do Orçamento da forma como está significaria assinar uma condenação pela Lei de Responsabilidade Fiscal, representantes do Congresso descartam a tese.

Diante da pressão por mais cancelamento de emendas, representantes do Congresso dizem que, ao abrir mão de R\$ 10 bilhões dos recursos do relator, o movimento já resolveria o impasse. Eles defendem que não há como ir além porque isso geraria outros buracos no Orçamento, já que o governo teria enviado parâmetros defasados para itens como emendas de bancada.

As emendas de bancada são calculadas com base na Receita Corrente Líquida da União, que, de acordo com representantes de parlamentares, estava abaixo da que deveria ser adotada como correta.

Sem consenso, as negociações devem prosseguir nesta semana e até a proximidade da data-limite para a sanção, por volta do dia 20.

houvesse um estudo prévio.

O Orçamento, que seguiu para sanção do presidente Jair Bolsonaro, foi considerado inviável por integrantes do Ministério da Economia.

O relatório da consultoria aponta que as projeções de despesas obrigatórias para 2021 estão subestimadas em R\$ 32,7 bilhões.

Há, portanto, menos dinheiro que o necessário esperado para bancar aposentadorias e pensões, benefícios assistenciais a idosos e pessoas com deficiência (BPC), seguro-desemprego, abono salarial (espécie de 14º salário para trabalhadores com carteira assinada) e compensação da Previdência diante da prorrogação da desonerção da folha de pagamentos para alguns setores da economia.

Técnicos de Orçamento da Câmara apontam que o Ministério da Economia se omitiu nas discussões e não enviou um pedido de ajuste no projeto de Orçamento em razão do aumento do salário mínimo acima do esperado anteriormente.

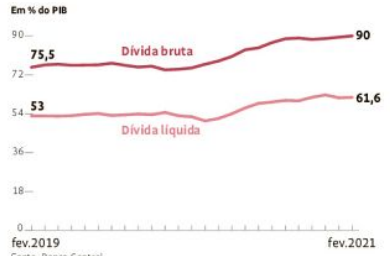
“Deve-se registrar que, mesmo tendo conhecimento da subestimativa inicial das despesas com benefícios previdenciários, não houve iniciativa do Executivo de envio de projeto de lei modificativa da Ploa [proposta de Orçamento] 2021”, ressalta o documento.

O relatório mostra que, na elaboração da lei orçamentária, tanto o Executivo como o Legislativo são responsáveis pelo correto dimensionamento da verba para despesas obrigatórias, com base em metodologia. O objetivo é que a União cumpra seus compromissos, pois são gastos que não podem ser adiados.

Na nota técnica, a consultoria aponta ainda uma manobra do relator para reduzir as projeções de despesas obrigatórias, abrindo espaço para atender a emendas parlamentares — quando deputados e senadores destinam recursos para obras e projetos na base eleitoral.

Apesar de alertas sobre a insuficiência de recursos para gastos obrigatórios, Bittar, após negociações políticas, cortou mais verba para essa área e tirou R\$ 26,5 bilhões para aposentadorias, pensões, benefícios previdenciários, abono salarial e seguro-desemprego. Ele não apresentou modelos contábeis que justificassem a decisão e a diminuição desses recursos. TR

Dívida pública cresce em fevereiro



Dívida pública alcança 90% do PIB e bate novo recorde em fevereiro

Larissa Garcia

BRASÍLIA Após dois meses de interrupção de parte dos gastos emergenciais com a pandemia de Covid-19, a dívida pública permanece em trajetória de alta. O endividamento do governo cresceu 0,6 ponto percentual em fevereiro em relação ao mês anterior e alcançou 90% do PIB (Produto Interno Bruto), segundo dados divulgados pelo Banco Central nesta quarta-feira (31).

Esse é o maior percentual da série histórica, iniciada em dezembro de 2006. Ao todo, a dívida bruta soma R\$ 6,74 trilhões.

A dívida registra crescimentos expressivos por mês desde o início da pandemia. Depois da chegada do vírus ao país, o governo teve de gastar mais em programas emergenciais, como o auxílio emergencial e linhas de crédito para empresas.

A principal causa do crescimento no mês, segundo o BC, é a emissão de novos títulos para financiamento da dívida, responsável por acréscimo de 0,5 ponto percentual. Além disso, a incorporação de juros pagos pelo governo para financiamento da dívida ao montante contribuiu em 0,4 ponto.

Por outro lado, o crescimento do PIB nominal (em reais) segurou a dívida, com redução de 0,4 ponto no montante.

De acordo com o chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha, o aumento do endividamento reflete os gastos do governo com a pandemia. Mesmo com a redução dos desembolsos neste ano, a tendência é que a dívida permaneça em crescimento neste ano.

“De acordo com as projeções do Tesouro e do mercado, ainda haverá déficit [nas contas públicas] neste ano, ainda que menor. Então, com base apenas nesse

fator, como não há redução do déficit suficiente para estabilizar a dívida, ela continuaria aumentando, mas em ritmo desacelerado. Temos outros fatores, no entanto, que impactam no estoque, como câmbio e privatizações”, explicou.

A dívida líquida, que desconta os ativos do governo, também cresceu em fevereiro, após ter caído em janeiro. No mês, a rubrica aumentou 0,2 ponto e chegou a 61,4% do PIB, o equivalente a R\$ 4,6 trilhões.

“Esse resultado refletiu, sobretudo, os impactos do déficit primário (aumento de 0,2 ponto percentual), dos juros nominais apropriados (aumento de 0,4 p.p.) e da desvalorização cambial de 1,0% (redução de 0,2 ponto percentual) e do crescimento do PIB nominal (redução de 0,3 ponto)”, diz nota do BC.

O resultado primário indica a capacidade do governo de pagar as contas, excluindo os encargos da dívida pública. Se as receitas são maiores que as despesas, há superávit. Caso contrário, há déficit.

Quando há valorização da moeda americana, há redução do valor da dívida líquida em reais porque são descontadas as reservas internacionais, mensuradas em dólar.

De acordo com a metodologia do BC, o governo registrou déficit primário de R\$ 11,8 bilhões em fevereiro. No acumulado dos 12 meses, o rombo nas contas públicas chegou a R\$ 69,7 bilhões.

Rocha destacou que, no acumulado dos 12 meses, o resultado primário deverá apresentar redução expressiva a partir de abril, quando começarem os gastos emergenciais com a pandemia.

“Os resultados antes disso ainda refletem os gastos feitos no ano passado”, afirmou Rocha.

O resultado nominal, que inclui encargos da dívida, foi deficitário em R\$ 41 bilhões.

MATERIAL PUBLICITÁRIO

JÁ PENSOU EM INVESTIR EM BIOTECNOLOGIA? INVISTA NA BLAU.

Saiba mais: ri.blau.com.br

IPDA DA BLAU FARMACÊUTICA

LEIA O PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ADERIR À OFERTA, EM ESPECIAL A SEÇÃO FATORES DE RISCO.

mercado

Faísões 4,3 milhões de desempregados em março, recorde histórico

Taxa de desocupação atinge 14,2% no trimestre encerrado em janeiro, a mais alta para o período

Nicola Pampolina
RIO DE JANEIRO A taxa de desemprego no trimestre encerrado em janeiro foi de 14,2%, a pior para o período desde o início da pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2012. Ao todo, 14,3 milhões de brasileiros estavam em busca de uma vaga no período.

"A gente percebe a recuperação [após os impactos iniciais da pandemia], impulsionada principalmente pelas atividades de comércio, alguns serviços e principalmente por meio do trabalho informal", disse Beringuy.

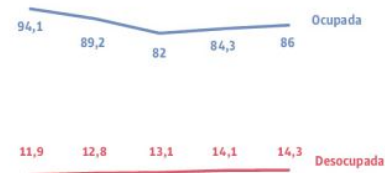
"Mas esse resultado de janeiro tem que ser visto com uma ressalva que a gente tem [em seu cálculo] dois terços do fim do ano de 2020", ponderou. Na comparação com o início de 2020, por exemplo, o número de ocupados caiu 8,6%, o que significa que 8,1 milhões de pessoas perderam o emprego após o início da pandemia.

A maior parte do aumento na ocupação em relação ao trimestre anterior veio da população informal: o número de empregados sem carteira assinada no setor privado subiu 3,6% (339 mil pessoas), os trabalhadores por conta própria sem CNPJ aumentaram em 4,8% (826 mil), e os trabalhadores domésticos sem carteira, 5,2%.

"O trabalhador por conta própria e o empregado no setor privado sem carteira permanecem encerrados a quem que estão contribuindo mais para o crescimento da ocupação no país", diz a gerente do IBGE. Com isso, a taxa de informalidade no trimestre encerrado em janeiro foi de 39,7%.

Taxa de desemprego vai a 14,2% em janeiro

População, em milhões de pessoas*



Taxa de desemprego, em %*



*Dados para o trimestre encerrado em cada mês | Fonte: IBGE

O IBGE detectou ainda recorde entre os desalinhados, aquele grupo que gostaria de trabalhar, mas não procura emprego. Ao todo, 5,9 milhões de pessoas se encontram nessas condições no trimestre encerrado em janeiro.

Beringuy frisou que o momento é uma fotografia do momento e que ainda não capta o aumento da pandemia no início de 2021. "A gente não sabe quais os efeitos que virão", disse a

gerente da pesquisa, lembrando que os dados de fevereiro devem trazer efeitos da suspensão do Carnaval e, em março, o indicador deve começar a refletir o aumento das medidas restritivas para enfrentar a pandemia.

Janeiro é o primeiro mês após o fim do auxílio emergencial, em dezembro, o que também deve ter impactos no mercado de trabalho — embora o presidente do Banco Central,

Governo autoriza maior margem do consignado do INSS

SÃO PAULO | AGORA O governo federal publicou nesta quarta-feira (31) a lei 14.131/2021, que aumenta para 40% a margem do crédito consignado para beneficiários do INSS e servidores públicos até o fim deste ano.

Em condições normais, aposentados e pensionistas poderiam comprometer até 35% da própria renda mensal para pagar parcelas de dívidas diretamente dos seus benefícios, sendo 30% para o pagamento de empréstimos pessoais e 5% para débitos relativos a despesas ou saques com cartão de crédito.

A lei publicada nesta quarta eleva a margem do empréstimo pessoal de 30% para 35% e mantém a do cartão em 5%. A nova regra permite, portanto, que aposentados e pensionistas possam comprometer até 40% dos seus salários para pagar parcelas da dívida que são descontadas diretamente do benefício.

CATUBUM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A EDITAL DE CONVOCAÇÃO... MANOEL RODRIGUES REBORDA, Presidente ANTONIO GALDINO FERREIRA, Diretor Vice-Presidente JOSÉ ARMANDO RODRIGUES DE SILVA, Diretor

Companhia de Gás de São Paulo - COMGAS Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária... Presidente do Conselho de Administração

COGNA EDUCAÇÃO S.A. Edital de Convocação Assembleia Geral Extraordinária... Presidente do Conselho de Administração

Cosans S.A. Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária... Presidente do Conselho de Administração

EQUATORIAL ENERGIA S.A. Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária... Presidente do Conselho de Administração

COGNA EDUCAÇÃO S.A. Edital de Convocação Assembleia Geral Extraordinária... Presidente do Conselho de Administração

Cosans S.A. Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária... Presidente do Conselho de Administração

Veículo: Metro1	
Data: 01/04/21	



Brasil

Governo autoriza reajuste dos preços de medicamentos em até 10,08% a partir desta quinta

O percentual é definido considerando um índice geral de preços, um fator de produtividade (X) e dois fatores de ajustes de preços, um entre setores (Y) e o outro intrasetorial (Z)



Foto : Pixabay

Por **Kamille Martinho** no dia 01 de Abril de 2021 · 09:20

O governo autorizou que os preços de medicamentos sejam reajustados a partir de hoje (1º), segundo foi anunciado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). Os remédios terão aumento de até 10,08%.

Segundo o G1, os reajustes, que seguem três percentuais, 10,08% (nível 1); 8,44% (nível 2); 6,79% (nível 3), já podem ser aplicados pelas farmacêuticas, mas cabe às empresas definirem os novos preços. O percentual é definido considerando um índice geral de preços, um fator de produtividade (X) e dois fatores de ajustes de preços, um entre setores (Y) e o outro intrassetorial (Z).

No ano passado, o presidente Jair Bolsonaro anunciou um acordo com a indústria farmacêutica para que o reajuste anual de todos os remédios fosse adiado por 60 dias, por conta da crise provocada pela pandemia de coronavírus.

CRISE DO ORÇAMENTO 'MAQUIADO'

RECUO INSUFICIENTE

Relator oferece cortar R\$ 10 bi em emendas, mas Guedes pressiona por solução do Planalto

MANOEL VENTURA
E GERALDA DOCA
economi@globo.com.br
BRASIL

Pressionado pela equipe econômica, o relator do Orçamento, senador Marcio Bittar (MDB-AC), comunicou ontem ao presidente Jair Bolsonaro que cortará R\$ 10 bilhões em emendas que ajudaram a inflar o texto aprovado na semana passada pelo Congresso, em uma manobra criticada por especialistas e órgãos de controle. O gesto do parlamentar, no entanto, não foi suficiente para debelar o impasse, segundo fontes que acompanham as negociações. Isso porque ainda seria necessário cortar mais R\$ 20 bilhões para fechar as contas, de acordo com técnicos. Ontem, o ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a conversar com Bolsonaro e alertou que executar as despesas da forma como a proposta foi aprovada pode caracterizar ao longo do ano crime de responsabilidade por descumprimento das regras fiscais.

A decisão do relator foi tomada em reunião no Palácio do Planalto, na manhã de ontem, com os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), os ministros Eduardo Ramos (Casa Civil), Flávia Arruda (Secretaria de Governo) e Guedes. Segundo interlocutores, o clima foi tenso.



"O meu problema já foi resolvido. Caberá agora ao Executivo e ao Legislativo decidirem se vão ficar com os R\$ 19 bilhões que restaram"

Senador Marcio Bittar (MDB-AC), relator do Orçamento

No documento, ao qual o GLOBO teve acesso, Bittar informa a Bolsonaro que cancelará R\$ 10 bilhões de um total de R\$ 29 bilhões das chamadas "emendas de relator" — indicações de gastos definidas pelo próprio parlamentar. Para o senador, o recuo é suficiente para resolver o impasse.

— O meu problema já foi resolvido. Caberá agora ao Executivo e ao Legislativo decidirem como ficarão os R\$ 19 bilhões que restaram — disse Bittar ao GLOBO.

Ele acrescentou que havia um acordo sobre o valor em emendas de relator e negou que tenha desrespeitado essa negociação.

Para integrantes do Mi-



nistério da Economia, a ação tomada por Bittar facilita as conversas, mas não resolve a situação. O aumento nas emendas de relator foi possível porque o parlamentar reduziu em cerca de R\$ 30 bilhões a projeção de despesas como benefícios previdenciários, que não podem deixar de ser pagas. O problema, segundo técnicos, é que as novas estimativas não têm amparo técnico. Como é necessário cortar as emendas para recompor as previsões originais de gastos obrigatórios, o movimento de Bittar soluciona só um terço do problema.

MARINHO TERIA REDUÇÃO

Além disso, o ato foi visto como uma "promessa política" que ainda precisa ser cumprida tecnicamente. O ofício enviado ontem não dá amparo legal para editar decretos e recompor as previsões de despesas com Previdência, por exemplo.

Segundo Bittar, o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) será um dos

afetados pelo corte, ao lado das pastas de Cidadania, Justiça, Agricultura e Turismo. O documento não informa como os cortes serão distribuídos entre os órgãos.

Comandado por Rogério Marinho, o MDR foi um dos mais beneficiados pelos recursos extras: R\$ 8,6 bilhões a mais em relação à proposta orçamentária original. Desafeto de Guedes, que o considera um dos protagonistas da pressão por gastos no governo, Marinho se reuniu com Bittar na semana passada, antes da aprovação do projeto. Segundo interlocutores, o ministro da Economia reclamou com Bolsonaro sobre as emendas extras direcionadas ao MDR.

O presidente teria ligado para o relator, cobrando explicações. Cuvia que a medida se deve ao mérito do próprio Marinho, ex-parlamentar e com boa relação com o Congresso. O senador teria argumentado ainda que os recursos são para evitar a paralisação de obras e garantir novos

investimentos para gerar empregos e prestar serviços à população. Em meio à crise, o ministro do Desenvolvimento está de férias no Rio Grande do Norte e deve voltar a Brasília na segunda-feira.

DÍVIDA CHEGA A 90% DO PIB

Os técnicos do Ministério da Economia vão pedir oficialmente para Bolsonaro vetar toda a despesa criada pelo relator, somando R\$ 29 bilhões e sugerir a complementação das despesas obrigatórias por projeto de lei. Essa é, inclusive, uma forma de blindar os técnicos de eventuais processos no futuro. Como o GLOBO informou na terça-feira, integrantes da equipe econômica podem até deixar os cargos, caso não haja segurança jurídica sobre o texto que será sancionado.

A solução definitiva, porém, depende de um acordo político. Os técnicos passaram o dia ontem em reuniões no Ministério da Economia e no Palácio do Planalto em busca de um entendimento.

O impasse ocorre em meio às preocupações com a saúde das contas públicas, ainda debilitadas. Ontem, o Banco Central informou que a dívida pública chegou a 90% do Produto Interno Bruto (PIB) em fevereiro, patamar recorde da série histórica, iniciada em 2006.

O Palácio do Planalto resiste a um veto total às mudanças do relator. O receio é que a atitude prejudique a já desgastada relação do governo com o Congresso. Na Economia, a expectativa é que o presidente Bolsonaro entre nas negociações. Um auxiliar de Guedes disse que o presidente terá que fazer uma escolha difícil e se equilibrar entre desagradar os parlamentares ou criar um problema com o Tribunal de Contas da União (TCU). O órgão de controle já recebeu manifestações de deputados e senadores contrários à manobra fiscal, mas ainda não se manifestou. Ontem, a Corte se reuniu no plenário, mas não tratou do assunto.

Gastos. O relator do Orçamento, Marcio Bittar, no plenário do Senado: segundo texto aprovado no Congresso, parlamentar teria e poder de determinar em quais áreas R\$ 29 bilhões seriam investidos

Auxílio emergencial começa a ser pago no dia 6

Primeira parcela será liberada por meio de depósito em conta digital da Caixa. Valor do benefício ficará em R\$ 250, mas mulheres com filhos receberão R\$ 375, e quem mora sozinho terá apenas R\$ 150

MANOEL VENTURA
E ANDRÉ DE SOUZA
colaboradores do GLOBO

Ao lado do presidente Jair Bolsonaro, o ministro da Cidadania, João Roma, anunciou ontem que o pagamento da nova rodada do auxílio emergencial começa no próximo dia 6. Serão quatro parcelas, no total de R\$ 44 bilhões.

As pessoas que receberão os benefícios já estão cadastradas no sistema do governo. Os saques serão liberados posteriormente.

— Aqueles que estavam aptos no mês de dezembro permanecem para receber o auxílio — disse Roma.

O valor do benefício ficou em R\$ 250, mas mulheres chefes de família receberão

R\$ 375, e quem mora sozinho terá R\$ 150.

O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, disse que, para evitar aglomeração, o primeiro pagamento será feito por meio das contas digitais:

— Depois de algumas semanas será possibilitado o saque. Nossa expectativa é que mais da metade das pessoas realize o gasto digitalmente.

CRITÉRIOS DE RENDA

Cerca de 40 milhões de pessoas serão beneficiadas, contra 6,8 milhões em 2020.

Para beneficiários do Bolsa Família, o primeiro pagamento será no dia 16 de abril.

A nova rodada segue os critérios de renda adotados no ano passado, de meio salário mínimo por pessoa da família



Filas. Aglomeração para saque do benefício registrada no ano passado; Caixa quer evitar que problema se repita

(R\$ 550) e até três salários mínimos (R\$ 3,3 mil) por família. Os dois requisitos serão aplicados de forma conjunta, ou seja, uma família de três pessoas cuja renda total supere R\$ 3,3 mil não será beneficia-

da. Só um membro da família poderá receber o auxílio.

Para quem está no Bolsa Família, continua a valer a regra do valor mais vantajoso. A pessoa receberá o benefício de maior valor.

No evento, Bolsonaro ressaltou que o pagamento do auxílio significa um novo endividamento público:

— Isso não é dinheiro que estava no cofre. Isso pesa para todos nós, é uma conta

que fica para nós e talvez para gerações futuras.

O presidente reconheceu, porém, que o valor da nova rodada do benefício é baixo:

— O auxílio emergencial é um alento, é pouco inclusivo, reconheço, mas é o que a nação pode dispensar à sua população. Só temos um caminho: deixar o povo trabalhar.

Bolsonaro disse estar preocupado com as mortes por Covid-19, mas voltou a criticar as medidas de isolamento necessárias para conter a pandemia:

— O governo sabe que não pode continuar por muito tempo com esses auxílios, que custam para toda a população e podem desequilibrar a nossa economia. O apelo que a gente faz aqui é que essa política de lockdown se revista.

Confira o calendário de pagamento

> Fora do Bolsa Família (conta digital), por mês de aniversário:
> Janeiro - 1ª parcela: 06/04; 2ª parcela: 16/05; 3ª parcela: 20/06; 4ª parcela: 23/07
> Fevereiro - 1ª parcela: 09/04; 2ª parcela: 19/05; 3ª parcela: 20/06; 4ª parcela: 23/07
> Março - 1ª parcela: 11/04; 2ª parcela: 21/05; 3ª parcela: 25/06; 4ª parcela: 28/07
> Abril - 1ª parcela: 13/04; 2ª parcela: 26/05; 3ª parcela: 27/06; 4ª parcela: 01/08
> Maio - 1ª parcela: 15/04; 2ª parcela: 28/05; 3ª parcela: 30/06; 4ª parcela: 03/08
> Junho - 1ª parcela: 18/04; 2ª

parcela: 30/05; 3ª parcela: 04/07; 4ª parcela: 05/08
> Julho - 1ª parcela: 20/04; 2ª parcela: 02/06; 3ª parcela: 06/07; 4ª parcela: 08/08
> Agosto - 1ª parcela: 22/04; 2ª parcela: 06/06; 3ª parcela: 09/07; 4ª parcela: 11/08
> Setembro - 1ª parcela: 25/04; 2ª parcela: 09/06; 3ª parcela: 11/07; 4ª parcela: 15/08
> Outubro - 1ª parcela: 27/04; 2ª parcela: 11/06; 3ª parcela: 14/07; 4ª parcela: 18/08
> Novembro - 1ª parcela: 29/04; 2ª parcela: 13/06; 3ª parcela: 18/07; 4ª parcela: 20/08
> Dezembro - 1ª parcela: 30/04;

2ª parcela: 16/06; 3ª parcela: 21/07; 4ª parcela: 22/08
> Fora do Bolsa Família (saque em dinheiro), por mês de aniversário:
> Janeiro - 1ª parcela: 04/05; 2ª parcela: 08/06; 3ª parcela: 13/07; 4ª parcela: 13/08
> Fevereiro - 1ª parcela: 06/05; 2ª parcela: 10/06; 3ª parcela: 15/07; 4ª parcela: 17/08
> Março - 1ª parcela: 10/05; 2ª parcela: 15/06; 3ª parcela: 16/07; 4ª parcela: 19/08
> Abril - 1ª parcela: 12/05; 2ª parcela: 17/06; 3ª parcela: 20/07; 4ª parcela: 23/08
> Maio - 1ª parcela: 14/05; 2ª

parcela: 18/06; 3ª parcela: 22/07; 4ª parcela: 25/08
> Junho - 1ª parcela: 18/05; 2ª parcela: 22/06; 3ª parcela: 27/07; 4ª parcela: 27/08
> Julho - 1ª parcela: 20/05; 2ª parcela: 24/06; 3ª parcela: 29/07; 4ª parcela: 30/08
> Agosto - 1ª parcela: 21/05; 2ª parcela: 29/06; 3ª parcela: 30/07; 4ª parcela: 01/09
> Setembro - 1ª parcela: 25/05; 2ª parcela: 01/07; 3ª parcela: 04/08; 4ª parcela: 01/09
> Outubro - 1ª parcela: 27/05; 2ª parcela: 02/07; 3ª parcela: 06/08; 4ª parcela: 06/09
> Novembro - 1ª parcela: 01/06;

2ª parcela: 05/07; 3ª parcela: 10/08; 4ª parcela: 08/09
> Dezembro - 1ª parcela: 04/06; 2ª parcela: 08/07; 3ª parcela: 12/08; 4ª parcela: 10/09
> Beneficiários do Bolsa Família (em dinheiro), pelo final do NIS:
> 1 - 1ª parcela: 16/04; 2ª parcela: 18/05; 3ª parcela: 17/06; 4ª: 19/07
> 2 - 1ª parcela: 19/04; 2ª parcela: 19/05; 3ª parcela: 18/06; 4ª parcela: 20/07
> 3 - 1ª parcela: 20/04; 2ª parcela: 20/05; 3ª parcela: 21/06; 4ª: 21/07
> 4 - 1ª parcela: 22/04; 2ª parcela: 21/05; 3ª parcela: 22/06; 4ª parcela: 22/07

> 5 - 1ª parcela: 23/04; 2ª parcela: 24/05; 3ª parcela: 23/06; 4ª parcela: 23/07
> 6 - 1ª parcela: 26/04; 2ª parcela: 25/05; 3ª parcela: 24/06; 4ª parcela: 26/07
> 7 - 1ª parcela: 27/04; 2ª parcela: 26/05; 3ª parcela: 25/06; 4ª parcela: 27/07
> 8 - 1ª parcela: 28/04; 2ª parcela: 27/05; 3ª parcela: 28/06; 4ª parcela: 28/07
> 9 - 1ª parcela: 29/04; 2ª parcela: 28/05; 3ª parcela: 29/06; 4ª parcela: 29/07
> 0 - 1ª parcela: 30/04; 2ª parcela: 31/05; 3ª parcela: 30/06; 4ª parcela: 30/07

Transferência por WhatsApp é só o primeiro passo

Para analistas, após autorização do BC, 'big techs' devem mirar serviços de pagamento no país. Especialistas afirmam que tendência para os bancos é de perda de receitas, com menos repasses por meio de TED e DOC

JOÃO SOREMA NETO,
GABRIEL SHINOHARA
E BERNARDO YONESHIGUI*
sobre o aplicativo com
MORISS BRAGA E SO

A autorização do Banco Central (BC) para que transferências de recursos sejam feitas via WhatsApp deve ser apenas o primeiro passo para a entrada de outras big techs no mercado de serviços de pagamento no país, uma tendência que já ganha espaço no exterior. Segundo especialistas, a tendência é que pagamentos por aplicativos ou por meio do Pix conquistem cada vez mais adeptos, reduzindo as receitas dos bancos com TEDs e DOCs, que em muitos casos ainda são serviços cobrados.

Ainda não há data para que a funcionalidade esteja disponível. O BC autorizou o WhatsApp a atuar como "iniciador de pagamentos" por meio de parcerias com Visa e Mastercard. Isso permite o repasse de recursos entre pessoas sem que elas precisem acessar sites ou aplicativos de seus próprios bancos. Ainda está em análise pelo BC a possibilidade de fazer compras pelo WhatsApp. O aplicativo tem 130 milhões de usuários no país.

—A maior parte dos brasileiros usa o WhatsApp para se comunicar. Os bancos vão usar esses canais também. A instituição que não oferecer o WhatsApp como canal de transferência ficará de fora — avalia Marcelo Martins, diretor da Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs), que considera que dentro de um ano será possível fazer transações pelo Pix no WhatsApp.



Costumeira. A produtora Ana Nobre diz que será questão de tempo de perder o modo e usar

— Empresas como Amazon, Mercado Pago, WhatsApp poderão atuar dentro dessa nova arquitetura criada pelo BC, o que eleva a concorrência e tende a derrubar preços de tarifas pelas transferências — disse.

IMPACTO NAS TARIFAS

Na avaliação de Luis Miguel Santacrua, especialista em sistema financeiro da Austin Rating, dependendo da velocidade com que o serviço se popularizar no país, os bancos podem perder receitas.

— Empresas como Amazon, Mercado Pago, WhatsApp poderão atuar dentro dessa nova arquitetura criada pelo BC, o que eleva a concorrência e tende a derrubar preços de tarifas pelas transferências — disse.

Santacrua lembra que o início das transferências pelo Pix já teve algum impacto na re-

ceitas dos bancos no balanço do quarto trimestre. Na apresentação de resultados, o Itaú reconheceu que houve impacto do novo sistema já que desde meados de novembro passou a não cobrar mais pela realização de TEDs e DOCs.

Claudio Barnhart, presidente da Check Point, empresa de cibersegurança, destaca que a operação não entrou em vigor e é preciso atenção.

— Neste primeiro momento, muita gente pode receber mensagens falsas do tipo "clique aqui e faça sua transferência pelo WhatsApp". Esse é o risco imediato de fraude — afirmou, embora pudesse que, por ser regulado pelo BC, será exigido aumento da segurança no sistema. — Mas certamente vamos ver novos golpes sur-



Expectativa. Eliane Monseres teme pela segurança, mas espera usar no comércio

gindo, pois atualmente o sequestro do número de WhatsApp já acontece.

Essa é a preocupação da produtora de eventos Ana Nobre, de 35 anos. Com a chegada da pandemia, ela começou a vender cestas de café da manhã para segurar as contas da família e usa o aplicativo para se comunicar com os clientes. Ela avalia que quando a compra pelo aplicativo for autorizada, vai ganhar agilidade nas transações, por não ter de sair do aplicativo para entrar no site do banco.

— No início ficarei com medo de golpe, mas, com todos usando, usaria também. É igual ao Pix, antes eu tinha medo. Hoje já faço.

Eliane Monseres, de 49 anos, dona de uma loja de

acessórios e roupas femininas em Laranjeiras, faz avaliação similar, a principal vantagem para o comércio é ganhar tempo com o uso do aplicativo para atendimento e pagamentos. Ela já usa a versão comercial do WhatsApp.

— Como atualmente a gente usa várias plataformas, às vezes a venda fica demorada e trabalhosa. Se fosse tudo em um lugar só, seria mais fácil. Tenho meus receios, mas acredito que o WhatsApp e o Banco Central vão ter de criar maneiras de transmitir segurança para o uso — avalia.

Um dos exemplos de que pode estar por vir é o iChat, aplicativo de mensagem chiques que se transformou em um chat bank, com mais de um bilhão de usuários. Nele é

possível fazer transferências, pagar contas e obter empréstimos. Já existem exemplos de fintechs como a Zro Bank que oferecem transferências entre contas da própria instituição, mas não para outros bancos. A estratégia é atrair clientes por meio de transferências gratuitas pelo Telegram.

REGULAMENTAÇÃO IGUAL

Para Tiago Severo, sócio do escritório Caputo, Bastos e Serra Advogados e especialista em direito bancário, a autorização do BC abre portas para novas fronteiras de competitividade no país, com as big techs oferecendo produtos e serviços financeiros.

— A partir de agora, as big techs passam a integrar meios de pagamento e, em breve, veremos uma nova onda de competitividade, com moedas digitais de bancos centrais. Quem ganha é o usuário, que vê materializada a livre concorrência.

Em nota, a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) informou que a entidade e o setor financeiro veem com naturalidade a decisão do BC, que está "em linha com a visão de que a competição é a melhor ferramenta para estimular a inovação, aumentar os benefícios ao usuário e reduzir custos para a sociedade". A entidade ressalta a importância de que as regulamentações sejam iguais a todos os participantes do sistema financeiro. (*Estagiário, sob supervisão de Janaina Lage)

Especialistas temem que serviço dê margem a novos golpes no app

LETÍCIA CARDOSO E
GABRIEL SHINOHARA
sobre o aplicativo com
MORISS BRAGA E SO

A transferência por WhatsApp pode virar uma comodidade a mais, mas também uma fonte de dor de cabeça, segundo especialistas. O líder em inteligência de ameaças da Anur, Eduardo Schultze,

avalia que, ao tentar facilitar e baratear transferências, o BC abre portas para a aplicação de novos golpes através do aplicativo de mensagens.

— É uma facilidade porque o WhatsApp é uma ferramenta de negócios para pequenos comerciantes. Mas tudo que facilita a nossa vida também facilita a dos bandidos. E o ponto

negativo é que, ao não precisar passar por um aplicativo de banco para concluir a transação, você perde a rastreabilidade. Assim, vai ser muito mais difícil recuperar o dinheiro.

Segundo a PSafe, mais de 5 milhões de brasileiros tiveram números de WhatsApp clonados no ano passado.

O WhatsApp não tem data

para lançar o serviço, mas diz que ele estará disponível o mais breve possível. Ainda não há detalhes sobre o seu funcionamento. Mesmo assim, Schultze sugere que, após clonar o WhatsApp da vítima, o criminoso poderia pedir empréstimos para amigos e depois, ao receber os valores, transferi-los para uma conta

de seu domínio.

Na opinião do diretor do laboratório de cibersegurança da PSafe, Emilio Simoni, para efetuar fraudes financeiras, além de clonar o WhatsApp da vítima, o criminoso precisa estar de posse do código PIN cadastrado.

— É através de um primeiro contato com o possível vi-

tima que os cibercriminosos utilizam engenharia social para convencê-la a passar seu código PIN, com o qual pode obter acesso a um WhatsApp indevidamente.

Patricia Thomazeli, advogada especialista em Direito Bancário e sócia de Renó Penteado Sampaio Advogados, avalia que a aprovação do Banco Central traz mais segurança ao usuário no quesito proteção de dados e cibersegurança.

Câmara aprova projeto que estende entrega do IR até 31 de julho

Medida não altera o calendário de restituição, que começa em 31 de maio. Texto segue para o Senado

BRUNO GÓES
bruno.goes@oglobo.com.br
BRASÍLIA

A Câmara dos Deputados aprovou ontem projeto que estende o prazo para a entrega da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2021 — ano base 2020 — por mais três meses. Caso a proposta seja aprovada também pelo Senado, para onde segue o texto, os contribuintes poderão entregar o documento até o dia 31 de julho.

O prazo final para o envio da declaração do Imposto de Renda atualmente é dia 30 de abril.

A proposta aprovada pela Câmara não altera, contudo, o calendário de restituições. O texto estabelece que “a restituição do primeiro lote deverá ocorrer em 31 de maio de 2021”.

MAIOR CONFIANÇA NO FISCO

Em plenário, o relator do projeto, deputado Marcos Aurélio Sampaio (MDB-PI), disse que o agravamento da pandemia de Covid-19 no país justifica a medida. Ele afirma que a postergação resultará em maior “confiança e legitimidade” dos serviços

prestados pelo Fisco:

— A crise decorrente da epidemia do coronavírus encontra-se no seu pior estágio, como todo mundo sabe, sem horizonte definido que possibilite um cenário de maior tranquilidade e previsibilidade.

9,7 MILHÕES JÁ ENTREGARAM

Uma medida semelhante foi tomada em 2020, assim que a pandemia de Covid-19 foi decretada. Na ocasião, a iniciativa partiu da própria Receita Federal. O órgão alegou que a medida tinha o objetivo de evitar aglomerações em empresas e instituições, já que muitos contribuintes recorrem a documentos impressos para preencher a declaração de ajuste.

Segundo o balanço mais recente da Receita, 9,7 milhões de pessoas já haviam enviado a declaração até as 11h de ontem. A expectativa é que 32,6 milhões de contribuintes tenham que acertar as contas com o Fisco neste ano. Quem não enviar o documento dentro do prazo está sujeito a multa de ao menos R\$ 165,74. A penalidade máxima é de 20% do valor do imposto devido.

Processo tributário em foco

Uma reforma tributária eficiente, que ajudasse a diminuir a litigiosidade, tornaria a temática processual de menor importância

Por Flávio Sanches

01/04/2021 05h02 · Atualizado há 3 horas

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi recentemente incumbido de sugerir uma remodelagem do processo tributário brasileiro, considerado ineficiente. A ineficiência é uma realidade, mas sua maior causa é o grau de complexidade do próprio modelo tributário brasileiro.

Uma reforma tributária eficiente, que ajudasse a diminuir a litigiosidade, tornaria a temática processual de menor importância. Reformar apenas o processo tributário é como apreender a arma ao invés de prender o bandido.

Uma reforma tributária eficiente, que ajudasse a diminuir a litigiosidade, tornaria a temática processual de menor importância

Para além da carga tributária, pesquisas apontam que os contribuintes se preocupam mais com a segurança jurídica e com o tempo desperdiçado no atendimento de obrigações principais e acessórias.

Assim, no âmbito da agora invocada “reforma do processo tributário”, caberia pensar em procedimentos de consultas prévias, instantâneas ou de rápida resposta, que sustentassem os atos e negócios jurídicos pretendidos. Deve-se alçar a segurança jurídica e o bom atendimento aos contribuintes a um nível mais elevado,

como se pretendeu com até aqui tímidos programas de conformidade ensaiados nas esferas federal e estadual de São Paulo, por exemplo.

Em suma, trata-se de enaltecer o freguês contribuinte, dando-lhe um pouco mais de credibilidade, qualidade de informação, enfim, satisfação. Esse esforço ajudaria a diminuir a litigiosidade “naturalmente”.

De toda forma, sempre são possíveis reformas legais que melhorem o que se tem hoje em termos de processo tributário. Atualmente, dispomos das vias administrativa e judicial para lidar com o contencioso tributário. Dentre tantas alterações que poderiam ser examinadas, vale checar se o anseio de melhorar o processo não o tornaria mais injusto e menos atento a princípios e regras constitucionais garantidoras dos direitos fundamentais dos contribuintes.

Sejamos então proativos e propositivos. É de se pensar na eliminação da primeira instância administrativa das diversas esferas de julgamento, atraindo maior responsabilidade para os filtros de lançamentos - que são os órgãos paritários de controle de legalidade e qualidade de lançamentos diversos (tribunais administrativos propriamente ditos).

Essa esfera única poderia se aprofundar e iniciar sua missão com a aproximação das partes em uma espécie de conciliação, diminuindo a assimetria de informações de parte a parte, para, após, se necessário, seguir-se um julgamento em que o órgão decisório já teria também uma maior maturação e conhecimento do tema sob análise.

Tanto o Fisco poderia reconhecer um superdimensionamento do lançamento, por exemplo, colhendo impressões quanto à intenção do contribuinte, como este último poderia se convencer de que a composição em termos justos é preferível ao litígio para o qual atualmente ambos são “empurrados” pela marcha fria do lançamento baseado no binômio termo de notificações versus respostas, estas invariavelmente espremidas entre prazos exíguos e tolhidas pela necessidade de se pisar em ovos para evitar autuações disparatadas.

O próprio processo civil judicial, em sua grande última reforma (cujo resultado é o Código de 2015), teve como norte o caráter conciliatório, que pode e deve ser opção

ao longo de todo e qualquer trâmite processual.

Alterações no processo judicial tributário, a nosso ver, seriam pontuais. Deve se ter cuidado para que não sejam confundidos problemas de processo tributário com problemas (que existem) no sistema recursal geral e no rito específico das execuções fiscais. Deixaria aqui apenas o indicativo de que mudanças devem ser no sentido de baratear a Justiça, também no tocante a custas e despesas processuais, mas, sobretudo quanto ao custo das garantias necessárias em determinados litígios fiscais. Certamente o credor fisco pode ser protegido sem que necessariamente o contribuinte tenha uma expressiva onerosidade.

Falta maior lealdade e racionalidade. Vejam o que ocorre com processos aduaneiros, por exemplo, em casos de discussão de classificação tarifária. Persiste nessas situações a prática arcaica de sansão política com retenção de mercadorias, onerando-se o comércio não apenas com tributos, mas também com armazenagem, inadimplementos contratuais, juros, multas etc, para, mais adiante, ainda se correr o risco de perecimento do produto.

Ou seja, para se discutir quem tem razão em uma importação isolada, arrisca-se a própria existência da empresa, que deixa de honrar com compromissos diversos. Arranha-se, ainda, a imagem do país no exterior - o Brasil já é considerado há décadas uma distopia em termos fiscais e burocráticos.

Em essência, a presunção de legitimidade do ato administrativo não pode mais ser usada como meio de tornar temas comezinhos em contenciosos custosos e longos (tempo é dinheiro). Justamente por ser uma presunção relativa, não deveria ser tratada como se absoluta fosse no cotidiano das autoridades.

Qualquer melhoria em um cenário tão caótico é louvável, inclusive aperfeiçoamentos no processo contencioso tributário. Há, porém, outros gargalos mais urgentes que surtiriam efeitos positivos muito mais imediatos e radicais sobre o próprio rito do processo tributário.

Flávio Sanches é responsável pela área de direito tributário do CSMV Advogados, graduado pela Universidade Mackenzie

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O travesseiro perfeito chega em Salvador

SAFIRO

Leia Mais

LINK PATROCINADO

Smartphone Motorola E7 Power, Azul Metálico, Tela de 6.5", Android 10, Câm. Tras. de 13+2MP, Frontal de 5MP, 32GB

R\$ 1.248,48

CASAS BAHIA

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Balcão Stella para Pia...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Mobly, o melhor preço

R\$ 662.99

MOBLY

Comprar

LINK PATROCINADO

Brasil: Novo roteador de Wi-Fi acaba com a necessidade de internet cara

TOPSIGNAL™ - ROTEADOR WI-FI

LINK PATROCINADO

Novo ar condicionado de R\$ 317,90 que não precisa de instalação, está esgotando no Brasil

ARCTIC AIR ULTRA™

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Ministros anunciam 'vacinas brasileiras' e pedem 'pátria de máscaras'

VALOR INVESTE

Pandemia e o retrato da desigualdade social que virou um abismo entre ricos e pobres

Situação fiscal é ainda mais relevante para cenário doméstico

Momentos como o atual, de alta na expectativa de inflação e das taxas de juros futuras, são sempre delicados para países emergentes em especial os mais frágeis

Por **Evandro Buccini e João Leal**

01/04/2021 05h02 · Atualizado há 3 horas

As expectativas de taxas de juros no médio e longo prazo estão subindo no mundo após um mergulho para níveis mínimos recordes.

O receio com o excesso de estímulos fiscais e monetários e o otimismo com a vacinação levam a aumento nas projeções de inflação. A alta dos juros globais provoca o mesmo movimento nos títulos brasileiros e pressionam ainda mais o câmbio em um momento em que esses ativos já estavam sofrendo com as intervenções do governo na economia e, principalmente, com a piora do quadro fiscal.

A situação fiscal brasileira é especialmente crítica. Em 2020, a dívida bruta do governo geral chegou a 89,3% do PIB e o déficit primário atingiu 10% do PIB. Esse cenário poderia ser melhor se o país tivesse um plano claro para retomar uma trajetória sustentável para a dívida pública no longo prazo. A PEC Emergencial, que regulamenta os gatilhos do teto de gastos, traz algumas medidas para garantir o cumprimento da regra fiscal nos próximos anos, mas não abre espaço nas contas públicas.

A contínua elevação nas despesas do governo e a baixa arrecadação, devido ao baixo crescimento da economia, deve levar o Brasil a ter déficits primários até 2030. Déficits primários anuais significam elevação na dívida pública, que em 2030 deve

chegar a 102% do PIB. Esse cenário é condicionado a um crescimento médio anual do PIB de 2% ao ano, com a Selic retornando a 6,5% em 2023 e permanecendo nesse patamar até o final da década. Se a Selic média aumentar somente 1 ponto percentual entre 2021 e 2030 (7,5%), a dívida bruta chegará a 114% do PIB em 2030, tudo o mais constante.

O Brasil destoa do mundo nas métricas fiscais. Desconsiderando a crise gerada pela pandemia, entre 2010 e 2019 a dívida bruta passou de 63% do PIB para 89%, pelo critério do FMI, nível consideravelmente acima da média dos países emergentes. Esses países passaram de uma dívida bruta de 37% do PIB para 52% no mesmo período. É certo que a pandemia deixou a situação ainda mais drástica, mesmo que os gastos relacionados à crise se justifiquem. A combinação de aumento de despesas sem aumento de impostos gera uma elevação da dívida. O Brasil é um país pobre e a poupança não é muito superior ao PIB, enquanto em países desenvolvidos ela é um múltiplo dele.

Combinado com a queda da participação de estrangeiros nos títulos públicos, que passou de 19% em 2015 para 9,3% atualmente, a taxa de juros para financiamento da dívida também se elevou. Atualmente, o Tesouro Nacional emite títulos prefixados a mais de 8,5% ao ano nos vencimentos de dez anos. Cenário bem diferente dos países desenvolvidos que passaram a ter uma dívida pública média de 104% do PIB em 2019. Apesar de elevado, esse nível é ainda considerado sustentável e a confiança dos investidores permite que as emissões de dívidas nesses países ocorram com juros extremamente baixos ou até negativos, como no caso da Europa.

Para o Brasil, a estabilização da dívida pública passa necessariamente pela geração de superávits primários, o que não acontece desde 2013. Os dois principais gastos do governo são com Previdência e servidores públicos, que representaram 43% e 22% da despesa total em 2019. A questão da Previdência foi solucionada por uma ou duas décadas com a reforma aprovada em 2019, mas o gasto com pessoal permanece sendo um problema a ser resolvido. A reforma administrativa é tímida nesse sentido e tem efeitos concentrados no longo prazo, mas é uma medida que traria algum grau de confiança ao país, reduzindo o prêmio de risco e deixando mais espaço no orçamento futuro.

As soluções não aparecem somente do lado da despesa. Os gastos tributários consumiram 4,25% do PIB em 2019. A proposta da PEC Emergencial é somente uma carta de intenções de um plano para reduzir subsídios, estabelecendo uma meta para que os benefícios cheguem a 2% do PIB em oito anos. A Zona Franca de Manaus, o Simples Nacional e os produtos da cesta básica, que representam mais de 50% dos gastos tributários, foram poupados desse plano, limitando o potencial de arrecadação futura.

Momentos como o atual, de alta na expectativa de inflação e de juros futuros, são sempre delicados para países emergentes. Enquanto o Brasil não recuperar o superávit primário e uma trajetória mais sustentável da dívida pública, não sairá desse clube. A taxa de juros no Brasil caiu para valores inimagináveis, mas voltou a subir. Onde ela vai parar também depende, em parte, da situação fiscal. A solução não é fácil, exige esforços, possivelmente aumento de carga tributária, mas é necessária.

Evandro Buccini é sócio e diretor de renda fixa e multimercado da Rio Bravo Investimentos

E-mail: evandro.buccini@riobravo.com.br

João Leal é economista da Rio Bravo Investimentos

E-mail: joao.leal@riobravo.com.br

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

O travesseiro perfeito chega em Salvador

SAFIRO

[Leia Mais](#)

LINK PATROCINADO

Retorno do estado de calamidade pública ganha força na Economia

Medida daria base jurídica mais sólida para reedição de programas como BEm e Pronampe

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

01/04/2021 05h01 · Atualizado há 3 horas

Ganha força nos bastidores da área econômica a opção de decretar uma nova calamidade para abrir caminho para a reedição de programas como o BEm e o Pronampe, que dificilmente caberão no Orçamento de 2021. Um caminho cada vez mais provável é a edição de créditos extraordinários, que não são contabilizados no teto de gastos, para bancá-los.

O estado de calamidade daria uma base jurídica mais sólida para a edição desses créditos. Seria uma forma de contornar o receio dos técnicos de assinar atos liberando os gastos e depois serem pessoalmente responsabilizados pelos órgãos de controle. Esse fenômeno, chamado “apagão das canetas”, já se instalou em alas do Ministério da Economia.

O BEm é o programa que permite suspender ou reduzir contratos de trabalho por alguns meses, durante os quais o trabalhador recebe uma complementação de renda do governo. O Pronampe é a linha de crédito criada para socorrer micro e pequenas empresas na pandemia. São programas cuja continuidade já foi sinalizada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

A opção preferencial da equipe econômica era encontrar espaço dentro do teto de gastos para seguir com os dois programas.

No caso do BEm, a ideia era usar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e fazer com que a complementação de renda fosse, na realidade, uma antecipação de parcelas do seguro-desemprego. Esse desenho foi rejeitado pelo presidente Jair Bolsonaro. O Pronampe, por sua vez, poderia ser reforçado com emendas parlamentares ao Orçamento.

Com a peça orçamentária precisando de cortes da ordem de R\$ 30 bilhões para cumprir o teto de gastos, um problema que ainda está em negociação com o Congresso Nacional, é pouco provável que haja espaço para acomodar o BEm.

Diante disso, uma alternativa seria financiar o programa por meio de crédito extraordinário. O secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, falou claramente sobre essa possibilidade na terça-feira passada, na divulgação do resultado do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de fevereiro. Disse também que o programa deverá custar R\$ 10 bilhões e atender 4 milhões de trabalhadores.

No mesmo evento, o Guedes afirmou que há espaço para combater efeitos da pandemia e que esses gastos não necessariamente estariam dentro do teto. Mas seriam despesas com valor definido, diretamente relacionadas com a pandemia e com prazo definido. Assim, disse, seria mantido o duplo compromisso do governo: com a saúde e com a responsabilidade fiscal.

O ministro lamentou que o Congresso tenha retirado da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial um dispositivo que autorizaria o governo a editar créditos extraordinários neste ano para combater a pandemia e seus efeitos. A falta dessa proteção constitucional tem alimentado o "apagão". Uma possível saída para esse impasse seria a calamidade.

Essa solução, porém, não é pacífica no governo. O estado de calamidade dispara dispositivos que afrouxam o controle das finanças de Estados e municípios.

Vacinação de PMs alivia temor de motim, diz governador

Governadores vêm captando a insatisfação policial em várias frentes, como a defasagem de salário em relação às Forças Armadas e a inclusão na PEC Emergencial

Por **Fabio Murakawa** — De Brasília

01/04/2021 05h01 · Atualizado há 3 horas

Presidente do Consórcio Nordeste, o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), disse ao **Valor** que a decisão do Ministério da Saúde de antecipar a vacinação de policiais e agentes de segurança alivia as tensões relacionadas à possibilidade de motins de policiais em diversos Estados.

Governadores vêm captando a insatisfação policial em várias frentes, como a defasagem de salário em relação às Forças Armadas e a inclusão do setor na PEC Emergencial, que os deixou sob ameaça de congelamento de salários e estagnação em suas carreiras.

O fato de estarem atrás na fila dos grupos prioritários de vacinação contra o coronavírus vem piorando esse quadro. A tensão aumentou após a morte, na Bahia, de um policial que, em aparente surto psicótico, disparou contra colegas e foi morto por eles em Salvador.

“A tensão existe. Nós vivemos uma cobrança muito forte, com alguns líderes bastante agressivos”, disse o governador. “Essa medida tira um foco de tensão.”

Segundo Dias, os governadores vêm tentando explicar aos policiais que defendem

do Plano Nacional de Imunização (PNI). Ou seja, depende de um pacto com o governo federal.

Ontem, o Ministério da Saúde anunciou que vai antecipar a vacinação de agentes de segurança que atuam diretamente no combate à pandemia, como os que participam de operações para fiscalizar medidas de distanciamento social. A medida foi adotada após pressão dos governadores.

“O agente da vigilância é vacinado pelo nível de risco e o policial, não? Era preciso corrigir situações como essa”, afirmou Dias. “Policiais com comorbidade fora de atividade fazem falta. Vacinados, ampliam a segurança.”

Apesar disso, os governadores terão dificuldades pela frente caso governo e Congresso cheguem a um acordo para decretar um novo estado de calamidade pública, em meio a discussões sobre impasse para o Orçamento deste ano.

A PEC Emergencial afetou todos os servidores públicos, proibindo progressão na carreira e aumentos salariais, enquanto durar o estado de calamidade pública ou quando o governo estiver com mais de 95% das receitas comprometidas com gastos obrigatórios.

Outro pedido dos governadores, ainda não atendido, é a antecipação da vacinação dos professores. Segundo Wellington Dias, somente essa medida permitirá a volta com segurança das aulas presenciais, uma demanda do presidente da República.

“Já tivemos muito prejuízo com a falta de aulas presenciais, especialmente para as crianças”, disse. “O risco é maior para professores e, então, a saída segura para todos é vacinação. Mas queremos uma regra nacional.”

Outra demanda dos governadores é participar do comitê nacional criado pelo governo e o Congresso para enfrentar a pandemia. Por conta das divergências com Bolsonaro em torno de medidas de isolamento social, ficou decidido que os Estados serão “representados” pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

“Nós temos uma pandemia nacional. A ação de coordenação é dos Estados. E toda

Pandemia derruba confiança empresarial

Índice da FGV tem maior queda em 11 meses

Por Alessandra Saraiva — Do Rio

01/04/2021 05h01 · Atualizado há 3 horas





Aloisio Campelo Júnior: restrições derrubaram humor de empresariado — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Sem auxílio emergencial e com piora de pandemia, a confiança empresarial em março registrou pior queda em 11 meses, segundo a Fundação Getulio Vargas (FGV) e está no menor patamar desde julho de 2020.

O Índice de Confiança Empresarial (ICE) recuou 5,6 pontos entre fevereiro e março, para 85,5 pontos. Foi a pior queda desde abril de 2020 (-33,7 pontos) e a sexta retração consecutiva do indicador.

Aloisio Campelo Júnior, superintendente de estatísticas do Instituto Brasileiro de Economia da FGV e responsável pelo indicador, explicou que, a piora da pandemia em março levou muitas capitais a adotar medidas de restrição de circulação social e de atividades da economia em serviços e comércio. Isso afetou, de maneira geral, os negócios das empresas; e derrubou o humor do empresariado.

Campelo não descartou nova queda do ICE em abril.

De fevereiro para março, houve piora tanto nas respostas relacionadas ao presente quanto nas projeções, do empresariado. Isso é perceptível nos sub-indicadores componentes do ICE. O Índice de Situação Atual (ISA) caiu 4,6 pontos em março ante fevereiro, para 88,8 pontos. Já o Índice de Expectativas (IE) recuou 8,6 pontos, para 83,2 pontos.

Com quadro menos favorável nos cenários do presente e do futuro, Campelo foi questionado se houve mais disseminação na queda de confiança esse mês. Em março, a confiança empresarial subiu em apenas 29% dos 49 segmentos, sendo que, em fevereiro, essa parcela era de 37%. Ele afirmou que houve espalhamento na queda de confiança em março, mas destacou que há “heterogeneidade” no comportamento da confiança, por setores, no ICE.

Campelo comentou que a confiança da indústria, por exemplo, mesmo em queda em março, opera em 104,2 pontos. Ou seja: acima do limite favorável, de 100 pontos. Em contrapartida, serviços, comércio e construção mostram confiança inferior a 100 pontos, em março. Também foi a primeira vez, na atual crise gerada pela pandemia, em que patamar de confiança de serviços deixou de ser o menor, entre atividades pesquisadas pela FGV, com 77,6 pontos. Comércio registrou a última posição, com 72,5 pontos. Já construção está com 88,8 pontos, em março.

Mas ele admitiu que os empresários, de maneira geral, ainda estão muito cautelosos e que esse cenário pode prosseguir no mês que vem. Mesmo com perspectiva de pagamento de auxílio emergencial em abril, será em valor menor do que foi pago no ano passado, lembrou o economista. “É bem provável que, dadas as circunstâncias, o [ICE] pode cair um pouco mais em abril.”

No entanto, ele comentou que não há como se prever o mesmo para maio, com as informações até o momento nos campos sanitário e econômico. Há possibilidade de expectativas mais favoráveis a partir de maio - que, na prática, perguntariam sobre projeções do empresariado para junho, julho e agosto, período no qual há consenso de maior disponibilidade de vacinas contra covid-19. Assim, por consequência, o ICE poderia melhorar via expectativas em alta, pontuou ele. “Mas não há como prever isso, maio é uma incógnita”, notou o especialista.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Balcão Stella para Pia...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Tapete Casablanca 1,35 M X 2,00 M Antiderrapante - Preto

R\$ 87,99

CASAS BAHIA

COMPRAR

LINK PATROCINADO

O travesseiro perfeito chega em Salvador

SAFIRO

Leia Mais

LINK PATROCINADO

Mobly, o melhor preço

R\$ 662.99

O abacaxi voltou para o colo do ministro Guedes

Questão é saber se contas fecham só com o contingenciamento

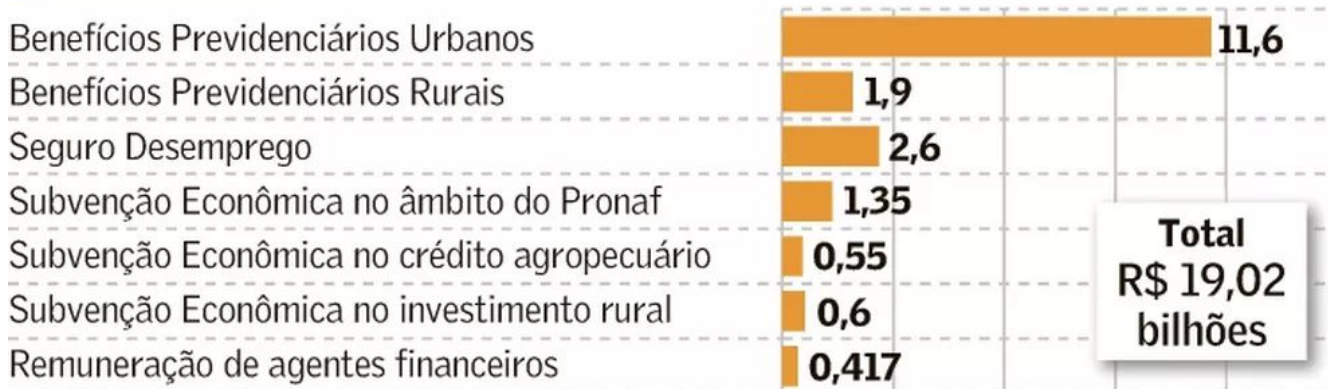
Por Ribamar Oliveira

01/04/2021 05h01 · Atualizado há 3 horas

A tesoura de Bittar

Despesas obrigatórias que o relator-geral do Orçamento cortou

■ Em R\$ bilhões



Fonte: Projeto de lei orçamentário para 2021 aprovado pelo Congresso Nacional. Tabela elaborada pelo Valor.

Para entender a grande confusão da semana passada, que terminou produzindo um Orçamento fictício para este ano, o leitor precisa recordar a grande polêmica que surgiu em torno da proposta de emenda constitucional 186, a chamada PEC Emergencial. Durante a votação, a nova base política do governo, mais conhecida como “centrão”, queria retirar do teto de gastos da União a despesa com o Bolsa Família. O objetivo era abrir espaço no teto para mais investimentos, que seriam garantidos por emendas parlamentares ao Orçamento.

A proposta criou um tremendo reboliço, com o dólar e o juros disparando e a bolsa caindo. Parecia que o fim do mundo se avizinhava. Mesmo porque havia indícios de que até mesmo o presidente Jair Bolsonaro era favorável à medida. Depois que a temperatura do mercado subiu, o ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a um acordo com os líderes do “centrão”. A questão das emendas seria resolvida quando o Orçamento deste ano fosse votado.

Questão é saber se contas fecham só com o contingenciamento

Guedes se comprometeu em aceitar que mais R\$ 16 bilhões para as emendas parlamentares fossem acrescido aos R\$ 16,3 bilhões que já estavam previstos na proposta orçamentária enviada em agosto. O total, portanto, poderia chegar a R\$ 32 bilhões. Caberia ao relator-geral do Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB-AC) apresentar as emendas com os R\$ 16 bilhões adicionais. O acordo foi confirmado por Bittar, em entrevista ao jornal “O Globo”, nesta quarta-feira.

Em seu primeiro parecer, divulgado no dia 22 de março, o senador Bittar programou emendas parlamentares no montante de R\$ 22,7 bilhões, sendo que, desse total, R\$ 18,79 bilhões se referiam a emendas individuais de deputados e senadores e a emendas de bancada estadual, que são consideradas de execução obrigatória, de acordo com a Constituição. Bem abaixo do acordo firmado com Guedes.

No dia 25 de março, Bittar apresentou um complemento ao seu parecer, no qual informa um corte de R\$ 26,46 bilhões na proposta orçamentária para este ano, enviada pelo governo em agosto. O relator-geral está sendo um pouco injustiçado, pois o corte que realizou nas despesas obrigatórias foi de R\$ 19,02 bilhões e não de R\$ 26,46 bilhões como foi divulgado amplamente (*ver tabela acima*).

Isto porque a redução de R\$ 7,4 bilhões feita no gasto com abono salarial decorreu de uma mudança feita pelo Codefat nas regras do programa. A decisão postergou a parcela do abono de 2020 que seria paga no segundo semestre deste ano para o primeiro semestre de 2022. Bittar, portanto, não cortou esta despesa. Ela simplesmente desapareceu deste ano. O que o relator fez foi ocupar o espaço aberto pela decisão do Codefat.

No complemento do parecer, o relator apresentou emendas no valor de R\$ 26,46 bilhões. A equipe econômica alardeou que o projeto orçamentário aprovado era inexecutável, um retrocesso e que haveria estouro do teto. Em conversas com parlamentares, ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), chegou a levantar a possibilidade de que o presidente Bolsonaro corria o risco de sofrer um processo por crime de responsabilidade se sancionasse a lei com despesas obrigatórias subestimadas.

Ontem, em carta enviada ao presidente Jair Bolsonaro, o senador Bittar informou que, “após reflexões entre lideranças e as presidências da Câmara dos Deputados e do Senado”, decidiu-se cancelar R\$ 10 bilhões em emendas do relator, tão logo seja sancionada a lei orçamentária. O raciocínio do relator, foi o seguinte: ele apresentou R\$ 26,46 bilhões em emendas e reduziu R\$ 10 bilhões. Ficou, portanto, com os R\$ 16 bilhões, que tinham sido acordados com Guedes.

As despesas obrigatórias estão subestimadas em, pelo menos, R\$ 32 bilhões. Com o espaço de R\$ 10 bilhões aberto pelo relator, a insuficiência das dotações caem para R\$ 22 bilhões. Mas a carta de Bittar, que expressa uma decisão das lideranças e dos presidentes das duas Casas do Legislativo, parece estabelecer um divisor de águas entre o que é de sua responsabilidade e o que deve ser creditado a Guedes.

Ao contrário do que ocorreu em gestões anteriores, quando os parâmetros macroeconômico utilizados para o cálculo das despesas da União apresentavam mudanças relevantes, desta vez Guedes não encaminhou uma mensagem modificativa da proposta orçamentária enviada em agosto. Assim, os deputados e senadores aprovaram um Orçamento com despesas estimadas com base em um salário mínimo de R\$ 1.067, quando o que está em vigor é R\$ 1.100. E inflação em 2020, medida pelo INPC, de 2,09%, quando ela ficou em 5,45%. O INPC corrige todos os benefícios acima de um salário mínimo.

Quando o relator estava divulgando o seu parecer final, a equipe econômica informou que as despesas obrigatórias da proposta orçamentária estavam subestimadas em R\$ 17,5 bilhões. A carta de Bittar dá a entender que este problema não é dele. Ele elaborou um parecer com base em uma proposta que o governo apresentou. E que, agora, quem tem que encontrar uma saída para as despesas obrigatórias subestimadas é Guedes.

A questão é saber se o problema pode ser resolvido apenas com o contingenciamento das despesas discricionárias (investimentos e custeio) ou se será necessário também enviar um projeto de lei (PLN) de crédito adicional cancelando dotações para recompor as obrigatórias. A carta de Bittar recoloca o abacaxi de novo no colo de Guedes.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras.

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Balcão Stella para Pia...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Tapete Casablanca 1,35 M X 2,00 M Antiderrapante - Preto

R\$ 87,99

CASAS BAHIA

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Mobly, o melhor preço

R\$ 662.99

MOBLY

Comprar

LINK PATROCINADO

Oferta em Salvador: Safiro com 50% off!

SAFIRO

LINK PATROCINADO

O travesseiro perfeito chega em Salvador

LINK PATROCINADO

Salvador: Novo roteador de Wi-Fi acaba com a necessidade de internet cara

TOPSIGNAL™ - ROTEADOR WI-FI

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Sinal amarelo para Bolsonaro e covid-19 sem controle mantêm mercado sob pressão

Estragos da pandemia podem deixar marcas permanentes

FMI recomenda que medidas de suporte à oferta de crédito sejam mantidas

01/04/2021 05h01 · Atualizado há 3 horas

Os danos permanentes que a pandemia poderá causar serão mais sentidos nas economias emergentes do que nos países desenvolvidos, uma relação inversa à que ocorreu com a grande recessão causada pela crise financeira em 2008, avalia o Fundo Monetário Internacional em um capítulo de sua “Perspectiva para a Economia Mundial”. Mas é péssima para todos: o PIB global cairá 3% em 2024 em relação às projeções de crescimento feitas antes da pandemia - ante 10% na crise financeira em período equivalente. Os estragos da covid-19, porém, se diluirão mais rapidamente no médio prazo, se comparada aos da crise financeira. Seus efeitos foram muito concentrados no tempo: o PIB caiu três vezes mais do que em 2008 na metade do tempo.

Um ano depois de escapar da China e espalhar mortes ao redor do globo, a covid-19 provocou simultaneamente um enorme choque de oferta, com paralisação de fábricas e escritórios, e um choque de demanda muito forte, pelo aumento exponencial do número de desempregados e pela formação de poupança para enfrentar incertezas agudas sobre o futuro.

Dada a natureza da recessão causada pela crise sanitária, os prejuízos permanentes deixados por ela tem intensidades diferentes de acordo com os países e a estrutura de suas economias. Segundo o Fundo, as cicatrizes deixadas no mercado de trabalho “serão maiores com a covid-19 do que nas recessões passadas, na medida em que os setores de alta interação social podem encolher permanentemente”. Se a

pandemia pode causar perdas de qualificação profissional nos setores que foram deixados ao relento pela pandemia, a aquisição de novos conhecimentos e habilidades de quem entrará no mercado foi retardada. Os países mais pobres tiveram “impactos desproporcionalmente adversos” com o fechamento generalizado de escolas em relação aos que tinham condições de se adaptar rapidamente para o ensino virtual.

A covid-19 deixou sem aulas 1,6 bilhão de estudantes em 180 países no auge do contágio, em meados do ano passado. Na média, segundo o FMI, foram perdidos 49 dias de ensino ou um quarto do ano acadêmico. Há diferenças: estudantes dos países avançados perderam apenas 15 dias, os dos países emergentes, 46 dias e dos países mais pobres, 69 dias. A penetração da internet foi um divisor de águas no desempenho do sistema escolar. Em economias nas quais menos da metade da população tem acesso à internet, os estudantes perderam 65 dias de instrução, o dobro da média dos países com alta conectividade. Da mesma forma, governos que não criaram meios de garantir acesso digital grátis para professores na transição para o ensino remoto também tiveram o dobro de dias perdidos, comparados aos que fizeram isso.

Economistas do Fundo, no início de março, avaliaram os estragos no mercado de trabalho brasileiro e ele foi profundo. O país perdeu 12 milhões de empregos, especialmente entre março e maio, enquanto que a recessão de 2015-2016 eliminou 4 milhões. Na comparação anual, os empregos caíram de 18% a 34% na construção e nos setores de serviços pessoais e hospitalidade.

Diferentemente de outras recessões, a induzida pela covid-19 também poderá ter efeitos “maiores e mais persistentes” do que os choques de gastos do passado porque podem causar “mudanças permanentes nas preferências do consumidor”, para o FMI.

O impacto a médio prazo da crise da pandemia será menor, entre outras coisas porque não abalou o sistema financeiro, situação em que sua gravidade e duração seriam muito maiores. Um dos motivos foi a rapidez de decisão e a intensidade dos auxílios nos países desenvolvidos e em vários emergentes. Ao sustentar boa parte da renda das famílias, o funcionamento de empresas, e regular condições para

negociação de empréstimos, impediram que inadimplência, desemprego e falências arruinassem os balanços dos bancos.

Esse risco ainda existe. O FMI recomenda, tendo em vista as novas ondas de pandemia, que “medidas de suporte à oferta de crédito sejam mantidas” para evitar impacto nos bancos. Há agora outra ameaça. Ativos superavaliados, alavancagem e defaults podem ocorrer à medida que a moratória para pagamento de empréstimos expira. “Uma reavaliação do risco nos mercados, com aperto nas condições financeiras poderia interagir com as vulnerabilidades existentes, afetando a confiança e colocando em perigo a estabilidade macrofinanceira”, adverte o FMI.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Isto é chave para a diminuição da próstata, use isso todos os dias.

P+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Balcão Stella para Pia...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

10 anos de garantia no compressor Digital Inverter

SAMSUNG EVOLUTION

Compre Já

LINK PATROCINADO

Notebook Samsung Book E30 Intel Core i3-10110U 10ª Geração 4GB 1TB 15.6" Windows 10 Home NP550XCJ-KT1BR - Prata

R\$ 3.149

CASAS BAHIA

COMPRAR

LINK PATROCINADO

É incrível como isto diminui a próstata e idas ao banheiro.

P+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Somente Hoje: Safiro com até 50% de desconto

por taboola

Conteúdo Publicitário

Dívida pública bruta vai a 90% do PIB pela 1ª vez

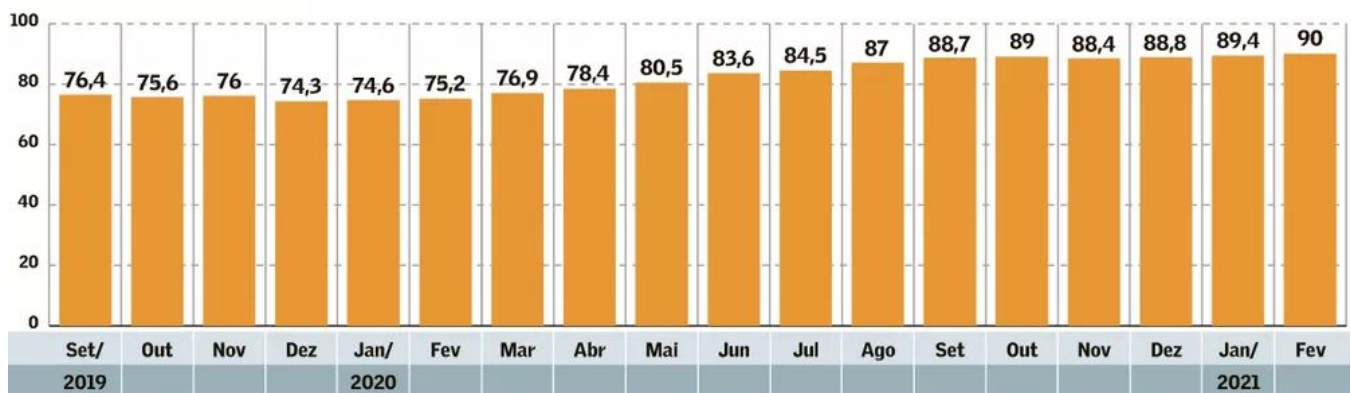
Alta é puxada por fatores ligados à pandemia, como gastos extraordinários e menor arrecadação devido à recessão

Por Estevão Taiar e Alex Ribeiro — De São Paulo

01/04/2021 05h01 · Atualizado há 3 horas

Novo patamar

Dívida bruta (% do PIB)



Fonte: Banco Central

Considerada pela maior parte dos analistas o principal indicador de solvência do setor público, a dívida bruta dos governos no Brasil atingiu o patamar de 90% do Produto Interno Bruto (PIB) pela primeira vez na história. Em fevereiro, o indicador ficou em R\$ 6,744 trilhões, que corresponde justamente a 90% do PIB. No mês anterior estava em 89,4%. Os números foram divulgados ontem pelo Banco Central (BC), cuja metodologia usada atualmente para o indicador teve início em 2008.

Depois de uma pequena queda, de menos de um ponto percentual, em 2019, a dívida bruta voltou a subir com força no ano passado. A alta foi puxada por fatores ligados à pandemia, como gastos extraordinários e menor arrecadação decorrente

da recessão. Em 2020, o indicador subiu mais de 14 pontos percentuais, de 74,3% para 88,8%.

Embora também siga em patamar elevado, a dívida líquida do setor público vem em trajetória oposta à da bruta neste começo de ano, apresentando ligeira queda. De maneira simplificada, para calcular a dívida líquida, são descontadas da dívida bruta as reservas internacionais.

Entre janeiro e fevereiro, o indicador caiu de 62,7% para 61,6%. O recuo foi consequência principalmente da desvalorização cambial de 6,4% no período. Isso porque, com a depreciação do câmbio, as reservas internacionais ganham valor quando medidas em reais.

De forma geral, economistas têm mostrado preocupação com o alto grau de endividamento público do Brasil.

A Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento de contas públicas ligado ao Senado, trabalha com três cenários para a dívida bruta: otimista, base e pessimista. No primeiro deles, o indicador alcançaria condições de sustentabilidade já entre 2021 e 2022, atingindo 74% em 2030. No segundo, subiria até 100% entre 2027 e 2028 e só alcançaria a sustentabilidade em 2030. No pessimista, alcançaria 100% do PIB entre 2022 e 2023, atingindo 135,2% do PIB em 2030.

Em "live" nesta semana, o próprio presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, citou o "descontrole fiscal" - ao lado da necessidade de vacinação - como um dos motivos que fazem com que perca o sono.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

" Não se acomode com o zumbido faça como eu e use 2x por poucos dias "

TINNUS PRO

LINK PATROCINADO

Balcão Stella para Pia...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Desemprego e desalento começam o ano com recordes, aponta Pnad

Com o agravamento da pandemia e aumento nas restrições de circulação, a expectativa é de piora nos indicadores do mercado de trabalho nos próximos meses

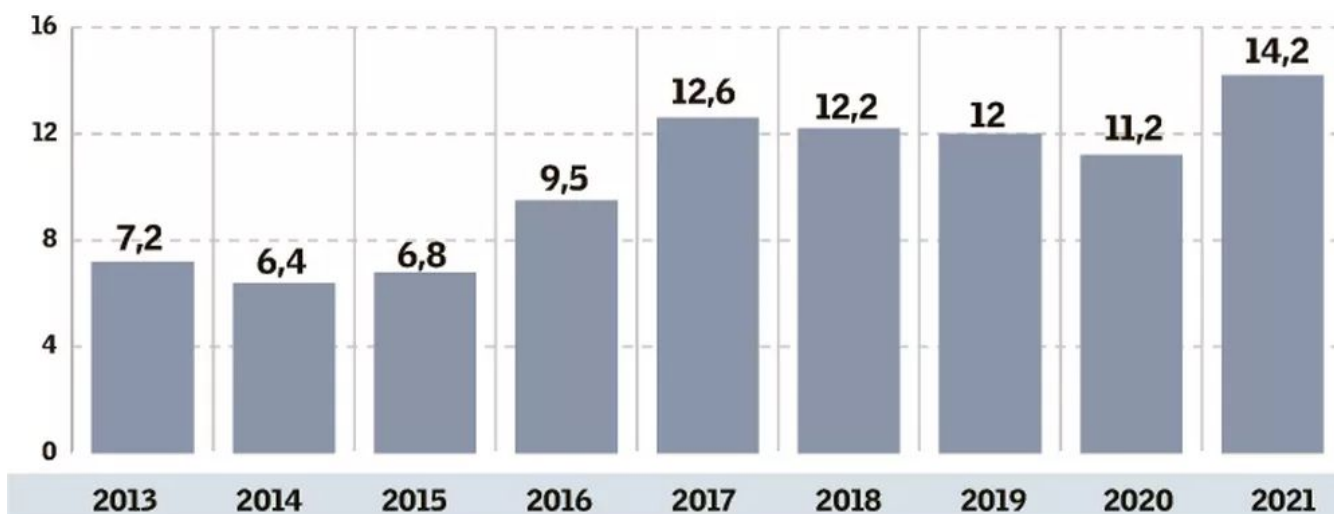
Por Ana Conceição e Lucianne Carneiro — De São Paulo e do Rio

01/04/2021 05h01 · Atualizado há 3 horas

Os números do mercado

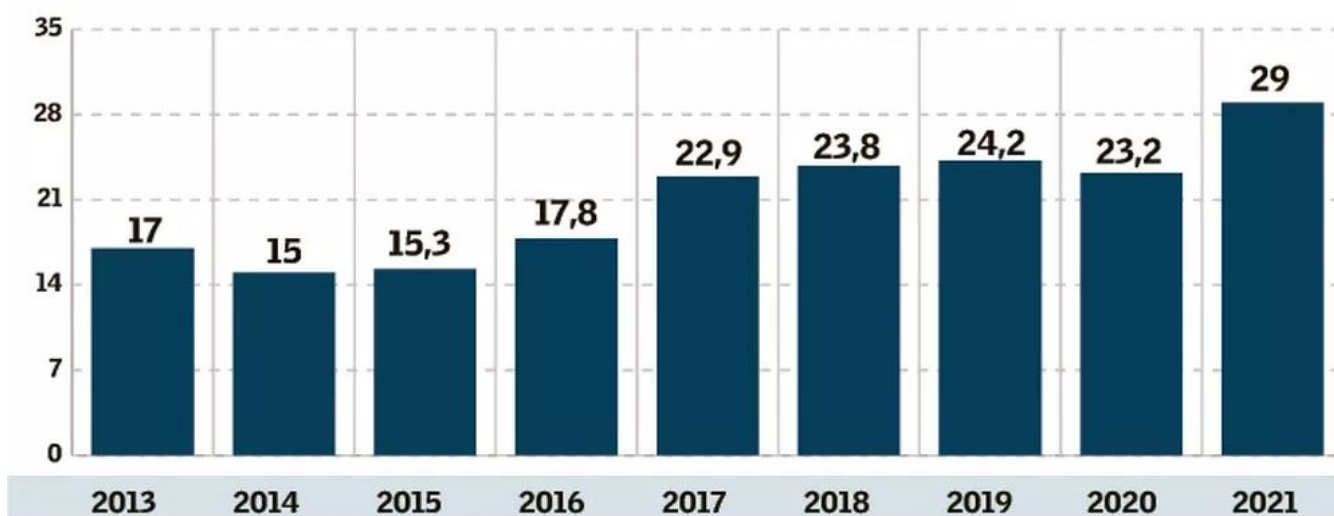
10 destaques da Pnad Contínua de janeiro

- **14,272 milhões**
de desempregados (recorde)
- **48,7% de nível de ocupação**
% da população em idade de trabalhar
- **5,902 milhões de desalentados**
pessoas que gostariam de trabalhar, mas desistiram de buscar vaga (recorde)
- **86,025 milhões** de pessoas ocupadas, 2% a mais que no trimestre anterior
- **14,2% de taxa de desemprego**
(maior da série histórica para o trimestre encerrado em janeiro)
- **81% do aumento da ocupação**
veio de vagas informais (1,404 milhão de 1,724 milhão)
- **32,380 milhões de pessoas**
subutilizadas (mão de obra 'desperdiçada')
- **39,7% de taxa de informalidade**
(% da população ocupada)
- **29% de taxa de subutilização**
(% da força de trabalho)
- **R\$ 2.521 de renda média,**
2,9% inferior que no trimestre anterior
- **Taxa de desemprego**
Nos trimestres móveis até janeiro - em %



■ Taxa de subutilização

% da população ocupada, nos trimestres móveis até janeiro



Fonte: Pnad Contínua/IBGE

O ano começou com número recorde de desempregados no país - 14,27 milhões de pessoas - e também dos chamados desalentados, pessoas que gostariam de trabalhar, mas desistiram de procurar vaga - 5,9 milhões. A taxa de desocupação, de 14,2% no trimestre encerrado em janeiro, foi a maior da série histórica, iniciada em 2012, para o período, segundo a da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o agravamento da pandemia e aumento nas restrições de circulação, a expectativa é de piora nos indicadores do mercado de trabalho nos próximos meses, segundo analistas.

No trimestre que terminou em janeiro, houve avanço de 1,73 milhão de pessoas na população ocupada, mas a taxa de desemprego ficou praticamente estável em relação ao trimestre anterior, encerrado em outubro, diante da incapacidade de o mercado absorver o aumento da força de trabalho, de 1,94 milhão de pessoas, maior que a geração de vagas. A maior parte de quem conseguiu uma ocupação (81%) foi no mercado informal, de menores salários e condições mais precárias.

A população ocupada ficou abaixo do esperado pela LCA Consultores, que estimava 87,2 milhões ante o realizado de 86 milhões. O dado foi a surpresa negativa do período. "Isso mostra que, no curto prazo, a situação talvez esteja mais difícil para os indivíduos se reinserirem no mercado, principalmente os informais", afirma o economista Bruno Imaizumi.

O fato de a economia não estar gerando ocupação suficiente - ainda que informal e precária - para absorver o aumento na força de trabalho é ainda mais preocupante. Com menos renda, mais pessoas voltem a buscar uma ocupação. "A divulgação dos dados do trimestre móvel de janeiro é a primeira em que um terço da amostra está sem o auxílio emergencial, e dois terços, com o valor reduzido pela metade", observa Imaizumi. O fato de o auxílio, de valor menor e para menos pessoas, voltar em abril não deve arrefecer essa volta ao mercado de trabalho. Para fevereiro, a LCA estima um aumento na taxa de desemprego a 14,5%.

Os números devem permanecer ruins nos próximos meses, com tendência de recuperação no segundo semestre, acompanhando o avanço da vacinação contra a covid-19, na avaliação de Silvio Paixão, professor de macroeconomia da Fipecafi. "Esses números devem ser manter na mesma toada até meados do ano", diz ele, ressaltando o grande contingente ainda fora da força de trabalho - 5,7 milhões de pessoas - e que deve sair em busca de renda. O economista Tiago Cabral, do instituto IDados, chama atenção para a taxa de participação, que em janeiro ficou em 56,8% muito abaixo de janeiro do ano passado, de 61,7%. "Há um contingente reprimido que deve voltar ao mercado e pressionar a taxa de desemprego."

Para o Banco Safra, a dinâmica de recuperação que foi observada nas últimas divulgações da Pnad está em xeque por causa do recrudescimento da pandemia. Alberto Ramos, do Goldman Sachs, considera que o mercado de trabalho deve

permanecer fraco no curto prazo por causa da covid-19. “Uma vez que o surto seja controlado, a taxa de desemprego pode não cair significativamente”, afirmou Ramos, em nota, avaliando que a volta de mais pessoas à força de trabalho deve seguir acima da criação de novos empregos.

Todos os economistas chamam atenção para os 32,4 milhões de trabalhadores que fazem parte do chamado contingente subutilizado e o recorde de 5,9 milhões de desalentados.

Quanto à renda, o aumento do emprego informal, de menores salários, fez o rendimento real dos ocupados cair 0,2% de dezembro para janeiro, na série com ajuste sazonal, nas contas de Lucas Assis, da Tendências Consultoria, o quarto recuo consecutivo. O agravamento da pandemia, com reintrodução das medidas de isolamento, terá impacto negativo principalmente entre os informais, mas também no mercado de trabalho em geral. “A pandemia, sinais de fraqueza em importantes setores econômicos, a redução do arsenal de políticas anticíclicas e as incertezas da agenda de política econômica devem manter o mercado de trabalho fragilizado”, aponta.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Balcão Stella para Pia...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Tapete Casablanca 1,35 M X 2,00 M Antiderrapante - Preto

R\$ 87,99

CASAS BAHIA

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Mobly, o melhor preço

R\$ 662.99

MOBLY

Comprar

LINK PATROCINADO

Salvador: Novo roteador de Wi-Fi acaba com a necessidade de internet cara

TOPSIGNAL™ - ROTEADOR WI-FI

Copom vai focar 100% na meta de inflação de 2022 na próxima reunião

Isso significa que surpresas negativas nos índices de preços deste ano não vão exigir reação forte do BC

Por **Alex Ribeiro** — De São Paulo

01/04/2021 05h00 · Atualizado há 3 horas

O mercado financeiro está aparentemente exagerando a importância da inflação deste ano, que está muito alta, nas decisões do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom). A partir da próxima reunião, o foco será 100% em cumprir a meta do ano que vem.

O alerta foi feito na terça-feira pelo próprio presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, em um “webinar” organizado pelo Daycoval.

Parte da confusão foi causada pela comunicação da alta de juros de março, um movimento que foi mais forte do que o esperado. Entre as várias justificativas para a decisão, o comitê disse que “uma estratégia de ajuste mais célere do grau de estímulo tem como benefício reduzir a probabilidade de não cumprimento da meta para a inflação deste ano, assim como manter a ancoragem das expectativas para horizontes mais longo”.

De fato, a reunião de março foi a última oportunidade para o Banco Central influenciar a inflação de 2021. E quem diz isso é o próprio Copom, que há tempos vem comunicando de forma muito previsível como evolui ao longo do tempo o seu horizonte de política monetária.

Neste primeiro trimestre, o comitê tinha como horizonte de política monetária “o ano-calendário de 2021 e, principalmente, o de 2022”. Essa comunicação significa que o foco, em março, era 75% na meta de 2022 e 25% na meta de 2021.

Já em maio o horizonte de política monetária do BC vai mudar, passando a olhar 100% para 2022. Seu comunicado vai dizer que a decisão tal e qual é “compatível com o cumprimento da meta no horizonte relevante, que inclui o ano-calendário de 2022”. Essa foi a linguagem usada em maio de 2020, que deve ser adaptada no próximo encontro do comitê.

Em março, um movimento mais forte na taxa Selic ainda tinha força de reduzir um pouco o risco de estouro do teto da meta de 2021. A meta de 2021 é de 3,75%, o teto é de 5,25% e as projeções de inflação do Banco Central se encontravam em 5% - com um balanço de risco negativo, o que significa chances de passar esse percentual.

Mas note que o Copom, na sua comunicação, não disse que o objetivo era apenas reduzir o risco de estouro do teto da meta de 2021. Também amarrou com o objetivo de não permitir a desancoragem das expectativas de 2022, que é o foco principal de política monetária.

“Mencionamos o ano de 2021 porque entendemos que a reversão influencia muito 2022”, disse Campos Neto, no evento realizado na terça-feira. “Obviamente o peso é muito maior em 2022 daqui para frente.” Para ser exato, o peso agora será totalmente na inflação de 2022.

Ficar dentro do teto em 2021 dá certo conforto para o Banco Central, pois evita que a autoridade monetária escreva uma carta aberta ao ministro da Economia, Paulo Guedes, explicando-se. Isso, porém, é um ganho menor, quase um brinde.

O objetivo principal do BC não é evitar escrever cartas embaraçosas - é conduzir a política monetária de forma ótima, considerando o seu mandato de estabilidade de preços. E, para cumprir adequadamente esse mandato, seu foco principal deve ser 2022.

Do ponto de vista teórico, não faz muito sentido o Banco Central depositar todas as fichas de sua decisão apenas na meta de 2021. Isso provocaria um desequilíbrio em relação à meta de 2022. A boa engenharia de política monetária recomenda olhar os dois objetivos, distribuindo adequadamente o peso de cada um, de forma a não provocar uma forte flutuação na inflação e na atividade econômica.

Se o regime de metas de inflação no Brasil fosse mais maduro, provavelmente o Banco Central estaria já no primeiro trimestre focando mais adiante, não mais na meta de 2021. É o que fazem outros bancos centrais - que olham cerca de dois anos à frente, quando a política monetária tem seu efeito máximo, os choques de curto prazo se dissipam e resta a chamada tendência subjacente da inflação.

O Brasil tem um sistema próprio, com metas para o ano-calendário. É bom para consolidar a credibilidade do sistema, pois o cumprimento da meta pode ser verificado de forma objetiva, e é fácil de ser entendido por todos. Por isso, o BC olha os anos-calendário, mas de uma forma dinâmica. O alvo da política monetária vai se deslocando ao longo do tempo, sempre tendo como referência os anos-calendário.

O horizonte do BC, dessa forma, muda mais um pouco a partir de agosto, quando começa a focar também em 2023, com um peso menor. Isso significa um foco de 75% na meta de 2022 e de 25% na meta de 2023. Já em outubro estará dividido meio a meio entre 2022 e 2023.

A implicação prática de o alvo ser 100% em 2022 é que eventuais surpresas negativas na inflação deste ano não vão exigir reação forte do BC para impedir o estouro do teto da meta de 2021. Essas eventuais surpresas importam para a política monetária apenas na medida em que afetarem as projeções de inflação para 2022.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Somente Hoje: Safiro com até 50% de desconto

TRAVESSEIRO SAFIRO

Ver Ofertas

LINK PATROCINADO

Smartphone Motorola E7 Power, Azul Metálico, Tela de 6.5", Android 10, Câm. Tras. de 13+2MP, Frontal de 5MP 32GB



Por Mario Mesquita

Mario Mesquita é economista-chefe do Itaú Unibanco

Anos dourados

Querer repetir a estratégia de crescimento daquele período denota, no mínimo, uma grande falta de imaginação

01/04/2021 05h01 · Atualizado há 3 horas

O saudosismo pelo mid-century, os anos dourados de crescimento forte em meados do século XX, que já inspirou até um hotel no aeroporto JFK, em Nova York, se espelha pelos mais variados aspectos do design (móveis, relógios, prédios) e até pela teledramaturgia. Essa nostalgia não está restrita aos EUA. Os franceses, desde muito tempo, se referem ao período que vai do final da Segunda Guerra mundial a meados da década de setenta como os “trente glorieuses”, os trinta anos gloriosos de crescimento acelerado.

O mesmo sentimento poderia se aplicar ao Brasil. No terceiro quarto do século XX o país viveu, sob vários aspectos (nem todos), seu apogeu. Tínhamos o melhor futebol, a melhor música e construimos uma capital que simbolizava o futuro. A economia crescia muito, 7,5% em média, e o país deixava de ser pobre, tornando-se uma economia de renda média com legítimas expectativas de enriquecer mais ainda. No entanto, tal crescimento durou até o final dos anos 1970, mas depois estancou.

Aspectos importantes do modelo de crescimento dos anos dourados já embutiam as sementes da desaceleração

Poucos eventos econômicos são documentados de forma tão clara quanto o declínio relativo do Brasil no período subsequente, que se estende até hoje. Talvez uma comparação baste para ilustrar o ponto. Em 1980, segundo a Penn World Table, a renda per capita brasileira era 19% da americana, e a renda per capita da República da Coreia era de 17%. Os dados mais recentes, para 2019, indicam que nossa renda per capita, em termos relativos, passou a 23% da americana, enquanto a sul-coreana atingiu 64%. Ou seja, enquanto a Coreia convergia para o padrão de vida dos países ricos, o Brasil ficou parado.

Parte da desaceleração do crescimento tem a ver com a demografia. A taxa de crescimento populacional caiu de cerca de 3% ao ano na década de 1950 para menos de 1,2% na primeira década do século, e, estima-se, apenas 0,8% na década passada. Parte é mais complexa, e existem várias hipóteses, associadas a mudanças institucionais ocorridas nas últimas décadas e também à persistência de desequilíbrios macroeconômicos.

As razões para o declínio brasileiro pós 1980 são frequentemente procuradas nas políticas adotadas desde então. Mas, para fazer justiça, aspectos importantes do modelo de crescimento dos anos dourados do século passado já embutiam as sementes da desaceleração. Em primeiro lugar, a opção protecionista, parte essencial da industrialização por substituição de importações, apartou, propositalmente, a economia das cadeias produtivas internacionais. A vocação autárquica, com ênfase na proteção ao mercado interno (esquecendo que o mundo é um mercado muito maior), chegaria ao auge no segundo PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), dos anos 1970.

Nenhuma das economias em desenvolvimento que ultrapassou exitosamente a armadilha da renda média nas últimas décadas o fez sem se beneficiar desta integração. A abertura econômica não parece ser condição suficiente para a convergência, mas, a julgar pelas experiências de Coreia, Israel, Hong Kong e Cingapura, é condição necessária.

Outro ponto crítico se refere à qualificação da força de trabalho. Excluindo o caso especial das pequenas economias exportadoras de commodities, também não se encontra registro de processo de convergência de renda per capita que não tenha sido acompanhado pelo avanço da educação. Como é sabido, nos anos de

crescimento rápido do século XX o Estado investia muito, subsidiava muito, mas não na educação e, em especial, na educação básica. O Estado-empresário ocupava espaços que poderiam ser do setor privado, e, diante da escassez de recursos, não se ocupava adequadamente da educação, que seria fundamental para elevar a produtividade do trabalho - as teorias de desenvolvimento em voga no nosso período de auge não atribuíam especial importância à formação de capital humano.

Outro problema herdado dos anos dourados refere-se à dificuldade de lidar com desequilíbrios macroeconômicos básicos. Não precisamos olhar muito além de nossa região para observar que a incapacidade de resolver problemas macroeconômicos de curto prazo, como controlar a inflação, pode ter repercussões de longo prazo bastante danosas. O Brasil dos anos 50 e início dos 60 tinha um problema inflacionário crescente, que foi desorganizando a economia e seria apenas parcialmente resolvido pelo Paeg (Programa de Ação Econômica do Governo), já no regime militar. O país entrou na década de 70 acreditando que ensinaria ao mundo como conviver com taxas de inflação elevadas - mas essa receita se provou errônea, e amargamos suas consequências nos anos seguintes.

Faz sentido ter saudade da seleção de 58, da Bossa Nova e da arquitetura de Brasília, mas, a essa altura, não levar em conta as fragilidades e problemas que os “anos dourados” nos legaram e querer emular a estratégia de crescimento daquele período, com ênfase no papel empresarial do Estado e aversão ao comércio internacional, denota, no mínimo, uma grande falta de imaginação.

Mario Mesquita é economista-chefe do Itaú Unibanco

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Milionária De 22 Anos De São Paulo Vazou Seu Esquema De Ganhos!

HAPPY & PROSPEROUS

Ver Mais

LINK PATROCINADO

Balcão Stella para Pia...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Geladeira número 1 em eficiência energética

SAMSUNG EVOLUTION

Compre Já

A forma altera o resultado da desestatização da Eletrobras

Para que as reformas obtenham o resultado desejado é importante que haja baixa concentração de mercado

Por Claudio Sales, Richard Hochstetler e Eduardo Monteiro

01/04/2021 05h01 · Atualizado há 3 horas





— Foto: Pexels/Pixabay

Em fevereiro, o governo emitiu nova Medida Provisória (MP 1.031) estabelecendo os termos para a desestatização da Eletrobras. A MP incorpora lições do passado, mas há aspectos que ainda requerem reflexão dos parlamentares.

A experiência brasileira demonstra que empresas privadas tendem a ser mais eficientes, mais ágeis e mais focadas do que estatais. Em 2019, a Aneel realizou uma “Avaliação de Resultado Regulatório” dos 20 anos de Regulação por Incentivos (Consulta Pública 03/2019) em que concluiu que “as empresas privadas respondem de forma mais acentuada aos incentivos econômicos do que as empresas públicas”.

A sociedade vai percebendo que o controle estatal de empresas não é sinônimo de interesse público

O pior desempenho das estatais decorre dos seguintes fatores: 1- a sua função social não é tão bem definida, tipicamente perseguindo múltiplos objetivos, muitos dos quais ambíguos ou mesmo conflitantes entre si; 2- o seu acionista principal, o Estado, é menos sensível aos resultados econômico-financeiros da empresa por contar com o poder de tributação, o que reduz o poder dos incentivos regulatórios estabelecidos pelo regulador; e 3- em prol da lisura e transparência, as estatais precisam atender a mais amarras burocráticas, o que diminui sua eficiência competitiva.

A MPV 1.031 prevê a realização da desestatização por meio 1- de um aumento de capital do qual a União não participaria, o que resultaria na diluição de sua participação acionária; e 2- da venda de ações de propriedade, direta ou indireta, da União em oferta pública secundária. Com isto a União deixaria de ter participação majoritária, exceto na Itaipu Binacional e na Eletronuclear, que seriam segregadas em estatais independentes da Eletrobras.

A MPV ainda propõe que o estatuto social da Eletrobras seria modificado para incluir cláusulas 1- vedando que qualquer acionista detenha mais de 10% do poder de voto na empresa; e 2- dando poder de veto à União em eventuais mudanças no estatuto social. O objetivo seria criar uma empresa de capital pulverizado.

A privatização da Eletrobras tende a ser boa para o país e para os consumidores de energia elétrica, mas requer alguns cuidados: evitar a introdução de obrigações que elevarão o custo da energia elétrica; promover uma estrutura de mercado concorrencial; e revisar o lastro de suas usinas antes da emissão de novas outorgas de concessão. O último cuidado, apesar de sua natureza “técnica”, não pode ser ignorado pelos congressistas sob o risco de perpetuar distorções históricas.

Quanto à primeira questão, os parlamentares devem evitar a assunção de obrigações que elevam o custo da energia elétrica. Além do pagamento de bonificação de outorga da ordem de R\$ 25,5 bilhões à União, a MPV 1.031 estabelece que a Eletrobras deve assumir obrigações da ordem de R\$ 8,8 bilhões nos próximos dez anos para financiar fundos que beneficiam a bacia do São Francisco, a “área de influência” de Furnas e a Amazônia Legal, mas é totalmente omissa quanto à gestão e ao escrutínio destes fundos, que poderiam se tornar alvos fáceis de usos políticos danosos para o país. Melhor seria que todo o valor adicionado pelos novos contratos fosse usado para reduzir o encargo Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), embutido na conta de luz, beneficiando os consumidores com tarifas menores.

A segunda questão refere-se à promoção de um ambiente concorrencial. A desestatização é uma oportunidade única para reduzir a concentração no setor elétrico. A Eletrobras é o maior agente do setor, com participação na geração hidrelétrica ainda maior, e com participação majoritária na capacidade de armazenamento dos reservatórios hidrelétricos.

Cabe lembrar que há um processo de modernização em curso no setor elétrico que visa à liberalização do mercado e à melhor alocação de custos e riscos entre os agentes. Neste aspecto, a MPV dá um passo importante ao propor a alteração do regime de exploração para “produção independente” (no qual o gerador assume o risco hidrológico) em vez do atual “regime de cotas” (no qual este risco é repassado ao consumidor). A modernização do setor também prevê a possibilidade de adoção

de operação baseada em lances de oferta dos agentes, na qual os geradores de energia passariam a ter mais autonomia sobre a sua produção por meio de lances que seriam submetidos diariamente no Mercado de Curto Prazo.

Mas para que estas reformas obtenham o resultado desejado é importante que haja baixa concentração de mercado. A dominância da Eletrobras, principalmente em hidrelétricas com grandes reservatórios, é questão preocupante.

Uma alternativa cogitada para reduzir o risco de poder de mercado seria a desestatização da empresa em partes, mas esta possibilidade deixa de ser realista devido a dificuldades como: a viabilização política de vários processos separados (Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul), com suas idiosincrasias e pressões locais; a complexidade contábil da operação, já que apenas a Eletrobras está listada em bolsa; e, por fim, a extensão e incerteza dos prazos requeridos.

No entanto, a fim de minimizar os riscos de poder de mercado de uma empresa do porte da futura Eletrobras - que passará a atuar com padrões de eficiência de empresas privadas -, é crucial que o governo sinalize com a maior antecedência possível quais serão os mecanismos empregados e as autoridades e instituições responsáveis para a preservação do ambiente concorrencial.

Quanto à terceira questão, a lei deve prever a revisão da chamada Garantia Física das usinas antes da concessão de novas outorgas para a Eletrobras. Essa revisão é de suma importância para dar realismo ao montante de energia - atualmente superestimado - que pode ser gerado por tais usinas com a confiabilidade requerida.

Aos poucos a sociedade brasileira vai percebendo que o controle estatal de empresas não é sinônimo de interesse público. E se os cuidados acima forem tomados, a nova Eletrobras passará a servir a todos os brasileiros, e não apenas a alguns grupos de interesse.

A Eletrobras tem grande potencial e já está na hora de libertá-la das amarras estatais.